UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

THAIS BARBARA DE SOUZA

CENTRO DE ESTUDOS DO MAR
BIBLIOTECA

PESCADORES DA ILHA DO MEL: PASSADO, PRESENTE E PERSPECTIVAS

PONTAL DO PARANÁ

2010

M 3010-02

THAIS BARBARA DE SOUZA

PESCADORES DA ILHA DO MEL: PASSADO, PRESENTE E PERSPECTIVAS

Monografia apresentada como requisito parcial para à obtenção do título de Bacharel em Oceanografia, Centro de Estudos do Mar, Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof. [a] Dr.[a] Naína Pierri

CENTRO DE ESTUDOS DO MAR
BIBLIOTECA

M 639 3
S895p
2010
ex. 01
PV000593373

PONTAL DO PARANÁ

2010

CATALOGAÇÃO NA FONTE:
UFPR / SIBI - Biblioteca do Centro de Estudos do Mar

Souza, Thais Barbara de
S895p Pescadores da Ilha do Mel: passado, presente e perspectivas. / Thais Barbara de Souza. – Pontal do Paraná, 2010.
166 f.; 29 cm.

Orientador: Dra. Naina Pierri Estades

Monografia (Graduação) – Curso de Oceanografia, Centro de Estudos do Mar, Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná.

1. Pesca artesanal. 2. Comunidades pesqueiras. 3. Mel, Ilha do (PR) . I. Título. II. Naina Pierri Estades. IV. Universidade Federal do Paraná.

CDD 639.3

TERMO DE APROVAÇÃO

Thais Barbara de Souza

"Pescadores da Ilha do Mel : passado, presente e perspectivas"

Monografia aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Oceanografia, da Universidade Federal do Paraná, pela Comissão formada pelos professores:

Prof. Dr. José Milton Andriguetto Filho-UFPR

Mtr. Carolina de Andrade Mello-UFPR

Profª Drª Naína Pierri Estades-CEM/UFPR
Presidente

Pontal do Paraná, 15 de dezembro de 2010.

CENTRO DE ESTUDOS DO MAR
BIBLIOTECA

"muito romântico

meu ponto pacífico

fica no atlântico"

Paulo Leminski

AGRADECIMENTOS

A Deus por me dar a vida e permitir que eu desfrutasse dela com saúde e paz. A meus pais por apoiarem minhas escolhas, por fazerem dos meus sonhos os seus, e me darem amor e força pra seguir em frente, sempre. A minhas irmãs por estarem ao meu lado mesmo quando estive ausente e fazerem da minha caminhada mais feliz a cada dia. A meus avós por me darem verdadeiros exemplos de vida e construírem a base da família sem a qual hoje eu não seria nada. A toda a minha família, que a cada reencontro me fazia lembrar qual a verdadeira essência da vida.

Aos meus amigos de faculdade que fizeram desses cinco anos os melhores de minha vida, que estiveram presentes nos bons e maus momentos, me deram ombros para chorar, motivos para sorrir, força pra não desistir, e que compartilhando suas vidas comigo fizeram da minha estadia em Pontal do Sul mais divertida e agradável. A todos os meus outros amigos que sempre estiveram comigo e que eu sei que pra sempre estarão, vocês são a família que eu escolhi.

Obrigada a todos os meus companheiros do LABSOC, principalmente a Nati e a Miriam que tornaram parte do meu trabalho de campo menos solitário. A Naína, minha orientadora, que cumprindo seu papel, me indicou o caminho a seguir, mas que fez muito além, me fez acreditar no meu trabalho.

A todos os pescadores da Ilha do Mel e suas famílias, que me receberam em suas casas e dedicaram parte do seu tempo a responder minhas inúmeras perguntas, sem eles este trabalho não seria possível. Obrigada especialmente a Leonor, Dircéia, Leonil e Lauro, que mesmo sem me conhecer me hospedaram em sua casa e me ajudaram a vivenciar a realidade da Ponta Oeste.

Por fim agradeço a todas as pessoas que passaram por mim durante esta caminhada e que de alguma forma me marcaram pra sempre.

Fica aqui a minha eterna gratidão a todos vocês!

RESUMO

O objetivo do presente trabalho é conhecer como os pescadores da Ilha do Mel (Paranaguá, Paraná, Brasil) foram impactados pelas grandes mudanças nela acontecidas nos últimos 30 anos, e avaliar suas condições socioeconômicas presentes, no intuito de compreender quanto e como se mantêm enquanto pescadores junto com suas famílias. Assim, começa-se por resgatar o histórico dessas comunidades e os motivos pelos quais elas ainda se mantêm como tais, bem como suas expectativas de continuarem na atividade pesqueira e quanto ao futuro das vilas. A pesca artesanal na Ilha do Mel está ameaçada por diversos fatores. No caso da Ponta Oeste esta é ameaçada, além da crise dos estoques pesqueiros, pela introdução de unidades de conservação que restringiu seu espaço e o uso de recursos. Na vila de Encantadas, os pescadores encontram-se ameaçados tanto pela crise da pesca, com a diminuição dos estoques, como pelo avanço do turismo sobre seu território. Este, por um lado, oferece oportunidades para complementar a renda da pesca, mas, por outro, é responsável pela aculturação da comunidade bem como pelo abandono de suas atividades tradicionais. A escolha dessas duas vilas para o estudo se deu por concentrar a maioria de pescadores da ilha e por apresentar situações extremas: a Ponta Oeste, uma vila pequena e pouco desenvolvida, onde a pesca é a única atividade geradora de renda e, por outro, Encantadas, uma vila desenvolvida economicamente e no quesito infra-estrutura, com parte do seu território ocupado por imigrantes, turistas e comércios, onde a pesca ainda representa uma fonte de renda para os nativos, mas está quase sempre associada a outras atividades que envolvem o turismo. Para levantamento dos dados foram feitas entrevistas abertas a informantes qualificados e entrevistas estruturadas com perguntas abertas e fechadas para as famílias dos pescadores, sempre a um adulto por casa, de modo que metade dos pescadores ou das casas de cada vila foi abordada. Os dados quantitativos obtidos foram processados através de análise percentual e descritores estatísticos básicos, que resultaram em tabelas e gráficos e os dados qualitativos foram descritos em forma de texto e complementados com croquis e fotos. Foi constatado que a maioria dos pescadores da ilha é do sexo masculino, mas algumas mulheres saem a pescar com seus maridos. A renda dos outros membros da família, que não o pescador, complementa o sustento familiar. A atividade pesqueira pode ser exercida de forma principal ou secundária e a renda gerada varia muito de acordo com o período do ano (verão e inverno). Apenas os pescadores da vila da Ponta Oeste não possuem atividades além da pesca. A pesca é realizada nos moldes de pequena escala, tendo como destino final o mercado, mas parte da captura sempre é destinada ao consumo familiar. Outras atividades de subsistência como roça e caça não são mais realizadas na vila, a não ser com algumas exceções na vila de Encantadas, de pequenas hortas nos quintais.

Palavras-chave: Pesca de pequena escala; Condições socioeconômicas; Comunidades tradicionais; Ilha do Mel.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA - 1 MAPA DETALHADO DA ILHA DO MEL 42
FIGURA 2 - ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL BEM-TE-VI 78
FIGURA 3 - IGREJA CATÓLICA (ENCANTADAS) 79
FIGURA 4 - ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE ENCANTADAS 79
FIGURA 5 - AGÊNCIA DO CORREIO (ENCANTADAS) 79
FIGURA 6 - MERCADO BIG ZÉ (ENCANTADAS) 79
FIGURA 7 - BAR E RESTAURANTE (ENCANTADAS) 79
FIGURA 8 - LOJA DE ROUPAS (ENCANTADAS) 79
FIGURA 9 - BARRACO DE PESCA (ENCANTADAS) 80
FIGURA 10 - BARRACO DE PESCA E CANOA A REMO (ENCANTADAS) 80
FIGURA 11 - GRUTA DE ENCANTADAS 80
FIGURA 12 - PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO (ENCANTADAS) 80
FIGURA 13 - CROQUI DA VILA DE ENCANTADAS 81
FIGURA 14 - EMBARCAÇÕES ATRACADAS NO TRAPICHE (ENCANTADAS) 82
FIGURA 15 - EMBARCAÇÕES JUNTO ÀS CASAS (ENCANTADAS) 82
FIGURA 16 - EMBARCAÇÕES ATRACADAS NO TRAPICHE (ENCANTADAS) 82
FIGURA 17 - EMBARCAÇÃO EM CONSERTO (ENCANTADAS) 82
FIGURA 18 - VENDA DE PÃES, BOLOS, SALGADADOS E PESCADO (ENCANTADAS) 84
FIGURA 19 - CASA DE NATIVO (PONTA OESTE) 88
FIGURA 20 - CASA DE NATIVO (PONTA OESTE) 88
FIGURA 21 - CASA DE NATIVO (PONTA OESTE) 88
FIGURA 22 - CASAS DE NATIVOS (PONTA OESTE) 88
FIGURA 23 - ANTIGA IGREJA CATÓLICA (PONTA OESTE) 88
FIGURA 24 - ANTIGO GRUPO ESCOLAR (PONTA OESTE) 88
FIGURA 25 - CAIXAS DE ISOPOR 89
FIGURA 26 - CAIXA D'ÁGUA E BOMBA PRA PUXAR ÁGUA DO POÇO (ENCANTADAS) 89

FIGURA 27 - CROQUI DA VILA DA PONTA OESTE. 90
FIGURA 28 - TENDAS DE PESCA (PONTA OESTE). 91
FIGURA 29 - PESCADORES TRABALHANDO NA TENDA (PONTA OESTE). 91
FIGURA 30 - CANOA A REMO (PONTA OESTE) 91
FIGURA 31 - EMBARCAÇÃO DE TÁBUA (PONTA OESTE) 91
FIGURA 32 - MATERIAL PARA IMPLANTAÇÃO DE CULTIVO DE OSTRA (PONTA OESTE). 92

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – DISTRIBUIÇÃO DAS FAMÍLIAS DE PESCADORES, POR SEXO E FAIXA ETÁRIA. ILHA DO MEL, 2010. 95

GRÁFICO 2 – FAMÍLIAS DE PESCADORES DA ILHA DO MEL SEGUNDO LOCAL DE NASCIMENTO, 2010..... 96

GRÁFICO 3 - ESCOLARIDADE MEMBROS ADULTOS (ACIMA DE 18 ANOS) DAS FAMÍLIAS DE PESCADORES DA ILHA DO MEL, 2010..... 97

GRÁFICO 4 - ESCOLARIDADE DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES (0 A 18 ANOS) MEMBROS DAS FAMÍLIAS DE PESCADORES DA ILHA DO MEL, 2010..... 98

GRÁFICO 5 - ESCOLARIDADE DE CRIANÇAS E ADULTOS DAS FAMÍLIAS DE PESCADORES DA ILHA DO MEL EM 2010..... 99

GRÁFICO 6 – PERCENTAGEM DE ADULTOS QUE PARTICIPAM DE ALGUMA ORGANIZAÇÃO SOCIAL. FAMÍLIAS DE PESCADORES DA ILHA DO MEL, 2010. 100

GRÁFICO 7 – PRINCIPAIS ATIVIDADES GERADORAS DE RENDA DOS PESCADORES E SUAS FAMÍLIAS NA ILHA DO MEL, POR TIPO E OCORRÊNCIA. 2010. 102

GRÁFICO 8 - ATIVIDADES SECUNDÁRIAS GERADORAS DE RENDA PARA OS PESCADORES E SUAS FAMÍLIAS NA ILHA DO MEL, POR TIPO E OCORRÊNCIA. 2010. 103

GRÁFICO 9 - PORCENTAGEM DE ADULTOS QUE EXERCEM ALGUMA ATIVIDADE GERADORA DE RENDA POR FAMÍLIA. ILHA DO MEL, 2010. 103

GRÁFICO 10 - PERCENTAGEM DE ATIVIDADES NÃO REMUNERADAS POR TIPO, REALIZADAS PELOS PESCADORES E SUAS FAMÍLIAS NA ILHA DO MEL EM 2010. 119

GRÁFICO 11 – EXPRESSÃO DOS BENEFÍCIOS SOCIAIS NAS RENDAS FAMILIARES DOS PESCADORES DA ILHA DO MEL, 2010. 125

GRÁFICO 12 - EXPRESSÃO DO SEGURO DEFESO SOBRE AS RENDAS FAMILIARES DOS PESCADORES DA ILHA DO MEL, 2010. 127

LISTA DE TABELAS

TABELA 1- NÚMERO TOTAL DE MORADORES DA ILHA DO MEL POR POVOADO. 1950, 1980 E 1995. 45

TABELA 2 - NÚMERO DE CASAS E HABITANTES DA ILHA SEGUNDO OS CENSOS DE 1950, 1970, 1980 E 1991. 46

TABELA 3 - DADOS PESSOAIS DOS INFORMANTES QUALIFIDADOS. 62

TABELA 4 - ATIVIDADES ECONÔMICAS NA VILA DE ENCANTADAS, QUANTO À DESTINO DOS PRODUTOS E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO. APROXIMADAMENTE 1980. 68

TABELA 5 - ATIVIDADES ECONÔMICAS NA PONTA OESTE, QUANTO À DESTINO DOS PRODUTOS E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO. APROXIMADAMENTE 1980. 75

TABELA 6 - ATIVIDADES REMUNERADAS ATUAIS DOS NATIVOS DA VILA DE ENCANTADAS POR TIPO, DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E FREQÜÊNCIA. 2010. 85

TABELA 7 - ATIVIDADES REMUNERADAS EXERCIDAS PELOS IMIGRANTES, POR TIPO, GÊNERO E FREQÜÊNCIA. 86

TABELA 8 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR FAIXA ETÁRIA E SEXO. FAMÍLIAS DE PESCADORES DA ILHA DO MEL 2010 94

TABELA 9 - DISTRIBUIÇÃO POR FAIXA ETÁRIA: CRIANÇAS, IDADE ATIVA E IDOSOS. FAMÍLIAS DE PESCADORES DA ILHA DO MEL, 2010. 94

TABELA 10 – PARTICIPAÇÃO EM ORGANIZAÇÕES SOCIAIS DE ADULTOS (MAIORES DE 18 ANOS) POR SEXO. FAMÍLIAS DE PESCADORES DA ILHA DO MEL, 2010. 100

TABELA 11 - HORAS POR DIA, DIAS POR MÊS E MESES POR ANO DEDICADOS ÀS ATIVIDADES PRINCIPAIS PELOS PESCADORES E SUAS FAMÍLIAS NA ILHA DO MEL, 2010 104

TABELA 12 – HORAS POR DIA, DIAS POR MÊS E MESES POR ANO DEDICADOS ÀS ATIVIDADES SECUNDÁRIAS PELOS PESCADORES E SUAS FAMÍLIAS NA ILHA DO MEL, 2010. 104

TABELA 13 - PERÍODOS DE TEMPO DEDICADOS A PESCA COMO ATIVIDADE PRINCIPAL, PELOS PESCADORES E SUAS FAMÍLIAS NA ILHA DO MEL, 2010. 106

TABELA 14 - PERÍODOS DE TEMPO DEDICADOS A PESCA COMO ATIVIDADE SECUNDÁRIA, PELOS PESCADORES E SUAS FAMÍLIAS NA ILHA DO MEL, 2010. 107

TABELA 15 - PERÍODOS DE TEMPO DESTINADOS A ATIVIDADE TURÍSTICA COMO PRINCIPAL, PELOS PESCADORES E SUAS FAMÍLIAS NA ILHA DO MEL, 2010. 109

TABELA 16 - PERÍODOS DE TEMPO DEDICADOS A ATIVIDADE TURÍSTICA COMO SECUNDÁRIA, PELOS PESCADORES E SUAS FAMÍLIAS NA ILHA DO MEL, 2010. 109

TABELA 17 – RENDA INDIVIDUAL OBTIDA NOS MELHORES MESES DO ANO COM A ATIVIDADE PRINCIPAL, PARA OS PESCADORES E SUAS FAMÍLIAS NA ILHA DO MEL, 2010. 111

TABELA 18 – RENDA INDIVIDUAL OBTIDA NOS PIORES MESES DO ANO COM A ATIVIDADE PRINCIPAL, PARA OS PESCADORES E SUAS FAMÍLIAS NA ILHA DO MEL, 2010. 111

TABELA 19 - PERCENTAGEM DE MELHORES MESES DO ANO COM RELAÇÃO À OBTENÇÃO DE RENDA INDIVIDUAL ATRAVÉS DA ATIVIDADE PRINCIPAL DE PESCADORES E SUAS FAMÍLIAS NA ILHA DO MEL, 2010 112

TABELA 20 – PERCENTAGEM DE PIORES MESES DO ANO COM RELAÇÃO À OBTENÇÃO DE RENDA INDIVIDUAL ATRAVÉS DA ATIVIDADE PRINCIPAL DE PESCADORES E SUAS FAMÍLIAS NA ILHA DO MEL, 2010 112

TABELA 21 - RENDA INDIVIDUAL EM SALÁRIOS MÍNIMOS OBTIDA NOS MELHORES MESES DO ANO PELOS PESCADORES E SUAS FAMÍLIAS NA ILHA DO MEL, 2010 113

TABELA 22 - RENDA INDIVIDUAL EM SALÁRIOS MÍNIMOS OBTIDA NOS PIORES MESES DO ANO PELOS PESCADORES E SUAS FAMÍLIAS NA ILHA DO MEL, 2010. 113

TABELA 23 - RENDA OBTIDA PELOS PESCADORES E SUAS FAMÍLIAS NOS MELHORES MESES DO ANO COM A ATIVIDADE SECUNDÁRIA, 2010 114

TABELA 24 - RENDA OBTIDA PELOS PESCADORES E SUAS FAMÍLIAS NOS PIORES MESES DO ANO COM A ATIVIDADE SECUNDÁRIA, 2010. 114

TABELA 25 - PERCENTAGEM DE MELHORES MESES DO ANO COM RELAÇÃO À OBTENÇÃO DE RENDA ATRAVÉS DA ATIVIDADE SECUNDÁRIA, PELOS PERCADORES E SUAS FAMÍLIAS NA ILHA DO MEL EM 2010. 114

TABELA 26 - PERCENTAGEM DE PIORES MESES DO ANO COM RELAÇÃO À OBTENÇÃO DE RENDA ATRAVÉS DA ATIVIDADE SECUNDÁRIA, PELOS PERCADORES E SUAS FAMÍLIAS NA ILHA DO MEL EM 2010. 114

TABELA 27 - RENDA INDIVIDUAL EM SALÁRIOS MÍNIMOS OBTIDA NOS MELHORES MESES DO ANO PELOS PESCADORES E SUAS FAMÍLIAS NA ILHA DO MEL 115

TABELA 28 - RENDA INDIVIDUAL EM SALÁRIOS MÍNIMOS OBTIDA NOS PIORES MESES DO ANO PELOS PESCADORES E SUAS FAMÍLIAS NA ILHA DO MEL. 115

TABELA 29 - RENDA MÉDIA FAMILIAR DOS PESCADORES DA ILHA DO MEL DE ACORDO COM OS MELHORES E PIORES MESES E NO GERAL. 117

TABELA 30 - RENDA FAMILIAR DOS PESCADORES DA ILHA DO MEL EM SALÁRIOS MÍNIMOS OBTIDA NOS MELHORES MESES DO ANO. 117

TABELA 31 - RENDA FAMILIAR DOS PESCADORES DA ILHA DO MEL EM SALÁRIOS MÍNIMOS OBTIDA NOS PIORES MESES DO ANO 117

TABELA 32 - REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DOMÉSTICOS POR GÊNERO, PELOS PESCADORES E SUAS FAMÍLIAS NA ILHA DO MEL EM 2010. 119

TABELA 33 - REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DOMÉSTICOS POR FAIXA ETÁRIA, PELOS PESCADORES E SUAS FAMÍLIAS NA ILHA DO MEL EM 2010. 119

TABELA 34 - MÉDIA DE HORAS POR DIA, DIAS POR MÊS E MESES POR ANO DEDICADOS AOS SERVIÇOS DOMÉSTICOS PELOS PESCADORES E SUAS FAMÍLIAS NA ILHA DO MEL EM 2010. 120

TABELA 35 - NÚMERO E PERCENTAGEM DE ESTUDANTES DAS FAMÍLIAS DE PESCADORES DA ILHA DO MEL, POR GÊNERO EM 2010. 121

TABELA 36 - NÚMERO E PERCENTAGEM DE ESTUDANTES DAS FAMÍLIAS DE PESCADORES DA ILHA DO MEL, POR FAIXA ETÁRIA EM 2010 121

TABELA 37 – MÉDIA DE HORAS POR DIA, DIAS POR MÊS E MESES POR ANO DEDICADOS AO ESTUDO PELAS FAMÍLIAS DE PESCADORES DA ILHA DO MEL, EM 2010 122

TABELA 38 - MÉDIA DE HORAS POR DIA, DIAS POR MÊS E MESES POR ANO DEDICADOS A LIMPEZA DE QUINTAL POR PESCADORES E SUAS FAMÍLIAS NA ILHA DO MEL EM 2010. 122

TABELA 39 - FAIXA ETÁRIA DOS PESCADORES DA ILHA POR SEXO EM 2010. 128

TABELA 40 - TEMPO EM ANOS DEDICADO À ATIVIDADE PESQUEIRA PELOS PESCADORES DA ILHA DO MEL, 2010. 129

TABELA 41 - ANO DE FILIAÇÃO DOS PESCADORES À COLÔNIA DE PESCA. ILHA DO MEL, 2010 130

TABELA 42 - ATIVIDADES RELACIONADAS À PESCA POR VILA E SEXO. ILHA DO MEL, 2010 131

TABELA 43 - NÚMERO DE PESCADORES PROPRIETÁRIOS DE EMBARCAÇÃO POR TIPO DE EMBARCAÇÃO. 2010. 132

TABELA 44 - FAIXA DE PREÇO ATUAL DAS EMBARCAÇÕES SEGUNDO TIPO DE EMBARCAÇÃO. ILHA DO MEL, 2010. 133

TABELA 45 - LOCALIDADES ONDE FORAM REALIZADAS AS ATIVIDADES FORA DA PESCA PELOS PESCADORES DA ILHA DO MEL. 135

TABELA 46 - RENDA MÉDIA, MÍNIMA E MÁXIMA NOS MELHORES E PIORES MESES DO ANO DOS PESCADORES DA ILHA DO MEL, 2010..... 135

TABELA 47 - MELHORES E PIORES MESES PARA A OBTENÇÃO DE RENDA DA PESCA SEGUNDO OS PESCADORES DA ILHA DO MEL, 2010..... 136

TABELA 48 - QUANTIDADE DE PARENTES QUE FORAM EMBORA DA ILHA POR FAMÍLIA. 139

TABELA 49 - CLASSES DE ANO EM QUE OCORRERAM AS MIGRAÇÕES DE PARENTES DOS PESCADORES DA ILHA..... 139

TABELA 50 - MOTIVO PELOS QUAIS OCORRERAM AS MIGRAÇÕES DOS PARENTES DE PESCADORES DA ILHA DO MEL..... 139

TABELA 51 - LOCALIDADES PARA ONDE FORAM OS EMIGRANTES PARENTES DOS PESCADORES DA ILHA DO MEL. 140

TABELA 52 – IDADE ATUAL DOS EMIGRANTES PARENTES DOS PESCADORES DA ILHA DO MEL..... 140

TABELA 53 - OCUPAÇÃO ATUAL DOS EMIGRANTES PARENTES DOS PESCADORES DA ILHA DO MEL. 141

TABELA 54 - ANO EM QUE OS IMIGRANTES PARENTES DOS PESCADORES VIERAM A MORAR NA ILHA. 141

TABELA 55 – LOCALIDADES DE ONDE VIERAM OS IMIGRANTES PARENTES DOS MORADORES DA ILHA DO MEL. 142

TABELA 56 - FAIXA ETÁRIA DOS IMIGRANTES PARENTES DOS PESCADORES DA ILHA DO MEL..... 142

TABELA 57 – MOTIVO PELO QUAL OS IMIGRANTES PARENTES DOS PESCADORES VIERAM PARA A ILHA DO MEL. 143

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 16
2 HIPÓTESES E OBJETIVOS 19
2.1 PERGUNTAS DA PESQUISA 19
2. 2 OBJETIVOS 20
2.2.1Objetivo Geral 20
2.2.2 Objetivos específicos 20
3 REFERENCIAL TEÓRICO 22
3.1 FORMAS DE PRODUÇÃO PESQUEIRA DO BRASIL 22
3. 2 A PESCA ARTESANAL 25
3. 3 POPULAÇÕES TRADICIONAIS E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO 27
3.4 O TURISMO E AS COMUNIDADES TRADICIONAIS 30
4 ANTEDENTES DE PESQUISA 34
4.1 A PESCA NO BRASIL E NO MUNDO 34
4.2 A PESCA NO LITORAL DO PARANÁ 35
4.3 A PESCA E OS PESCADORES DA ILHA DO MEL 36
4.4 ÁREA DE ESTUDO 39
4.4.1 Aspectos Físicos 40
4.4.2 Aspectos Sociais 42
4.4.2.1 Povoamento 42
4.4.2.2 Evolução demográfica, moradias e outras instalações 43
4.4.2.3 Uso turístico 46
4.4.2.4 Políticas e propostas de ação 49
4.4.2.5 Infra-estrutura e serviços 52
4.4.2.6 Economia 54
4.4.2.7 As vilas 55
4.4.2.8 Estação Ecológica e Parque Estadual da Ilha do Mel 57
4.4.2.9 Relações entre homem e ambiente 58
5 MÉTODOS E INSTRUMENTOS DA PESQUISA 61
6 RESULTADOS E DISCUSSÃO 66
6.1 HISTÓRICO DAS VILAS 66
6.1.1 Encantadas 66

6. 1. 2 Ponta Oeste 73
6. 2. CARACTERÍSTICAS ATUAIS DAS VILAS 77
6. 2. 1 Encantadas 77
6.2.1.1 Características gerais: população, moradias, infra-estrutura e serviços. 77
6. 2. 1. 2. Caracterização da atividade pesqueira na Vila de Encantadas 82
6. 2. 1. 3. Outras atividades econômicas atuais na Vila de Encantadas 84
6. 2. 2 Ponta Oeste 87
6.2.2.1 Características gerais: população, moradias, infra-estrutura e serviços 87
6. 2. 2. 2 Caracterização da atividade pesqueira da Ponta Oeste 90
6.3 PERFIL DAS FAMÍLIAS DOS PESCADORES 93
6.3.1 Sexo, idade, origem, escolaridade e organização social 93
6. 4 ATIVIDADES ECONÔMICAS REALIZADAS PELOS PESCADORES E SUAS FAMÍLIAS 101
6. 4. 1 Atividade Pesqueira 105
6. 4. 2 Atividade Turística 107
6. 4. 3 Outras atividades remuneradas 110
6.5 RENDAS 110
6.5.1Rendas Individuais 110
6.5.1.1 Atividades Principais 111
6. 5. 1. 2 Atividades Secundárias 113
6. 5. 2 Rendas Familiares 115
6. 6. ATIVIDADES NÃO–REMUNERADAS 118
6. 7 BENEFÍCIOS SOCIAIS 123
6. 7.1 Aposentadoria 123
6. 7. 2 Bolsa Família 124
6. 7. 3 Seguro Defeso 126
6. 8 OS PESCADORES DA ILHA DO MEL 127
6. 8. 1 Participação na Colônia de Pesca 130
6. 8. 2 Divisão de gênero nos trabalhos da pesca 130
6. 8. 3 Relações de produção e distribuição na pesca 131
6. 8. 4 Outras ocupações 134
6. 8. 5 Rendas dos pescadores 135
6. 9 MIGRAÇÕES 137
6. 9. 1 Entre atividades exercidas 137

CENTRO DE ESTUDOS DO MAR
BIBLIOTECA

6. 9. 2 Venda de terrenos e casas 138
6. 9. 3 Emigração 138
6. 9. 4 Imigração 141
6. 10 Visão de mudanças 143
6. 11 VISÃO DO FUTURO 143
6. 11. 1 Encantadas 144
6.11.2 Ponta Oeste 144
7 CONCLUSÕES 146
REFERÊNCIAS 151
APÊNDICES 156

1 INTRODUÇÃO

A pesca de pequena escala sofre ameaças de diversos tipos. Por um lado está a redução dos estoques pesqueiros, que se dá tanto pelas agressões geradas pela poluição urbano-industrial, que diminui os estoques pesqueiros ou os torna impróprios para consumo humano; quanto pelo avanço da pesca predatória realizada pelos barcos de indústrias pesqueiras que, freqüentemente operam em áreas costeiras onde trabalham os pescadores artesanais e que se viu facilitada pela introdução de maquinismo e técnicas cada vez mais predatórias (DIEGUES.a, 2004).

Em segundo lugar, as comunidades de pescadores de pequena escala estão sob severa ameaça da especulação imobiliária, que expulsa os pescadores de suas praias, algumas vezes de maneira violenta, e que os tem levado para áreas cada vez mais distantes da praia (DIEGUES.a, 2004). A disputa de espaço costeiro com outras atividades econômicas, como o turismo, também pressiona os pescadores a sair de seus locais de porto e moradia. A construção de casas de veraneio e outras instalações turísticas nas praias resultam na venda de posses dos moradores locais e os transforma em caseiros, na maioria das vezes, verifica-se a desorganização do modo de vida tradicional pela "modernidade" e, em outras ocasiões a incorporação de novos valores da sociedade urbano-industrial (DIEGUES.b, 2004).

A introdução de outras atividades econômicas nos espaços dos pescadores artesanais exerce um efeito contraditório sobre eles, pois estas atividades, sendo às vezes mais regulares, seguras e rentáveis, geram a migração econômica dos pescadores e suas famílias para elas, constituindo um fator desestruturante das populações pesqueiras tradicionais, mas, enquanto estes outros trabalhos resultem um complemento à renda familiar, tornam possível a manutenção dos pescadores na atividade e no local.

Por outro lado, a implantação de unidades de conservação de diferentes tipos, também exerce pressões sobre as comunidades de pescadores de pequena escala. Estas, quando não os obrigam a sair de seus locais, restringem o uso dos recursos terrestres e aqüícolas, de forma que as fontes de geração de alimento e renda se vêm limitadas. No entanto, a exclusão ou limites de uso que implicam

essas unidades, protege as populações tradicionais pesqueiras da ocupação dessas áreas por terceiros ou de certos usos.

No caso particular da Ilha do Mel, estas pressões se deram a partir do início da década de 80, quando ocorreu a intensificação do turismo no local e a implantação de unidades de conservação na ilha. O turismo fez com que os pescadores perdessem espaço costeiro para os turistas, veranistas e imigrantes que vieram a se instalar na ilha em busca de novas oportunidades de emprego e geração de renda trazida pelo incremento dessa atividade. Nesse caso, muitos dos nativos venderam seus terrenos a pessoas "de fora" e acabaram por ficar parcial ou completamente sem espaço para crescimento de suas famílias.

O avanço do turismo também fez com que algumas comunidades da ilha perdessem seus costumes e tradições, ocasionando uma descaracterização cultural da população tradicional. A convivência com turistas e imigrantes teria trazido a dependência dos nativos quanto aos bens de consumo industrializados, a mudança do linguajar nativo, a introdução de valores vindos do continente, assim como as drogas e o desaparecimento do fandango e com pouco menos intensidade dos forrós, comuns antigamente (ATHAYDE & TOMAZ, 1995).

Já a implantação das unidades de conservação no local (Estação Ecológica da Ilha do Mel e Parque Estadual) foi responsável por limitar/controlar ou até mesmo impedir o crescimento geográfico e estrutural das vilas, trazendo também limitações quanto ao uso dos recursos naturais.

Diversos trabalhos já foram realizados na Ilha do Mel, sendo sua maioria com enfoque biológico, sobre fauna, flora e aspectos geológicos do local. Os estudos com enfoque sócio-econômico não abordaram o papel das famílias dos pescadores na manutenção dos mesmos como tais até os dias de hoje, no entanto, contribuíram para a compreensão das relações dos nativos com o turismo e as unidades de conservação.

O estudo mais recente sobre a pesca na Ilha do Mel, realizado por Fuzetti em 2007, traz uma descrição dos pescadores da ilha, bem como suas atividades e recursos pesqueiros, porém não aborda as relações de produção na pesca, nem o trabalho dos membros da família do pescador no sustento da casa, além de não trazer fatores que expliquem sua persistência até os dias de hoje.

Portanto, o presente trabalho, que tem como objetivo geral identificar o acontecido com os pescadores da Ilha do Mel e suas atividades nos últimos 30 anos

e descrever a situação atual destes, focando nas suas estratégias de reprodução econômica, justifica-se quanto à sua pertinência científica, pois busca produzir conhecimento não existente e melhorar o que já existe. E, ao trazer dados sobre a realidade sócio-econômica das comunidades pesqueiras da ilha, traz subsídios para que ocorra melhor gestão dos recursos pesqueiros, com planos de manejo que beneficiem tanto os recursos, quanto as comunidades que dependem deles, afirma assim, sua relevância social.

2 HIPÓTESES E OBJETIVOS

2.1 PERGUNTAS DA PESQUISA

A presente pesquisa se realiza no Laboratório Sócio-ambiental (LABSOC) do Centro de Estudos do Mar da UFPR. A partir da acumulação de conhecimento sobre o tema da pesca de pequena escala desde 2003, o laboratório trabalha com a seguinte interpretação ou hipóteses gerais que orientam este trabalho:

- A reprodução socioeconômica das comunidades tradicionais de pescadores de pequena escala, no contexto da crescente escassez de recursos pesqueiros e do avanço do turismo e outras atividades nas áreas litorâneas, tende à diversificação e à ampliação de atividades econômicas fora da pesca. Essas atividades contribuem a reproduzir as comunidades enquanto complementam a pesca, mas,quando oferecem oportunidades melhores, seja em renda e/ou em condições de trabalho, induzem à emigração (econômica e física) e á aculturação, levando ao fim da condição de pescadores e até a dissolução das comunidades. Esse processo supõe a incorporação de mais membros dos grupos familiares ao trabalho remunerado, vinculado ou não à pesca, particularmente das mulheres (PIERRI, 2008).
- O avanço do turismo, outras atividades e a urbanização em geral nas regiões costeiras opera de forma contraditória na reprodução socioeconômica das comunidades tradicionais de pescadores de pequena escala: negativamente, ocupa o espaço dos pescadores e introduz modos de vida e valores que alteram a cultura tradicional, mas positivamente, representa uma demanda dos produtos pesqueiros a um preço maior, demanda que liberta parcial ou totalmente aos pescadores da submissão a intermediários, e abre oportunidades de geração de renda dentro e fora da pesca para homens e mulheres (PIERRI, 2008).
- As áreas de conservação que incluem comunidades tradicionais de pescadores de pequena escala operam de forma contraditória na sua

reprodução sócio-econômica: negativamente, limitam o uso do solo e de determinados recursos e atividades geradoras de alimento e produtos comercializáveis (caça e agricultura), e, positivamente, resguardam o habitat dessas comunidades conservando o ambiente e limitando o acesso e uso de pessoas alheias (PIERRI, 2008).

A partir do anterior, o presente trabalho levanta as seguintes perguntas:

- O que aconteceu com os pescadores da Ilha do Mel e suas comunidades a partir do incremento da atividade turística (depois da implantação de luz elétrica em 1988)?
- Como os pescadores da Ilha do Mel e suas comunidades foram afetados pela implantação de unidades de conservação e as correspondentes restrições de ocupação e uso do solo e recursos naturais?
- Que peso teve nessa evolução a escassez de recursos pesqueiros?
- Como sobrevivem os atuais pescadores da Ilha do Mel? Dedicam-se exclusivamente às atividades pesqueiras ou as combinam com outras atividades (quais, em que local, e período, em condição de que, etc.)?
- Qual é o papel econômico das mulheres, dos jovens e dos idosos no sustento das famílias?

2. 2 OBJETIVOS

2.2.1Objetivo Geral

Identificar as principais mudanças socioeconômicas pelas quais passaram os pescadores da Ilha do Mel e suas comunidades nos últimos 30 anos e descrever sua situação atual, focando nas estratégias de reprodução econômica.

2.2.2 Objetivos específicos

1. Identificação das comunidades de pescadores presentes hoje na Ilha do

Mel, sua localização, e levantamento dos seus dados básicos;

2. Relatar o acontecido com as comunidades de pescadores da Ilha do Mel nos últimos 30 anos, focando nos aspectos que expliquem sua persistência e situação atual;
3. Verificar a migração de membros das comunidades para outras áreas, dentro ou fora da Ilha, e da migração de atividades econômicas, dentro e fora da pesca;
4. Levantamento dos trabalhos exercidos atualmente pelos pescadores e os membros da sua família, dentro e fora da pesca.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico do presente trabalho foca algumas questões que permitirão discutir o caso sob análise: as formas de produção pesqueira do Brasil, o que é a pesca artesanal e qual a sua situação em relação à crise dos recursos pesqueiros e a concorrência da pesca industrial, a situação das comunidades pesqueiras como um caso de população tradicional frente ao avanço de unidades de conservação e do turismo nos seus territórios.

3.1 FORMAS DE PRODUÇÃO PESQUEIRA DO BRASIL[1]

Diegues definiu para o litoral brasileiro, três formas de organização do trabalho produtivo na pesca que não se excluem entre si, mas se interpenetram de forma complexa; são elas: a *pesca de subsistência*, a pesca realizada dentro dos moldes de *pequena produção mercantil* e a *pesca capitalista.*

A *pesca de subsistência* está praticamente desaparecida do litoral brasileiro. É realizada por pequenos grupos humanos, onde a pesca é apenas uma das atividades do grupo, que também pratica a caça e a pequena lavoura, ambas de subsistência. É realizada através do trabalho da tribo ou unidade familiar, e cuja economia produz valores de uso e não valores de troca. Não há medição de moeda nas trocas e o eventual excedente é reduzido, sendo utilizado para intercâmbio, sem valor comercial.

A segunda forma, a pesca realizada dentro dos moldes de *pequena produção mercantil,* é caracterizada pela produção do valor de troca, onde o produto final (o pescado) é capturado tendo como destino final o mercado. Esta forma pode ser dividida em duas categorias: a produção mercantil simples dos *pescadores-lavradores* e a pequena produção mercantil dos *pescadores artesanais*.

A produção mercantil simples dos *pescadores-lavradores* é a forma de produção onde a pesca é uma atividade ocasional que se restringe a períodos de safras das espécies, tal como a época da tainha. Nesse caso, as atividades agrícolas são a base de subsistência e organização social, sendo que o pescado

[1] O capítulo está embasado em DIEGUES, 2004. Quando utilizado outros autores estará devidamente referenciado.

pode ser usado para consumo familiar, mas constitui uma das principais fontes de dinheiro disponível para a compra de outras mercadorias essenciais. Os instrumentos de produção são de propriedade familiar e os membros da família formam as unidades de trabalho. O limite da intensidade do trabalho é dado diretamente pelo número de trabalhadores de cada grupo, mas este limite pode ser ampliado através da realização de mutirões, onde vários grupos domésticos se reúnem em ocasiões especiais como a colheita e o cerco da tainha. A divisão social do trabalho é dada pelo sexo e idade dos trabalhadores, sendo que as mulheres não participam de certas atividades como os grupos de pesca. Os instrumentos de trabalho são de baixo custo relativo, produzidos através do trabalho familiar e caracterizados pela baixa capacidade de captura, com embarcações sem motor e cujo raio de ação é muito estreito, sendo a pesca realizada principalmente em lagunas, baías fechadas ou em ambientes protegidos, com aparelhos de captura fixos como o cerco e o curral. A divisão do pescado se dá pelo sistema de partilha ou quinhões, onde cada trabalhador recebe parte do total da produção. A venda é feita através do intermediário, o qual estabelece a relação entre os pequenos produtores e o mercado, à medida que cresce o excedente da produção a dependência do pequeno produtor em relação ao intermediário cresce na mesma proporção.

Na pequena produção mercantil dos *pescadores artesanais* o grupo doméstico não constitui mais a base das unidades de produção, a pesca deixa de ser uma atividade complementar como era no caso dos *pescadores-lavradores* e se torna a principal fonte de renda dos pescadores. Os avanços tecnológicos (embarcações motorizadas, redes de náilon, novos processos de conservação e transporte do pescado, etc.) propiciados pela produção do excedente, exigem mão-de-obra mais especializada, que nem sempre é a familiar. A partir de então são estabelecidos sistemas de partilha menos igualitários, nesse caso, o dono da embarcação motorizada exige um quinhão maior do total da produção, que deve ser utilizado para a manutenção das embarcações, bem como para o pagamento de possíveis financiamentos, etc. Com isso, a diferença entre a classe detentora dos meios de produção e dos "camaradas" torna-se mais nítida e as grandes tripulações dão lugar às tripulações menores mais especializadas. A propriedade individual dos meios de produção passa a ser mais importante que a propriedade familiar na organização produtiva. No processo de comercialização do pescado, o atravessador

individual perde espaço para as firmas de compra e financiamento da produção. É neste estágio então que surge o pescador como tal, que se sustenta exclusivamente da sua profissão e que devido ao processo de urbanização que o expulsa de suas terras, deixa de realizar suas atividades de subsistência e passa a depender totalmente do trabalho no mar. Nesse caso, a produção é totalmente voltada ao mercado, ainda que uma pequena parte dela seja separada para consumo familiar. No entanto, alguns fatores ainda caracterizam a pequena pesca mercantil, são esses: o excedente reduzido e irregular, a baixa capacidade de acumulação, a dependência total do atravessador, a propriedade privada dos meios de produção e o domínio de um saber pescar baseado na experiência.

Como terceira forma de organização do trabalho na pesca, Diegues descreve a *produção pesqueira capitalista*, que pode ser dividida em dois subtipos: a produção dos *armadores* (proprietários de mais de uma embarcação) e a produção *empresarial capitalista*. No primeiro subtipo, os *armadores* não participam das atividades de captura; suas embarcações são maiores e mais bem equipadas que as dos pescadores artesanais; a operação de pesca é comandada por um mestre; os tripulantes possuem conhecimento das várias etapas da pesca, mas normalmente existe a divisão das tarefas (mestres, motoristas, cozinheiros, homens do convés); e a remuneração da força de trabalho para a maioria destas funções se faz através do sistema de partes. Já na produção *empresarial capitalista*, a propriedade dos instrumentos de produção está nas mãos de uma empresa capitalista, organizada em setores (captura, comercialização, industrialização, etc.) e integrada verticalmente; quem decide quanto pescar, onde pescar e descarregar a produção é um departamento especial da empresa e não mais o pescador, como era na pesca artesanal; o mestre, que na pesca artesanal era o próprio pescador proprietário da embarcação, passa a ser o intermediário entre a empresa e os pescadores, e ainda que guarde conhecimentos sobre o saber-fazer, passa a utilizar equipamentos como sonar, radar e ecossonda; as embarcações são maiores e mais bem equipadas; a remuneração passa a ser através de salários, sendo que os trabalhadores que participam de forma direta da captura recebem partes ou participação na produção; e a atividade é totalmente voltada para a produção de mercadorias.

Entre estas três formas de organização (*pesca de subsistência, pequena produção mercantil* e *produção capitalista*), não há necessariamente uma evolução

entre uma e outra, mas elas coexistem de forma conflitante, onde a dominância é dada pela forma onde o desenvolvimento das forças produtivas é maior, ou seja, na forma de *produção capitalista*. No entanto, o autor salienta que estas categorias são apenas modelos teóricos que para serem colocados em prática devem ser operacionalizados.

3. 2 A PESCA ARTESANAL

A pesca artesanal não está especificada na lei federal, que se refere apenas à pesca amadora e à pesca profissional, considerando a atividade pesqueira como toda operação, ação ou ato que tende a extrair, colher, apanhar, apreender ou capturar recursos pesqueiros (Lei n° 11.959 de 29/06/2009). No entanto, vários autores definem a pesca artesanal, através de descrições que variam em menor ou maior número de características. Rios (1976[2] apud FUZETTI, 2007) tipifica a pesca artesanal através de uma série de características: embarcações e equipamentos rústicos ou de baixo custo; produção em pequena escala; ausência de um sistema de frotas; embarcações pertencentes em geral a um único proprietário; inexistência de vínculo empregatício; parte da produção destinada ao auto-sustento; e remuneração do tripulante com produto *in natura*, pelo sistema de meação. De acordo com Silvano (1997), os pescadores artesanais mantêm contato direto com o ambiente natural, possuindo um conjunto de conhecimentos sobre a classificação, história natural, comportamento, biologia e utilização dos recursos naturais do local onde vivem. Diegues (1988), por sua vez, define os pescadores artesanais como aqueles que, na captura e desembarque, trabalham sozinhos e/ou utilizam mão-de-obra familiar ou não assalariada, exploram ambientes aquáticos próximos à costa, pois sua embarcação e aparelhagem possuem pouca autonomia, sendo a captura feita através de técnicas de reduzido rendimento relativo, cuja produção é destinada ao mercado. Desta maneira, o presente estudo opta por trabalhar com a definição proposta por Diegues, pois não está centrada nos aspectos técnicos, senão nos socioeconômicos da atividade pesqueira.

---

[2] RIOS, G. S. L. A. **A pesca artesanal como parte do setor de subsistência: sua abordagem socioecológica**. Ciência e Cultura, 4(28): 347 – 406, 1976.

Desta maneira, podemos dizer que, a pesca artesanal, ainda que muito importante no contexto de produção e geração de renda no contexto nacional, passa por diversos processos que dificultam ou inviabilizam sua manutenção tal como pequena produção mercantil. Esses processos estão relacionados com o esgotamento progressivo dos recursos pesqueiros, a concorrência com a pesca empresarial-capitalista, a disputa de território com a especulação imobiliária e a urbanização, entre outros (DIEGUES, 2004).

A redução dos estoques pesqueiros se dá tanto pela poluição urbano industrial, que muitas vezes torna o pescado inadequado para consumo humano; quanto pela pesca predatória, realizada por barcos de indústrias pesqueiras, que possuem técnicas e tecnologias cada vez mais predatórias e que freqüentemente atuam em áreas costeiras onde trabalham os pescadores artesanais, e que por isso criam um conflito caracterizado pela disputa de espaço entre essas duas modalidades de pesca. No entanto, a crescente degradação dos ecossistemas costeiros, parece ser o fator que mais ameaça a reprodução social dos pequenos pescadores que operam dentro do quadro de pequena produção mercantil, com equipamentos pouco predatórios e embarcações de baixa autonomia (DIEGUES, 2004).

Outro problema enfrentado pelo pescador artesanal é o alto custo do equipamento de pesca, bem como de sua manutenção e reposição parcial, além do aprovisionamento das embarcações, da aquisição de combustível e de lubrificantes, etc., o que o deixa dependente de fontes de financiamento na maioria das vezes informais (MALDONADO & SANTOS, 2006).

Já os processos de urbanização costeira e especulação imobiliária são responsáveis pela ocupação crescente das praias, que expulsa os pequenos pescadores de seus locais históricos, levando-os para áreas cada vez mais distantes do mar, onde as dificuldades para exercer a atividade pesqueira e o contato com os padrões da cultura urbana se tornam mais intensos e permanentes, e são fatores que contribuem para a descaracterização da vida tradicional dessas comunidades. Além disso, o turismo litorâneo, a industrialização e o uso agrícola e energético dos recursos hídricos, também interferem diretamente nas atividades de produção e reprodução dos espaços pesqueiros (CARDOSO, 2007). No entanto, as comunidades de pescadores de pequena escala também perdem território quando são inseridas unidades de conservação em suas áreas de reprodução (DIEGUES,

2004), fator este que, juntamente com o avanço do turismo sobre as comunidades tradicionais, deve ser tratado em capítulos conseguintes.

3. 3 POPULAÇÕES TRADICIONAIS E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO[3]

Parte-se do fato de que grande parte dos pescadores artesanais do Brasil em geral, e do litoral, em particular, se enquadram dentro da categoria de "população tradicional". Apesar de que hoje são objetos de políticas específicas de proteção por parte do Estado (Decreto N° 6.040 de 07/02/2007 que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais), estas populações têm sofrido pressões por abandonar seus territórios ou limitações no uso dos recursos pelo fato de se encontrarem dentro ou na zona de amortecimento de unidades de conservação. Este sub-capítulo enfoca esta questão.

Não existe definição universalmente aceita do que são as comunidades tradicionais ou "nativas". No sentido mais literal o termo "tradicional" implica uma longa residência numa determinada área. Mesmo assim, no direito internacional, o termo vem sendo usado de maneira mais precisa. É aplicado a grupos étnicos distintos que têm uma identidade diferente da nacional, tiram sua subsistência do uso dos recursos naturais e não são politicamente dominantes (ICIHI, 1987[4] *apud* COLCHESTER, 2000). Diegues (1996) por sua vez define populações tradicionais como populações de pequenos produtores, que se constituíram no período colonial, nos interstícios da monocultura e dos ciclos econômicos; que são relativamente isoladas e desenvolveram modos de vida particulares. No Brasil, a lei n° 11.428 de 22/12/2002 define "populações tradicionais" como aquelas que vivem em estreita relação com o ambiente natural, dependendo de seus recursos naturais para a sua reprodução sociocultural, por meio de atividades de baixo impacto ambiental (BRASIL, 2002). Assim, grande parte dos pescadores artesanais se enquadra nessa categoria.

---

[3] Este capítulo baseia-se principalmente em DIEGUES, 2000. Quando foram utilizados outros autores, estes foram referenciados.

[4] ICIHI (Independent Commission on International Humanitarian Issues), 1987. **Indigenous Peoples: a global quest for justice**. A report for the Independent Commission on Internacional Humanitarian Issues. Londres: Zed Books.

Partindo dessas definições, podemos dizer que, algumas práticas conservacionistas, como a implantação de parques nacionais e reservas naturais, muitas vezes desrespeitam os direitos civis das populações tradicionais locais, promovendo o seu deslocamento forçado das áreas transformadas em parques e ignorando seu vasto conhecimento e práticas de manejo de florestas, rios, lagos e ambientes costeiros.

Segundo Guha (1997) são cinco os grupos sociais que alimentam a conservação da vida selvagem no Terceiro Mundo: (i) os moradores das cidades e turistas que visitam o mundo selvagem, com objetivos de prazer, estética e recreação; (ii) as elites governamentais que vêem na conservação um símbolo de prestígio nacional; (iii) as organizações ambientalistas internacionais que educam os profissionais nas virtudes da biologia da conservação; (iv) os funcionários dos serviços de parques que motivam-se pelos privilégios que podem extrair, ainda que uma minoria esteja motivada pelo amor à natureza; e (v) os biólogos que querem conservar a natureza por causa da ciência. Esses cinco grupos unem-se pela hostilidade contra as populações tradicionais que habitavam o território das unidades de conservação antes de sua criação, percebendo as comunidades humanas como destruidoras do meio ambiente, e suas formas de vida são responsabilizadas pelo desaparecimento de espécies, pela contribuição à erosão do solo, etc.

O modelo de conservação utilizado ainda nos dias de hoje, possui dois princípios: o de que *"a natureza, para ser conservada, deve estar separada das sociedades humanas"* e o de que *"a noção de mundo selvagem estabelece que a natureza selvagem somente pode ser protegida quando separada do convívio humano"*. O primeiro princípio está relacionado com a idéia de que a humanidade é e deve estar separada da natureza, idéia esta que está enraizada na civilização ocidental. Muitas culturas e tradições apontam para o princípio de que ao homem foi dado o domínio sobre a natureza, sendo que a natureza selvagem contrastava com a cultura racional organizada pelos homens. O segundo princípio está relacionado com a visão de natureza selvagem, que surgiu associada à visão romântica de poetas, pintores e filósofos, que ao expressarem a natureza em suas obras, excluíam delas o homem.

Portanto, analisando os dois princípios da conservação, temos em ambos a separação do homem e da natureza, o que motivaria a exclusão das comunidades tradicionais das unidades de conservação criadas sobre seus territórios. No entanto,

em alguns casos, as populações tradicionais resistem às pressões dos órgãos ambientais e permanecem em seus locais de origem, sendo que quando isso acontece, suas necessidades de exploração dos recursos naturais inerentes a seu modo de vida e sobrevivência raramente são reconhecidas. Em vez disso, passa a ocorrer uma criminalização dos atos mais corriqueiros e fundamentais para a reprodução sociocultural destas comunidades. A caça, a pesca, a utilização dos recursos da floresta, a feitura das roças, a criação de galinhas ou porcos, a lenha para cozinhar e aquecer, a construção de uma nova casa para o filho que se casou, etc., tudo isso é transformado em crime, e seus praticantes perseguidos e penalizados (ARRUDA, 2000).

O que tem ocorrido é um conjunto de conseqüências indesejáveis da aplicação deste modelo de Unidades de conservação, que podem ser resumidas em cinco pontos: (i) tem promovido em muitas comunidades humanas um agravamento de suas condições de vida; (ii) tem-se somado a processos de expulsão das populações tradicionais para as periferias das cidades, engrossando as multidões em situação de miséria e a proliferação de favelas; (iii) muitas vezes promovem maior degradação ambiental, à medida que a população expulsa passa a ocupar e derrubar novas áreas para moradia; (iv) o crescimento do conflito rural; e (v) pressões de grupos econômicos e, de outro lado, das populações locais mais organizadas, somados com as dificuldades financeiras, operacionais e políticas de fiscalização e manejo destas áreas, fazem com que a legislação não seja cumprida.

O fato é que, a maioria das áreas protegidas é habitada. Na América do Sul, 86% das áreas protegidas são habitadas (COLCHESTER, 2000). No Paraná, segundo Arruda (2000) em 20% das Unidades de conservação do estado existem moradores. Tanto no interior quanto no entorno das UC's, essa presença tem gerado conflitos com a administração das unidades, pela suposta ou real depredação dos recursos naturais mediante a pesca predatória, a caça, extração mineral e de produtos vegetais, agricultura e pecuária.

Porém, nas últimas três décadas tem-se observado grandes mudanças no que se refere aos enfoques da conservação. Surgiu um novo naturalismo que propõe que não se pode entender a natureza de forma separada das sociedades humanas, na medida em que estas estão situadas na natureza que transformam e da qual dependem para sobreviver.

Assim, no Brasil, a partir de meados da década de 80, começou a surgir um tipo de ambientalismo mais ligado às questões sociais. Muitos autores consideram que a diversidade cultural é condição para manutenção da diversidade biológica, e que somente persistirá se as comunidades tradicionais continuarem a ter acesso aos recursos naturais de seu território e não forem expulsas, dentre outros processos, pela implementação de áreas protegidas. Esse ambientalismo que começou a influenciar uma nova forma de ver a conservação propõe a participação das comunidades tradicionais no planejamento e gestão das atividades de conservação.

A análise dos conhecimentos, técnicas e mecanismos socioculturais característicos das populações tradicionais, pode apontar caminhos mais adequados para um modo de ocupação do espaço com base no manejo sustentado do meio ambiente. No Brasil, já há uma série de experiências de gestão comunitária desenvolvidas nesta direção, cujos resultados, ainda que preliminares, são bastante promissores. A experiência das reservas extrativistas é uma das mais importantes e difundidas (ARRUDA, 2000).

No entanto, não é apenas a implantação de unidades de conservação que acarreta modificações na vida das populações tradicionais. A inserção do turismo em suas áreas de reprodução social e econômica, também é responsável por diminuir consideravelmente o espaço geográfico do nativo e/ou fazer com que este migre de suas atividades econômicas tradicionais como a pesca para atividades econômicas novas trazidas pelo turismo. Este tema será tratado no próximo capítulo.

3.4 O TURISMO E AS COMUNIDADES TRADICIONAIS

Existem várias definições para o termo turismo, as quais podem estar baseadas na demanda ou na oferta (COOPER, 2001). A Organização Mundial do Turismo (OMT, 1994) define o turismo como sendo a atividade que as pessoas realizam durante suas viagens e permanência em lugares distintos dos que vivem, por um período de tempo inferior a um ano consecutivo, com fins de lazer, negócios e outros. No período de 1975 a 2000 o turismo mundial cresceu num ritmo médio de 4,4% por ano, o que provocou um maior consumo da natureza sem a preocupação com a preservação e conservação dos atrativos que constituem a base de sustentação do turismo. Assim, muitas autoridades locais acabaram por direcionar

de forma errada seus esforços ao incentivo do turismo de massa (CARVALHO & NASCIMENTO, 2008), o qual caracteriza um dos extremos da atividade turística (COOPER, 2001). O turismo de massa que teve seu início no ano de 1960 é caracterizado por privilegiar o lucro e a grande escala, e é responsável por produzir grandes impactos sobre a sua área receptora, devido aos volumes mobilizados e à natureza do consumidor (COOPER, 2001). No entanto, esse tipo de turismo está em declínio nos dias de hoje, quando a demanda turística tende a se focar cada vez mais vez mais sobre a qualidade e exprime as necessidades da cultura e do meio ambiente (ZAOUAL, 2008). Uma forma de turismo em voga atualmente, que ocupa o outro extremo da atividade turística, é o turismo sustentável, definido como aquele que atende às necessidades dos turistas atuais e das regiões receptoras ao mesmo tempo em que protege e fomenta as oportunidades para o turismo futuro (GONZALEZ, 1996[5] *apud* OLIVEIRA, 2004).

O turismo, em todas as suas formas, representa uma atividade com forte absorção de mão-de-obra, que proporciona oportunidades para pequenas empresas e para iniciativas locais, possibilitando a geração de emprego tanto para profissionais com alto nível de formação e conhecimento tecnológico, como os de cultura e saberes populares. No entanto, os municípios litorâneos priorizam o turismo de massa, onde a iniciativa privada faz o papel de empreendedor turístico, deixando de lado o envolvimento das comunidades dos pescadores e dos residentes nos núcleos receptores. Sendo assim, a expansão turística no litoral, tem como principal característica a apropriação de terras para alocação dos empreendimentos em detrimento da expropriação de terras de comunidades pesqueiras. Nesse caso, os planos turísticos são realizados sem considerar os habitantes do local, que passam a realizar atividades relacionadas ao turismo de forma paralela aos investidores externos, caracterizando uma relação difícil e conflituosa entre os nativos e os empresários, pois possuem interesses comuns. Mas o turismo de massa ainda seria responsável pela descaracterização social das comunidades tradicionais que o recebem, fazendo com que estas, além do território, percam também sua identidade cultural (NETO *et al.*, 2008).

Podemos dizer então, que o turismo pode contribuir sensivelmente para o desenvolvimento socioeconômico e cultural, mas ao mesmo tempo, tem potencial

[5] GONZALES, G. **Sustainable tourism: the new paradigm**. 1996.

para degradar o ambiente natural, as estruturas sociais e a herança cultural dos povos, nesse caso o tipo de turismo que mais contribui para essa degradação é o turismo de massa (ROCHA, 2008).

Diegues (2004), ao analisar as comunidades caiçaras, cita que o turismo tem sido, desde a década de 1950, elemento profundamente transformador da paisagem litorânea caiçara, que se intensificou a partir da década de 1970, no litoral norte, com a abertura da BR-101 e no litoral sul com a melhoria das estradas federais e estaduais. Dentre as transformações destacadas pelo autor está a venda de posses caiçaras a turistas que resulta na transformação dos moradores locais em caseiros e a desorganização do modo de vida tradicional pela "modernidade" trazida pelos turistas, que em alguns casos leva a incorporação por parte dos nativos de novos valores da sociedade urbano-industrial.

Nesses casos, os meses de verão, dedicados às férias no meio urbano tem constituído uma nova "safra" no calendário de atividades locais. Nessa época, as embarcações de pesca são transformadas em barcos de transporte de turistas, casas de pescadores são transformadas em pousadas, etc. O trabalho na construção civil também tem desviado os caiçaras de suas atividades tradicionais de roça, pesca e coleta (DIEGUES, 2004).

Porém, algumas comunidades teriam se protegido dessas transformações. Montaram uma estratégia defensivo-ofensiva propondo o chamado "turismo comunitário" que se opõe ao turismo de massa e consiste, basicamente, na defesa da identidade, cultura e território da comunidade, se opondo à instalação de investidores externos, de forma que as oportunidades de geração de renda sejam exclusivamente dos nativos e sejam repartidas entre eles. Os moradores locais organizam-se em associações cujos membros estabelecem pousadas, e organizam passeios a lugares de beleza natural ou com significado histórico ou cultural local, tais como a fabricação de farinha, cercos de pesca, danças tradicionais, etc. Essa nova modalidade de turismo passa a ser conhecida como turismo comunitário (DIEGUES, 2004).

Porém, o turismo comunitário, no qual os moradores do local são os agentes principais, necessita ações de apoio que permitam a manutenção do território e a valorização social das culturas populares, na compreensão da riqueza da sociodiversidade e da biodiversidade (CALVENTE *et al.,* 2004). Isso significa encontrar condições para que as comunidades desenvolvam seus próprios

CENTRO DE ESTUDOS DO MAR
BIBLIOTECA

potenciais, sejam sujeitos sociais e passem a gerenciar os recursos, tomem decisões e controlem as atividades que afetam suas vidas, inclusive o turismo (NETO *et al.*, 2008).

Atualmente, o planejamento turístico, através da determinação da capacidade de carga nas localidades, é concebido como a forma preventiva ideal para o desenvolvimento que conserve a natureza, ofereça conforto e satisfação ao turista e não agrida a originalidade das comunidades locais (TAVARES & ARAÚJO, 2008).

4 ANTEDENTES DE PESQUISA

Este capítulo começa com uma breve descrição da atividade pesqueira desde a escala global até o caso específico da Ilha do Mel e posteriormente levanta o conhecimento que já se tem sobre a área de estudo do presente trabalho, ressaltando os aspectos físicos e sociais da Ilha do Mel.

4.1 A PESCA NO BRASIL E NO MUNDO

A pesca é uma das atividades mais antigas e tradicionais da humanidade. Ainda que pouco se saiba sobre a pesca nas sociedades primitivas, acredita-se que ela representava uma importante fonte de alimento em períodos anteriores ao aparecimento da agricultura (McGINN, 1998).

Já nos dias atuais (2006), a produção mundial da pesca de captura e aqüicultura proporcionou cerca de 110 milhões de toneladas de pescado para consumo humano, o que equivale a um fornecimento teórico de 16,7 kg *per capita*. No total, os produtos pesqueiros proporcionaram a mais de 2,9 bilhões de pessoas pelo menos 15% do aporte médio de proteínas animais (FAO, 2008).

Mas, além de ser uma importante fonte de alimento, a pesca e a aqüicultura, de maneira direta ou indireta, desempenham um papel fundamental para a subsistência de milhões de pessoas ao redor do mundo. Estima-se que 43,5 milhões de pessoas trabalhavam em 2006, em período completo ou parcial, na produção primária do pescado, tanto na captura quanto na aqüicultura, e mais 4 milhões se dedicavam a tais atividades ocasionalmente. A maioria destes pescadores e aqüicultores realizam atividades em pequena escala e artesanais e trabalham com recursos pesqueiros costeiros e continentais (FAO, 2008).

Segundo a FAO (2008), em 2006, para cada pessoa empregada no setor primário da pesca, estimava-se que poderia haver quatro pessoas empregadas no setor secundário (desde o processamento do pescado, comercialização e serviço de indústrias), o que indica que cerca de 170 milhões de pessoas estariam empregados na indústria. Levando em consideração os indivíduos dependentes, cerca de 510 milhões de pessoas podem depender do setor, ou seja, quase 8% da população mundial.

Em 2006, a produção mundial de captura ascendeu a 92 milhões de toneladas, sendo que, deste total, 81,9 milhões de toneladas corresponde à pesca de captura marinha, o terceiro valor mais baixo desde 1994 (FAO, 2008).

A média da produção brasileira de pescado estuarino/marinho, entre 1980 e 1994, situou-se em torno de 600.000 t/ano, com cerca de 240.000 t/ano para a pesca artesanal e 360.000 t/ano para a pesca industrial (PAIVA, 1997).

No Brasil, observa-se que a pesca artesanal é mais representativa nas regiões Norte, Nordeste e Centro-oeste do país. Pode-se inferir que, ainda nos dias de hoje, essa pesca é responsável por cerca de 60% de toda a produção extrativa nacional (GEOBRASIL, 2001).

Por sua vez, a pesca industrial é mais importante nas regiões Sudeste e Sul, que são as que apresentam maior concentração de biomassa de recursos pesqueiros, e as de maior produtividade na extração (GEOBRASIL, 2001).

Na região Sul do Brasil, a pesca industrial participa com cerca de 80% das capturas regionais, mesmo considerando a sua pouca expressão no estado do Paraná, onde, segundo Andriguetto-Filho *et. al.* (2006), predominam as embarcações de pequeno porte. No estado de Santa Catarina a sua contribuição ultrapassa 90% da produção total (PAIVA, 1997).

4.2 A PESCA NO LITORAL DO PARANÁ

A pesca no litoral do estado é caracterizada como de pequena escala ou "artesanal", com uma produção ainda não corretamente avaliada, mas provavelmente de importância mais regional e de menor expressão no cenário nacional (ANDRIGUETTO-FILHO *et al.,* 2006). Segundo Paiva (1997), menos de 10% da produção pesqueira do estado é proveniente da pesca industrial.

A pesca de arrasto de camarão branco (*Litopenaeus schimitti*) e sete-barbas (*Xiphopenaeus kroyeri)* é a mais importante em volume e valor e domina toda a plataforma interna. Dentre as pescarias de peixe, o fundeio para cienídeos e cações (*Carcharrhinus* spp.) é o mais difundido e importante. Há ainda uma grande diversidade de práticas, algumas de distribuição mais localizada, com destaque para a pesca do irico nas baías de Laranjeiras e Pinheiros, e a pesca de cerco fixo de taquaras na Baía dos Pinheiros e suas ligações com a Baía das Laranjeiras.

Arrastos de praia para tainha (*Mugil platanus, Mugil Liza* e *Mugil sp.*) e robalo (*Centropomus parallelus*) ocorrem ao longo de toda a costa, embora não sejam praticados por todos os tipos de pescadores. As atividades de coletas de moluscos e crustáceos são também significativas (ANDRIGUETTO-FILHO *et. al*, 2006).

O único segmento que pode se classificar como empresarial, e aquele que melhor se caracteriza como uma pescaria especializada é o dos barcos arrasteiros de camarão, fortemente inserido no mercado, cujos proprietários, denominados de "armadores" raramente executam a pescaria eles mesmos. A frota está baseada principalmente em Guaratuba, com portos também em Paranaguá e Pontal do Paraná (ANDRIGUETTO-FILHO *et al.,* 2006).

Os pescadores estão distribuídos em mais de 60 vilas, no interior das baías e na frente oceânica, cuja pesca apresenta-se diversificada e heterogênea, tanto no plano sócio-cultural e econômico quanto no natural e técnico. Essas vilas distribuem-se por todos os municípios do litoral, com exceção de Morretes. São caracterizadas pela presença de cinco ou mais domicílios e podem se apresentar de diversas formas, desde pequenos povoados exclusivamente pesqueiros até bairros urbanos (ANDRIGUETTO-FILHO, 1999; ANDRIGUETTO-FILHO *et al.,* 2006).

Segundo Andrigetto-Filho *et al.* (2006), o número total de pescadores registrados, em 1996, era de 6.548. Em 2006, o número de pescadores do litoral com registro no DPA/SEAP-PR era da ordem de 4.200, com os maiores contingentes em Guaratuba, Guaraqueçaba e Paranaguá.

4.3 A PESCA E OS PESCADORES DA ILHA DO MEL[6]

Em 2007, o número estimado de pescadores para a Ilha do Mel era de 98, dos quais Fuzetti (2007) entrevistou 43. Os pescadores estavam distribuídos entre as seis vilas existentes da seguinte maneira: 43 pescadores em Encantadas, 21 na Ponta Oeste, 15 no Farol das Conchas, 11 na Praia Grande, 8 em Nova Brasília e um na Fortaleza.

Fuzetti (2007) verificou que pescadores artesanais da Ilha do Mel têm idades entre 23 e 74 e estão representados na sua maioria por homens (93,02%) e algumas

[6] Texto baseado em FUZETTI, 2007.

UFPR - Centro de Estudos do Mar
BIBLIOTECA

mulheres (6,98%). São, em sua maioria, nativos (67,44%) e começaram a pescar com seus pais ou parentes (86,05%), seguindo uma tradição familiar. Mais da metade dos pescadores são casados (65,12%) e possuem, em média, 3 filhos, dos quais apenas 2% pesca. Estudaram, em média, 5 anos e 5% deles estava fazendo supletivo no período noturno, no momento da pesquisa. Grande parte dos pescadores entrevistados (37,21%) não possui carteira de pesca.

A renda mensal declarada pelos pescadores variou de R$ 200,00 a R$ 2.000,00, com uma média de R$ 573,67 por pescador. Alguns pescadores complementam suas rendas com outras atividades, sendo que em algumas comunidades a renda obtida pelas atividades fora da pesca pode até ultrapassar a obtida na pesca.

Foram identificados sete tipos de embarcações, sendo registradas nenhuma, uma, duas ou três embarcações por pescador.

Os pescadores que se denominam "pescadores de dentro", isto é, que pescam no lado da ilha voltado para o interior da baía, utilizam apenas canoas a remo. Os pescadores que pescam "pra fora" utilizam principalmente botes, baleeiras e bateiras, lançando mão das canoas a remo como apoio para embarcações motorizadas ou para atividades próximas à ilha. As lanchas de alumínio são utilizadas pelos pescadores para transporte de turistas no verão e de pescadores esportivos aos pontos de pesca de linha de mão e caça submarina. As canoas a remo e os botes foram as embarcações mais comuns usadas pelos pescadores.

Dentre os petrechos utilizados foram registradas cinco categorias: redes de arrasto (com porta ou jerivau), redes de emalhar (caceia, fundeio e tarrafa), redes de cerco (lanço e cambau), linhas (linha de mão, vara, espinhel e catueiro) e outros (gancho, arpão e coleta manual). Essa grande diversidade de petrechos reflete as pescarias que são de natureza complexa e imprevisível, já que envolvem na captura grande variedade de técnicas de pesca e de espécies de pescado.

Foram registradas 66 espécies capturadas, das quais 63 correspondem a peixes. Os desembarques ocorrem ao redor de toda a Ilha, porém em Encantadas foram registrados com maior intensidade (28,57%), fator este que pode ser explicado pela presença do maior número de pescadores nessa vila. A maior parte desses desembarques ocorre no inverno (39%) e no outono (35%), pois muitos pescadores abandonam as atividades de pesca para prestarem serviços aos turistas nos períodos de verão. Portanto, nessa época, na maioria das comunidades da Ilha

do Mel, a principal fonte de renda é o turismo, mas no inverno é a pesca (FUZETTI, 2007).

Os recursos mais abundantes capturados nas pescarias da Ilha foram o bagre-guri (*Genidens barbus*), a tainha (*Mugil sp.*), o sargo-de-beiço (*Anisotremus surinamensis*), a salteira (*Oliglopites sp.*), o parú (*Chaetodipterus faber*), o linguado (*Paralichthys sp.)* e a cavala (*Scomberomorus cavalla*).

Os pescadores apresentaram um padrão sazonal de captura dos recursos, direcionando a pescaria para duas ou mais espécies-alvos durante cada estação. O tempo médio gasto nas operações de pesca foi de 3, 22 horas.

Os pescadores utilizam todo o entorno da ilha para executar suas atividades. As pescarias que utilizam redes de caceio concentram-se nos canais. As redes de espera são deixadas comumente próximas da costa, fixadas na praia ou próximas de pedras quando distantes das praias.

Apenas na época da tainha (*Mugil sp.*) ocorre a divisão dos territórios de pesca, com regras de uso dos pesqueiros de acordo com a posse de "pontos", que é cedida ao pescador de acordo com a idade e que pode ser comprada. Nas demais pescarias, a apropriação dos pesqueiros é dada por ordem de chegada.

Na Ilha do Mel os pescadores vendem, em média, 70,78% da produção, sendo que o restante é utilizado para consumo próprio. Este resultado demonstra que a pesca ainda representa uma fonte importante de renda para as famílias dos pescadores e também que continua sendo importante abastecedora de alimento direto para as mesmas.

Foram constatadas cinco fontes de escoamento: restaurantes ou pousadas locais, turistas, mercado de Paranaguá, moradores locais e peixarias de Pontal do Sul. As fontes de escoamento variam de acordo com a quantidade de pescado capturada. Quando a produção é pequena, a venda é realizada no próprio local para moradores, turistas, restaurantes ou pousadas. Quando a quantidade ou peso da captura é grande e não há compradores suficientes no local, o pescado é transportado e vendido em peixarias e bancas de peixes (Paranaguá e Pontal do Sul), garantindo a venda total da produção. No caso da venda para turistas, o valor obtido chega a ser o dobro de quando a venda ocorre no mercado de Paranaguá. Não existe na Ilha nenhum mercado de peixes ou revendedor.

Na Ponta Oeste, o pescado é limpo e vendido no mercado de Paranaguá. Por não possuir luz elétrica na vila, os produtos são armazenados em caixas de isopor

com gelo trazido de Paranaguá, que quando ficam cheias (geralmente no período de uma semana) são levadas para Paranaguá. Nesse caso, o pescado é armazenado já limpo para poupar espaço nas caixas.

Os pescados menos valorizados são o parati (*Mugil sp.*), a raia (*Rhinoptera bonasus, Gymnura altavella* e *Aetobatus narinari*), o paru (*Chaetodipterus faber*) e a betara (*Menticirrhus litorallis* e *M. americanus*) e os mais valorizados são o camarão branco (*Litopenaeus schimitti*), a pescada amarela (*Cynoscion acoupa*) e o robalo (*Centropomus sp.*).

Os pescadores da ilha costumam trabalhar em parceria (na qual cada um estabelecia a divisão do trabalho, da produção e do rendimento), sendo que apenas 7% deles nunca trabalhou com parceiros. Nesses casos de parceria, na divisão dos produtos pescados é comum o quinhão (cada pescador que participa da atividade recebe uma parte igual do produto, com exceção do dono do equipamento que fica com duas partes), geralmente utilizado nas pescarias de lanço ou cambau, mas também foi constatada a divisão do terço (neste caso o lucro do pescado capturado é dividido por três, sendo uma das três partes destinada aos gastos com manutenção de embarcações e petrechos, combustível e alimentação se necessário, e as outras partes são divididas igualmente entre os participantes da pescaria), usada na pesca de caceio, espinhel ou rede de espera. Quando a pesca era efetuada com a participação de membros da mesma família, a divisão era igualitária.

4.4 ÁREA DE ESTUDO

O presente capítulo traz um apanhado geral do conhecimento que se tem sobre a Ilha do Mel, no que diz respeito aos seus aspectos físicos e sociais, que inclui o povoamento da ilha, sua evolução demográfica, o uso turístico, infra-estrutura e serviços, sua economia, descrição de suas vilas e das unidades de conservação do local, relações entre homem e ambiente e, políticas e propostas de ação.

4.4.1 Aspectos Físicos

O litoral paranaense está localizado na região Sul do Brasil, apresentando uma extensão de 105 Km e fazendo divisa com os estados de Santa Catarina, ao sul, e São Paulo, ao norte. É constituído pelos municípios de Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Pontal do Paraná e Paranaguá. A região abrange uma superfície de cerca de 6.600 km^2 entre o Oceano Atlântico e a Serra do Mar (ANDRIGUETTO-FILHO, 1999), abrigando uma população humana superior a 240.000 habitantes, segundo contagem populacional realizada pelo IBGE em 2007 (IBGE, 2007).

O litoral paranaense é caracterizado pela pequena extensão linear de costa e pela presença de dois grandes estuários – Guaratuba e Paranaguá. O Complexo Estuarino de Paranaguá (CEP) é composto, basicamente, por dois eixos de orientação: o primeiro, denominado de baía de Paranaguá, com 56 km de extensão no eixo leste-oeste; e o segundo, denominado baía das Laranjeiras, com 30 km de extensão no eixo norte-sul. Outros segmentos menores interligam-se a esses dois corpos aquosos de maior porte, como as baías de Guaraqueçaba, Antonina, Pinheiros, Itaqui, Benito e rio Medeiros (LAMOUR, M. R. *et al.*, 2004).

A Ilha do Mel está localizada na entrada da baía de Paranaguá, a 2,5 milhas de Pontal do Sul e a 15 milhas de Paranaguá, possuindo um perímetro de aproximadamente 35 km e área em torno de 2760 ha, separando-se, ao norte, da Ilha das Peças pelos Canais Norte e Sudeste e, ao sul, do Balneário de Pontal do Sul pelo Canal da Galheta (CERDEIRA, 1989; FUZETTI, 2007).

O acesso ao local se dá pela rodovia PR277, que liga Curitiba ao litoral do estado, até o balneário de Pontal do Sul ou ao município de Paranaguá. A travessia é realizada através de barcos de linha comercial, durando aproximadamente 30 minutos de Pontal do Sul e cerca de uma hora e meia de Paranaguá (PARANÁ.c, 1996).

A ilha tem o formato de um grande oito mal traçado, dividindo-se em duas áreas bem definidas: Sul e Norte, ligadas por uma estreita faixa arenosa (ATHAYDE, S. F.; TOMAZ, L. M., 1995). A área sul é a que apresenta maiores elevações, sendo, por sua vez, a menos extensa. É nessa área que se encontra o ponto mais alto da ilha, o morro Bento Alves, com 160 m de altitude. A área norte é a mais extensa,

com aproximadamente 22 km^2, apresenta-se de maneira geral com pequenas elevações, exceto pelo morro da Fortaleza (PARANÁ.a, 1985).

A ilha é cercada de diversas praias, dentre as quais, a do Farol é a mais extensa, com 4 km, seguida pela do Forte com 3,2 km (PARANÁ.b, 1996). A parte ocidental da ilha é banhada pelas águas da baía denominada localmente de "Saco do Limoeiro" ou "Mar de Dentro", que apresenta comportamento dinâmico distinto da parte oriental ou "Mar de Fora" (PARANÁ.c, 1996).

A fauna local é facilmente observável, principalmente espécies de pássaros e botos. Uma importante porção preservada da mata Atlântica composta de vegetação exuberante e manguezais encontra-se na ilha (AGUIRRE, 1996).

Atualmente, cerca de 95% da ilha pertence a Unidades de Conservação, denominadas de Estação Ecológica da Ilha do Mel e Parque Estadual da Ilha do Mel (AGUIRRE, 1996) (FIGURA 1).

O clima da região é classificado como Cfa (subtropical úmido mesotérmico), com média pluviométrica anual de 2.500 mm e média de umidade atmosférica em torno de 85%. Nesta região a freqüência de chuvas também é bastante elevada, com uma média (dos anos de 1985 a 1988) de 180 dias de ocorrência de chuva por ano (SILVA, 1990).

FIGURA - 1 MAPA DETALHADO DA ILHA DO MEL
FONTE: http://www.barcadailha.com.br/br/mapa.php.

4.4.2 Aspectos Sociais

O subcapítulo sobre os aspectos sociais consiste em uma descrição da ilha desde o seu povoamento, passando pela inserção do turismo no local e chegando às características de cada vila atualmente, bem como da sua infra-estrutura, serviços e economia do local.

4.4.2.1 Povoamento

A Ilha do Mel foi descoberta pelos portugueses no século XVIII. Estes passaram a habitar o local por ocasião da construção da Fortaleza de Nossa Senhora dos Prazeres. Nessa época a ilha já era habitada pelos índios carijós. A presença de sambaquis revela a existência de ancestrais humanos, muito mais antigos na ilha, possivelmente atraídos pela presença de ostras, mexilhões e peixes que lá abundavam (FRANK *et al.*, 1991; CERDEIRA, 1994).

A construção da Fortaleza de Nossa Senhora dos Prazeres iniciou-se em 1767 e foi concluída em 1769 (CERDEIRA, 1994). Já o Farol das Conchas entrou em funcionamento em março de 1872, tendo como finalidade orientar os navegantes que entravam na Baía de Paranaguá (CERDEIRA, 1994; PARANÁ.a, 1985; PARANÁ.b, 1996). Essas duas construções caracterizam a história da Ilha do Mel e são hoje atrativos turísticos notáveis (PARANÁ.b, 1996).

A fortaleza foi tombada em 1936, como monumento histórico pela SPHAN, e em 1972, pelo Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Paraná (CERDEIRA, 1994). Foi restaurada em 1990, sob a responsabilidade do Instituto Saint Hilaire de Defesa dos Sítios Históricos (PARANÁ.b, 1996).

A origem do nome "Ilha do Mel" tem duas versões: uma coloca que antes da Segunda Guerra Mundial era conhecida como a ilha do Almirante Mehl, e a outra atribui o nome à existência de grande quantidade de mel silvestre. Contudo, era oficialmente conhecida como a Ilha da Baleia até o final do século XIX (CERDEIRA, 1994).

4.4.2.2 Evolução demográfica, moradias e outras instalações

O primeiro levantamento populacional na Ilha do Mel ocorreu no ano de 1950, quando autoridades oficiais do Estado realizaram um censo que registrou 513 habitantes, dos quais 185 moravam na Ponta Oeste, 125 na Fortaleza, 59 no Farol e 144 nas Prainhas (atual Encantadas). Nessa época a comunidade de Nova Brasília não tinha nome diferenciado, e era considerada como parte de comunidade do Farol O segundo levantamento ocorreu em 1970, foi realizado pelo IBGE e constatou que a Ilha contava com 574 habitantes, e tinha um total de 197 casas, das quais 77 não estavam ocupadas (PARANÁ.b, 1996) (TABELA 1).

Em 1980, uma Comissão Especial do Governo do Estado efetuou um levantamento populacional que apontou 606 habitantes para a ilha, dos quais 211 viviam na Ponta Oeste, 204 nas Prainhas, 90 em Nova Brasília, 60 na vila do Farol, 25 na Praia Grande e Miguel, e 16 na Fortaleza. As edificações de uso residencial (moradores permanentes e veranistas) totalizavam 329 e as edificações de serviços diversos, 30 (PARANÁ.a, 1985). A vila do Farol possuía o maior número de casas, com 92, seguida pela Prainha (Encantadas) com 82, sendo que a que tinha o menor

número era a Praia Grande e Miguel, que, juntas, somavam 17 casas. Do total de 329 casas, 126 pertenciam a moradores, 25 estavam desocupadas, 169 eram de veranistas, duas eram de moradores não nativos, e 7 estavam abandonadas. A vila com o maior número de casas de moradores era a Vila da Prainha e a com maior número de casas de veranistas era a Vila do Farol (PARANÁ.a, 1985). Portanto, observa-se que, já nessa época, o número de casas de veranistas ultrapassava o número de casas de moradores fixos.

Havia em 1980, três escolas de 1° a 4° série (Nova Brasília, Prainha e Ponta Oeste), sete igrejas, nove bares, um hotel (Fortaleza), um posto de rádio (Fortaleza), dois postos policiais (Farol), um clube (Farol) e seis assistências sociais (órgãos governamentais que provêm os mínimos sociais, garantindo o atendimento às necessidades básicas da população) na vila do Farol (PARANÁ.a, 1985).

Em 1991, havia um total de 515 habitantes e 463 casas, das quais 322 não estavam ocupadas. Já em 1995, o número de habitantes permanentes na ilha era de 570 pessoas, dentre as quais, 41 habitavam a vila da Fortaleza, 126 a vila do Farol, 171 a vila de Nova Brasília e 232 a vila de Encantadas. Nesse mesmo ano havia na ilha 358 residências temporárias (habitação ocupada durante parte do ano, na maioria das vezes por veranistas) e 173 residências permanentes (habitação ocupada durante o ano todo, na maioria das vezes por nativos). Mas além das habitações de residentes, havia, nesse ano, as seguintes estruturas para abrigar turistas: pousadas, com capacidade de abrigar 1.060 pessoas; campings, com capacidade para 598 pessoas e; um hotel para 128 pessoas (PARANÁ.b, 1996).

Observa-se a diminuição do número de pessoas que habitava a Fortaleza, que em 1950 era de 125 pessoas e passou para 16 pessoas, em 1980, e a 41, em 1995. O mesmo aconteceu com a vila da Ponta Oeste, que em 1980 era a localidade com o maior número de habitantes (211), mas que posteriormente foi quase que totalmente abandonada pelos seus moradores. No entanto, nota-se um aumento significativo no número de casas de 1950 para 1995, refletindo a evolução da atividade turística na região. Salienta-se o crescimento do total de casas de ocupação temporária (casas de veranistas), chegando a mais do dobro das casas de ocupação permanente (moradores fixos) em 1995 (PARANÁ.c, 1996).

Em 2002, a população fixa atingia 906 habitantes, o que representa um aumento de mais de 35 % desde 1970 (32 anos). Em 2004, a ilha contava com 758

edificações, um número quinze vezes maior do que havia em 1970, representando aumento de 531% em novas edificações nesses 34 anos (SPERB *et al.*, 2007).

No ano de 2007, as áreas de ocupação mais relevantes da Ilha do Mel em número de habitantes, edificações e desenvolvimento turístico eram: Encantadas e Nova Brasília/Farol. Nos mesmos parâmetros, áreas secundárias eram: Fortaleza, Praia Grande e Ponta Oeste. Todas estas áreas de ocupação representam apenas 5% do território total da ilha (SPERB & TEIXEIRA, 2007).

Não fica claro se o número de moradores da Ponta Oeste e da Praia Grande e Miguel era zero em 1995 ou se as vilas não foram contabilizadas por Paraná (1996.b).

TABELA 1- NÚMERO TOTAL DE MORADORES DA ILHA DO MEL POR POVOADO. 1950, 1980 E 1995.

CENSO	Encantadas		Farol		Fortaleza		Nova Brasília		Ponta Oeste		Praia Grande e Miguel		Total
	Q	%	Q	%	Q	%	Q	%	Q	%	Q	%	Q
1950	144	28,1	59	11,5	125	24,4	-	-	185	36	-	-	513
1970	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	574
1980	204	33,7	60	9,9	16	2,6	90	14,9	211	34,8	25	4,1	606
1995	232	40,7	126	22,1	41	7,2	171	30	-	-	-	-	570
2002	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	906

FONTE: PARANÁ.a, 1985; PARANÁ.b, 1996; SPERB *et al.*, 2007.

Athayde & Tomaz (1995) sintetizaram as informações dos censos de 1950, 1970, 1980 e 1991 em uma tabela (TABELA 2), que facilitou a visualização do aumento no número de casas de 1950 para 1991, que passou de 186 para 463, refletindo a evolução da atividade turística na região, além das diferenças quanto ao número de casas não ocupadas (casas de turistas), que em 1991 chega a mais do que o dobro de casas ocupadas (moradores fixos) (ATHAYDE & TOMAZ, 1995).

Nos censos que dividiram a população entre homens e mulheres (1980 e 1991), percebe-se a prevalência sempre do sexo masculino sobre o feminino e no que diz respeito ao número de crianças e jovens, nesses mesmos anos, nota-se que eram de 54% e 42%, respectivamente.

CENTRO DE ESTUDOS DO MAR
BIBLIOTECA

TABELA 2 - NÚMERO DE CASAS E HABITANTES DA ILHA SEGUNDO OS CENSOS DE 1950, 1970, 1980 E 1991.

CENSO	Total de casas	Ocupadas		Não ocupadas		Total de habitantes	Homens/ mulheres		Crianças/ Jovens	
	Q	Q	%	Q	%	Q	Q	%	Q	%
1950	186	121	64	65	36	513	-	-	-	-
1970	197	120	61	77	39	574	-	-	-	-
1980	294	128	44	166	56	627	343/ 284	55/ 45	336	54
1991	463	141	30	322	70	515	289/ 226	56/ 44	215	42

FONTE: ATHAYDE & TOMAZ, 1995.

Para esclarecer melhor a evolução demográfica da ilha precisamos ter claros os vários períodos de ocupação da ilha pelo turismo, bem como quando chegaram os imigrantes à ilha, o que será descrito a seguir.

4.4.2.3 Uso turístico

A partir de 1930, a ilha passou a ser procurada por famílias de classe alta provenientes de Curitiba que iam veranear no litoral. Os locais mais freqüentados na ocasião eram as proximidades do Farol das Conchas e da Fortaleza, onde havia um grande número de casas de veranistas e um hotel. Já nessa época, os habitantes locais prestavam serviços aos turistas: as mulheres trabalhando como domésticas e os homens nos serviços mais pesados (KRAEMER, 1978[7] apud ATHAYDE & TOMAZ, 1995; FRANK *et al.*, 1991).

Porém, com a ocorrência da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), acabou-se aquele apogeu da Ilha, que passou a ser considerada como zona de guerra. Muitas casas foram desapropriadas para dar lugar aos soldados que faziam plantão no local, já que a ilha representava um ponto estratégico de defesa do território nacional. A ilha foi então abandonada pelos turistas durante esse período (FRANK *et al.*, 1991; PARANÁ.c, 1996).

[7] KRAEMER, M. C. **Malhas da pobreza – Exploração do trabalho de pescadores artesanais na Baía de Paranaguá.** Dissertação de Mestrado (Ciências Sociais), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1978. 185p.

A partir de 1970, com a abertura da estrada de acesso às praias, que permitiu o desenvolvimento dos balneários, de Matinhos e Guaratuba, até Pontal do Sul, onde é feita a travessia para a ilha, a população nativa da Ilha do Mel que vivia basicamente da pesca artesanal e da agricultura para consumo, pôde dedicar-se as atividades relacionadas ao turismo (KIM, 2004), que teve sua "explosão" por volta de 1983 (CERDEIRA, 1989; FRANK *et al.*, 1991).

Em 1989, a ilha passou a ser muito visitada por jovens surfistas e "hippies", comumente denominados de "barraqueiros", que se abrigavam em barracas, quartos alugados ou pousadas mantidas pelos moradores (CERDEIRA, 1989; KRAEMER, 1985). Nesse ano, a quantidade de turistas no período de veraneio chegou a 10.000 pessoas ao mesmo tempo (CERDEIRA, 1989).

Esse crescimento turístico acarretou várias transformações no estilo de vida dos nativos, principalmente no verão. Kraemer (1985), em estudo realizado em 1983, comenta que os pescadores tiveram a possibilidade de vender o pescado diretamente aos turistas e as mulheres passaram a fornecer refeições a pessoas de fora (venda de pão, salgados e doces na praia). Os turistas, principalmente jovens, estabeleceram um relacionamento de proximidade com os nativos, compartilhando com eles várias atividades, desde a pesca até a participação nos forrós locais (PARANÁ.c, 1996).

Nesse período, a pressão de ocupação começou a aumentar por parte dos veranistas com intenção de possuir residências na Ilha. Kraemer (1985) cita a presença de várias construções novas de casas de veranistas na Ilha, principalmente na região da Prainhas (Encantadas). Segundo a autora, a transferência da administração da ilha do Serviço do Patrimônio da União (SPU) ao Estado do Paraná (ITCF), em 1982, ocasionou modificações no controle da ocupação dos terrenos, pois, neste ano, foi implantado o Plano de Uso que definia os padrões e a configuração da ocupação da ilha, sendo o ITCF (Instituto de Terras, Cartografia e Florestas do Estado) responsável pelo cumprimento das normas estabelecidas por este Plano. No final da década de 1980, uma série de desentendimentos entre moradores e o Estado, em função da não-aceitação das normas impostas pelo ITCF, deixou a Ilha do Mel sem administração efetiva até 1992. Sem fiscalização, a ilha teve grande parte dos seus terrenos desmembrados, o que ocasionou um adensamento populacional, mas em 1992 com a criação do IAP (Instituto Ambiental do Paraná), as normas do Plano de Uso voltaram a ser

consideradas para a fiscalização (PARANÁ.c, 1996; SEMA, 2004[8] apud SANTOS-JUNIOR, 2006).

Durante as décadas de 1980 e 1990, com o aporte significativo de visitantes, a ilha recebeu muitos imigrantes: pessoas de classe média alta que instalaram comércios aumentando significativamente o número de estabelecimentos comerciais no local, e pessoas com menos poder aquisitivo atrás de oportunidades de emprego geradas por esses estabelecimentos. A população passou definitivamente a ter no aproveitamento do turismo sua principal atividade econômica (PARANÁ.c, 1996; KIM, 2004).

Com a instalação da luz elétrica em 1988, e a implementação do serviço de barcos de transporte, a população da ilha passou a ter maior acesso a bens de consumo como TV, rádio, eletrodomésticos, mobiliário. Os antigos hábitos, valores e atitudes da população foram gradualmente sendo substituídos por um estilo de vida mais urbano. A convivência cada vez maior com turistas, veranistas e pessoas de fora que se mudaram para o local, fez com que hoje somente as pessoas mais idosas conservem alguns hábitos antigos e lembranças de como era a ilha no passado (PARANÁ.c, 1996).

Cerdeira (1989) classificou quatro grupos de habitantes e freqüentadores da ilha: o nativo, o residente, o veranista proprietário e o turista. O nativo seria aquele que descende de famílias estabelecidas na ilha há várias gerações, estando entre os elementos mais simples, sendo que alguns são proprietários de pousadas e bares, e os demais são pescadores, barqueiros, carregadores, prestadores de serviço, etc. Os residentes consistem nas famílias que vivem na ilha há vários anos, mas que são oriundos do continente e vivem do comércio ou da exploração de pousadas, restaurantes e bares, mas há também os que residem na ilha por opção de vida. Os veranistas proprietários são aqueles que possuem casa de veraneio, freqüentando a ilha sazonalmente ou esporadicamente, constituindo pessoas de poder aquisitivo mais elevado. Os turistas são as pessoas que freqüentam a ilha em busca de usufruir dos seus atrativos turísticos, cuja estadia pode variar de dias até semanas, podendo ser de todas as idades, mas em sua grande maioria são jovens. Estes visitantes costumam ficar em barracas ou pousadas oferecidas pelos nativos e

[8] SEMA. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. **Plano de controle ambiental e uso do solo da Ilha do Mel**. Curitiba, 2004.

residentes. O número de estrangeiros que visita a ilha é expressivo (CERDEIRA, 1989 e 1994).

Em 2004, o número total de pousadas na ilha era de 107, das quais, a maioria (46%) se encontrava em Encantadas; seguida pela vila do Farol, com 27%; em terceiro lugar estava Nova Brasília, com 12%; seguida de Fortaleza, com 8%; e, por último, Praia Grande, com 6% das pousadas (ESTEVES, 2004).

Com relação ao número de turistas da Ilha, segundo a Ecoparaná (2005), desde o início de janeiro de 2000 até dezembro de 2004 verifica-se que a procura por este destino turístico vem diminuindo consideravelmente. Em 2004, segundo a Ecoparaná (2005), a ilha recebeu 105.870 visitantes contra 156.766 visitantes em 2000. Os motivos desta redução podem estar relacionados aos problemas ambientais da Ilha do Mel, em decorrência da própria atividade de turismo (SPERB, 2006).

4.4.2.4 Políticas e propostas de ação[9]

A ilha passou a ter conformação jurídica a partir da Lei Federal n° 9760 de setembro de 1946, quando foi considerada bem da União, e foram determinados regulamentos a respeito de locação, aforamento, cessão e ocupação dos imóveis, que vigem até hoje.

Por volta de 1970 começaram a ser propostos vários planos elaborados por escritórios de arquitetura, que visavam um aproveitamento turístico da Ilha, mas não levavam em conta a população residente no desenvolvimento proposto e nem seus limites ambientais.

Dentre estes planos estão: "Plano de emergência de turismo do litoral paranaense" (1967), "Plano preliminar turístico e de urbanização da região sul da Ilha do Mel" (1970) e a "Proposição para a organização territorial da Ilha do Mel" (1972).

Em 1975 a ilha foi tombada com a finalidade de "proteger a flora, a fauna e os sambaquis da região", oportunidade em que o governo normatizou as formas de

[9] O texto baseia-se em KIM, 2004 e PARANÁ.b, 1996.

ocupação do solo, do conjunto histórico e arquitetônico e a relação com flora e fauna.

Ainda em 1975 foi apresentado outro plano para a Ilha do Mel, a "Proposta para a elaboração do projeto de aproveitamento urbanístico da Ilha", que foi reapresentado em 1980 com pequenas modificações. Também em 1980 foi apresentado o "Plano Diretor – integração turística da Ilha do Mel", que propunha o aproveitamento turístico da Ilha, voltado para o turismo de alto nível, sem apresentar preocupações ambientais nem sociais com a população local, e que por isso sofreu fortes reações contrárias, levando o Governo do Estado a pedir ao SPU a cessão da Ilha.

Em 1981, o Governo do Estado do Paraná editou um decreto criando uma Comissão Especial destinada a estudar e sugerir providências a serem adotadas com vistas à valorização do patrimônio cultural e localidades no litoral paranaense, que resultou no "Plano de Uso da Ilha do Mel".

Em 1982, a ilha foi cedida ao Estado do Paraná sob a forma de aforamento. Sob domínio da União permaneceram apenas a Fortaleza Nossa Senhora dos Prazeres, o Farol das Conchas e a Rádio Farol.

No mesmo ano, o Governo do Estado do Paraná criou a Estação Ecológica da Ilha do Mel, com 2.240 ha, e o zoneamento do Plano de Uso definiu outra área de preservação na parte sul da Ilha, chamada de "Reserva Natural".

Em 1989, a Secretaria do Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (SEDU) realizou o "Diagnóstico preliminar da situação atual da Ilha do Mel".

Em 1992 houve um período de total abandono e ausência do Poder Público na Ilha, quando foram realizadas muitas ocupações e vendas irregulares de lotes. Portanto, no mesmo ano, a Secretaria Especial para Assuntos do Meio Ambiente apresentou o termo de referência para um "Plano diretor de uso, ocupação e manejo da Ilha do Mel", para estabelecer parâmetros, informar consultorias, orientar serviços e definir participações em intervenções na Ilha.

Dois anos depois (1994), foi apresentado pelo IAP o "Relatório Ilha do Mel", que tratava principalmente do aspecto fundiário e ocupacional da Ilha.

Em 1997, o Decreto Estadual n° 3.502 delega ao IAP a fiel execução dos poderes conferidos ao Estado do Paraná e cria o Conselho Gestor da Ilha do Mel.

Em 2002, o Decreto Estadual 506 criou o Parque Estadual da Ilha do Mel sobre a área da antiga Reserva Natural.

Mais recentemente, em 2009, a Lei n° 16037 de 08/01/2009, do Estado do Paraná, delegou ao IAP a responsabilidade de exercer a polícia administrativa ambiental em todo o território da Ilha do mel, e a gestão das áreas cedidas pela união ao Estado do Paraná, implementando as medidas de controle de acesso das pessoas e fiscalização das normas de preservação, conservação e proteção ambiental. Através dessa Lei fica estabelecido o Zoneamento Ambiental da Ilha do Mel que é composto por nove zonas: Área da Estação Ecológica (AEE), abrangendo toda a planície norte da ilha até o limite das vilas de Nova Brasília e da Fortaleza; Área do Parque Estadual (APE), que compreende a porção sul da ilha, entre os limites das vilas de Encantadas e Farol, correspondendo a uma área de 337,87ha; Área de Costa (AC), que compreende uma faixa que contorna a ilha desde a praia até 300m mar adentro, a área denominada Saco do Limoeiro e a área do istmo; Área de Ocupação de População Tradicional Local (AOPT), correspondente a uma área de aproximadamente 1,6 hectares, situada na vila da Ponta Oeste; Área de Reversão (AR), correspondente à área ocupada na Praia Grande; Área de Controle Ambiental (ACA), que compreende as porções de terra que fazem divisa entre as unidades de conservação e as demais Áreas, as faixas de preservação permanente ao longo das margens dos rios, a área assoreada na vila do Farol e o morro do Farol das Conchas; Área de Vilas (AVL), abrangendo as áreas ocupadas de Fortaleza, Nova Brasília, Farol e Encantadas, numa extensão de 58,17 hectares; Área Verde (AV), que engloba todas as áreas de uso público localizadas em quaisquer das vilas da Ilha do Mel, tais como: largos, praças e todas as porções de terra que não configurem ocupações; e Área de Praia (AP), faixa de areia de todas as praias da Ilha do Mel. Os objetivos de delimitação dessas áreas são comuns a quase todas elas, dentre os quais estão: a preservação da fauna e flora, a proibição de novas construções, a manutenção da beleza cênica da ilha e a contenção do avanço da ocupação antrópica. Ficou estabelecido nesta lei o incentivo à realocação dos ocupantes da Estação Ecológica e do Parque Estadual, proibindo qualquer nova ocupação na Área de Reversão e Área de Ocupação de População Tradicional, de modo a zelar pela preservação da flora e fauna das unidades de conservação da Ilha do Mel. Todas as obras realizadas na ilha deverão somente ser executadas após concessão de autorização ou licença ambiental pelo Instituto Ambiental do

Paraná e emissão de alvará pelo município de Paranaguá e cuja taxa de ocupação e utilização dos terrenos, que deverá ser de 38% da área total dos terrenos, até o limite de 500m^2 e de 50% da área total dos terrenos, respectivamente. A altura máxima das edificações será de 5,9m, que devem ser construídas com materiais naturais, tais como madeira, exceto pelas áreas de cozinha, banheiro e lavanderia, onde será permitida a utilização de alvenaria de tijolos. Ficou estabelecido também o limite máximo de visitantes para a ilha, que é de 5.000 pessoas ao mesmo tempo. A fixação de residência permanente de qualquer pessoa no território da ilha fica dependente de autorização ou concessão de uso do IAP. Por fim o IAP fica responsável por apresentar, implantar e regulamentar o plano de sustentabilidade da Ilha do Mel (ESTADO DO PARANÁ, 2009).

A Ilha do Mel então teria passado da gestão da União à gestão do Estado do Paraná - que nos dias de hoje é responsabilidade do órgão ambiental do estado (IAP) - e por diversas tentativas de estabelecer planos de desenvolvimento turístico. No entanto, devido à ausência dos órgãos gestores, a ilha passou por períodos de abandono administrativo, que ocasionaram o avanço das ocupações irregulares sobre seu território. Atualmente, o governo do estado, através da Lei n° 16037 de 08/01/2009, busca estabelecer regras e limites para a ocupação do solo, dividindo o território da ilha em várias áreas, cujo objetivo principal parece ser impedir a degradação ambiental da ilha e ao mesmo tempo permitir a exploração turística controlada.

4.4.2.5 Infra-estrutura e serviços

Existe na ilha uma rede de energia elétrica, que foi implantada em 1988 pela COPEL (Companhia Paranaense de Energia). A rede conta com uma Usina de Geração da COPEL, equipada com cinco motores a diesel. Porém, a potência dos motores não é suficiente para suprir a ilha toda, principalmente no verão e em feriados prolongados (PARANÁ.b, 1996; PARANÁ.c, 1996). Atualmente apenas a vila da Ponta Oeste não conta com rede de energia elétrica (FUZZETTI, 2007).

O abastecimento de água é operado pela CAGEPAR (Companhia de Água e Esgotos de Paranaguá), havendo dois mananciais localizados no morro Bento Alves. Porém a água proveniente dos mananciais é insuficiente para o abastecimento da

Ilha. Assim, existem bombas da CAGEPAR para retirada de água diretamente do lençol freático. Muitas pessoas, principalmente donos de estabelecimentos comerciais, possuem também bombas a motor para obtenção de água do lençol. No entanto, a água vinda do lençol freático é de má qualidade, tendo-se em vista a proximidade deste com as casas e, conseqüentemente, com as fossas sépticas que recebem o esgoto (PARANÁ.c, 1996).

Fuzzeti (2007) observou que as vilas de Nova Brasília, Encantadas e Farol das Conchas utilizam a rede da CAGEPAR como principal fonte de fornecimento de água; já a vila da Ponta Oeste utiliza principalmente bomba manual para extrair água do lençol, e a vila da Praia Grande utiliza água de nascente.

A ilha não conta com um sistema de coleta e tratamento de esgoto. A maioria das casas tem fossas sépticas, que não são controladas nem vistoriadas (PARANÁ.b, 1996).

Já o lixo representa um dos maiores problemas da Ilha do Mel, pois ao longo dos anos foram-se acumulando grandes quantidades de detritos, deixadas principalmente pelos turistas que a freqüentam. Além de dispor de um pequeno espaço urbano onde o lixo se concentra, há ainda, grande dificuldade em se fazer o transporte destes resíduos para o continente (CERDEIRA, 1989). Antes de 1980, quando a ilha pertencia à União (SPU), os moradores enterravam o lixo gerado, mas plásticos, vidros e latas não se decompõem facilmente, sendo assim, com o passar dos anos, estes depósitos foram sendo desenterrados pela ação da erosão do mar em certas localidades da ilha e espalhados ao longo das praias (CERDEIRA, 1989; CERDEIRA, 1994; PARANÁ.c, 1996).

Hoje em dia ocorre a coleta de lixo na Ilha, tanto o reciclável quanto o orgânico, sendo que muitos moradores ainda preferem enterrar o lixo orgânico. A coleta é realizada com carrinhos de mão por uma equipe de coletores da própria ilha e os resíduos são transportados de barco até Paranaguá (KIM, 2004; PARANÁ.c, 1996).

Existem duas escolas ativas na Ilha: uma na vila de Encantadas e outra em Nova Brasília. Ocorre ainda a presença de uma escola na Ponta Oeste, mas que está desativada atualmente; dois postos de saúde, localizados nas vilas de Encantadas e Farol das Conchas, dois postos da Polícia Florestal, nestas mesmas vilas, e um cemitério na vila da Fortaleza. A única vila da ilha que não conta com

presença de *campings* e pousadas é a Ponta Oeste, nas demais, estas estruturas estão presentes (FUZETTI, 2007).

4.4.2.6 Economia

A economia da ilha baseia-se em diferentes tipos de comércio, mantidos por nativos e imigrantes residentes, os quais são: bares, restaurantes, venda ambulante de comidas (pães, doces, etc.), artesanato, pousadas, *campings*, serviço de carretos e barcos. Este comércio é voltado a atender às necessidades dos turistas, representando uma economia, em grande parte informal, rentável, o que fez diminuir sensivelmente o exercício de outras atividades, tais como a pesca (CERDEIRA, 1989; CERDEIRA, 1994).

Outra fonte de renda consiste na prestação de serviços dos nativos aos veranistas, residentes e turistas, como a limpeza de casas, pequenos reparos e auxílios gerais (CERDEIRA, 1994).

Portanto, o grupo dos nativos é o mais diversificado no que diz respeito às atividades econômicas que exercem. Os mais aptos se organizaram e entraram nas atividades mais rentáveis - bares, restaurantes, transportes de pessoas e carga. Os menos qualificados são empregados ou servidores braçais, ajudantes informais em diversas atividades ou simplesmente não têm ocupação econômica. As mulheres, por sua vez, conseguem renda razoável na temporada de veraneio, com serviços como a venda de pão, doces e salgados, sendo que algumas lavam roupa e trabalham como empregadas em serviços gerais, mas no inverno ficam limitadas quase que exclusivamente às atividades domésticas. Os nativos que são comerciantes, donos de bares, restaurantes e pousadas, trabalham em instalações e com métodos rústicos, em condições de improviso, para ganhar dinheiro na temporada de veraneio. Já os comerciantes "de fora" possuem restaurantes e pousadas melhor equipados, com serviços razoáveis, atendendo a um fluxo maior de turistas, os quais possuem rendas para remunerar bons produtos e serviços. Desta forma, permitiu-se gerar uma atividade rentável e continuada, nos períodos de verão e inverno (PARANÁ.b, 1996).

Em 1996, 17% dos nativos trabalhavam em bares e restaurantes, 17% trabalhavam em pousadas, 17% com a pesca, 14% eram aposentados, 11%

trabalhava com transporte marítimo, 8% eram funcionários públicos, 8% trabalhava com serviços gerais e 8% realizava outros serviços (pequenos armazéns, empregados, carretos), porém não fica clara a percentagem de nativos que trabalhava nos comércios no papel de donos destes. Apesar de apenas 17% dos nativos trabalhar com a pesca nesta época, essa atividade era importante para quase todos os nativos, mas não consistia em uma atividade de sustento para a família, pois se pescava mais no inverno e principalmente para subsistência, quando os outros trabalhos na ilha eram escassos. A pesca tinha maior importância em Encantadas, onde quase todos os homens (fora os idosos) se dizem pescadores, mas na maioria das vezes pescam apenas para consumo próprio. No mesmo ano, constatou-se que parte significativa da renda de 13% das famílias era arrecadada pelas mulheres, com venda de pães, doces e salgados, que consistia no trabalho de 13% das mulheres da ilha, mas 23% delas trabalhava em pousadas, bares e restaurantes, 13% trabalhava em outros serviços e as demais (52%) não exerciam nenhuma atividades geradora de renda, sendo encaixadas na categoria de donas de casa (PARANÁ.b, 1996).

Ainda em 1996, dos residentes não nativos, 43% trabalhava em pousadas em condição de donos, 15% eram veranistas residentes com fonte de renda em outras cidades, 9% trabalhava com bar ou restaurante, também em condição de donos, e 33% tinha outras fontes de renda ou trabalhava em outras atividades (aposentados, empregados e serviços gerais) (PARANÁ.b, 1996).

Fuzetti (2007) observou em 2007 as principais atividades econômicas exercidas em cada vila da Ilha. Na Ponta Oeste, a atividade principal é a pesca; na Praia Grande e na Fortaleza, é o turismo; e no Farol, Nova Brasília e Encantadas, as principais atividades econômicas são a pesca, no inverno, e o turismo, no verão.

4.4.2.7 As vilas

Segundo Kim (2004), a ilha conta com os povoados de Encantadas, localizado no extremo Sul da Ilha, e separado dos restantes pelo Morro do Miguel. Mais ao norte situam-se o povoado da Praia Grande, a vila do Farol, e, fazendo divisa com a Estação Ecológica, estão as vilas de Nova Brasília, Fortaleza e Ponta Oeste.

A vila de Encantadas é a de maior densidade populacional. Nela está concentrada a maior parte dos problemas em relação à ocupação humana (KIM, 2004). É de todas as localidades a que mais se assemelha a uma vila, pois apresenta um centro com uma igreja, uma pequena praça com bares/restaurantes e trapiche. Conta ainda com uma escola, um campo de futebol, telefones públicos e posto do Batalhão da Polícia Florestal (PARANÁ.c, 1996). Há pouco relacionamento com as demais comunidades da ilha, devido à sua localização geográfica, limitada, por um lado, pelo morro Bento Alves e, por outro lado, pela orla marítima (PARANÁ.b, 1996).

A Vila denominada Praia Grande faz parte do Parque Estadual da Ilha do Mel, mas há alguns habitantes, com algumas pousadas e *campings* anteriores à criação do parque, cujos lotes estão regularizados junto ao Serviço de Patrimônio da União (SPU) (KIM, 2004; SPERB, 2006).

A vila do Farol está localizada nas proximidades do Farol das Conchas (PARANÁ.b, 1996). Conta com uma boa estrutura de *campings* e restaurantes, e é onde se situa o núcleo administrativo da Ilha, que dispõe dos seguintes serviços: Polícia Florestal, IAP, COPEL, Telefone, CAGEPAR, Posto de saúde, restaurantes e as principais pousadas (KIM, 2004; PARANÁ.b, 1996).

Em Nova Brasília, onde a maior parte dos moradores é nativa, existem algumas pousadas, *campings* e restaurantes (KIM, 2004). É o local de desembarque de passageiros que se dirigem à parte norte da Ilha. Nesta vila localiza-se a escola, um dos campos de futebol e os mercados da parte norte. Algumas igrejas evangélicas também estão situadas neste povoado. A localidade limita-se diretamente com a Estação Ecológica e, devido ao problema de erosão na área do istmo, os moradores desta vila são os que mais têm sofrido com a perda de casas e terrenos em decorrência da ação do mar (PARANÁ.c, 1996).

A vila da Fortaleza é a área que abrange o entorno norte e sul da Fortaleza Nossa Senhora dos Prazeres, tendo como principal atrativo o Forte, localizado no morro da Baleia, e conta com o Hotel e o Mirante do Cassual, onde se encontra a Rádio Farol. É a vila menos populosa e menos concentrada urbanisticamente (PARANÁ.b, 1996). Abriga, em sua maioria, casas de veranistas e algumas pousadas (KIM, 2004). É o menor povoado da Ilha, porém recebe um grande número de turistas durante o dia (principalmente na época de verão), que visitam seus atrativos turísticos. Esta vila se limita diretamente com a área da Estação

UFPR - Centro de Estudos do Mar
BIBLIOTECA

Ecológica, mas encontra-se fora desta, e segundo a Lei n° 16037 de 08/01/2009 do Estado do Paraná, a vila está incluída na Área de Vilas que abrange 58,17 hectares de toda a ilha (PARANÁ.c, 1996; ESTADO DO PARANÁ, 2009).

Por fim, a vila da Ponta Oeste é a mais isolada, e por fazer limite com a Estação Ecológica, tem a sua ocupação desincentivada (KIM, 2004). Está inserida na Área de Ocupação de População Tradicional Local (AOPT), que corresponde a uma área de aproximadamente 1,6 hectares, definida pela Lei n° 16037 de 08/01/2009 do Estado do Paraná, que proíbe quaisquer construções adicionais na região. Esta vila chegou a ser o maior povoado da ilha por volta de 1980, mas os seus moradores foram gradualmente abandonando a região, sendo que a maioria transferiu residência para outras localidades de Paranaguá ou para outros povoados da Ilha. A escassez da pesca aliada ao difícil acesso e ao fato da luz elétrica não chegar até o povoado foram os principais motivos que acarretaram a saída de grande parte da população da Ponta Oeste. As pessoas que continuam no local são, em sua maioria, famílias de antigos moradores (pescadores) que ainda possuem suas casas na área. As esposas e filhos destes pescadores ficam em Paranaguá para ter acesso às necessidades básicas de saúde e educação e os maridos passam uma parte do tempo pescando na Ponta Oeste e outra em Paranaguá com as famílias. As esposas e filhos vêm passar um tempo com eles, geralmente no inverno, quando é época de férias escolares e há uma diminuição nos mosquitos e butucas (PARANÁ.c, 1996).

4.4.2.8 Estação Ecológica e Parque Estadual da Ilha do Mel

A Estação Ecológica da Ilha do Mel foi criada através do Decreto 5.454, de 21 de setembro de 1982, com a finalidade de proteger de maneira permanente os ecossistemas existentes na extensa planície que configura o norte da Ilha. Abrange toda a planície norte da ilha até o limite das vilas de Nova Brasília e da Fortaleza, possui uma área de 2.240, 69 ha, coincidindo com a zona de preservação "Área Primitiva" definida no Plano de Uso. A área ocupada pela EEIM representa cerca de 85% da extensão total da ilha (PARANÁ.c, 1996). Nesta área predominam as formações pioneiras sob Influência marinha (restingas), em vários estágios de

desenvolvimento, existindo também vegetação sob influência flúvio-marinha (manguezais) e fluvial (brejos e caxetais) (ATHAYDE & TOMAZ, 1995).

A EEIM ocupa a maior parte da área norte da ilha, limita-se à leste com o Morro da Baleia(não incluído no perímetro desta), com a localidade da Fortaleza e com o Hotel. Ao sul, a área da Estação limita-se com a área para acampamentos e hospedaria na zona de ocupação da Nova Brasília (PARANÁ.c, 1996).

No artigo 2° do Decreto 5.454/82 determina-se que "a totalidade da área deve destinar-se, em caráter permanente, à preservação da biota". É de responsabilidade do Instituto Ambiental do Paraná – IAP, a administração, guarda e fiscalização da área (ITCF, 1986).

No ano de 2002, o Decreto Estadual 506 de 22 de março criou o Parque Estadual da Ilha do Mel, sobre a área da antiga Reserva Natural (KIM, 2004), a qual envolvia algumas formações vegetais previamente definidas como de preservação permanente, segundo o Código Florestal, tais como: dunas, restingas, vegetação das encostas acima de 45° de declive e topos de morros. Ressalta-se que essa região detém a maior área de Floresta Atlântica da ilha e os principais mananciais de abastecimento de água da ilha (ATHAYDE & TOMAZ, 1995). O Parque compreende a porção sul da ilha, entre os limites das vilas de Encantadas e Farol, correspondendo a uma área de 337,87ha (ESTADO DO PARANÁ, 2009).

4.4.2.9 Relações entre homem e ambiente

Na década de 1950, existia agricultura na Ilha do Mel, principalmente nas encostas dos morros na parte sul, onde os solos eram mais férteis. A mandioca era a principal cultura, sendo antigamente bastante expressiva na economia local, que contava com engenhos de farinha e cuja produção era comercializada em Paranaguá. Ocorria também a criação de gado nos morros, na região do Farol e em Encantadas (FIGUEIREDO, 1954[10] apud PARANÁ.c, 1996). A baixa fertilidade do solo, o trabalho sacrificante e a existência de formigas que destruíam as roças

[10] FIGUEIREDO, J. C. **Contribuição à geografia da Ilha do Mel (Litoral do Estado do Paraná)**. Tese de Doutorado. Curitiba, 1954. 81p.

CENTRO DE ESTUDOS DO MAR
BIBLIOTECA

fizeram com que os nativos fossem perdendo o costume de plantar. Segundo Kraemer (1978), na década de 1970 a lavoura era muito pouco expressiva na Ilha.

Em 1995, poucos moradores da ilha praticavam a caça. Segundo a população local, a caça era realizada com maior intensidade por pessoas de fora da Ilha. Os nativos somente praticavam a caça como alternativa para a alimentação, geralmente quando o pescado diminuía. Os animais mais caçados eram o gambá, o tatu, o lagarto e a capivara (ATHAYDE & TOMAZ, 1995). Outro recurso explorado na Ilha do Mel foi o palmito. Segundo alguns moradores, existia muito palmito nas florestas da região, e este foi extraído intensamente pela população local para alimentação e construção de cercas e casas (PARANÁ.c, 1996).

Em 1996, já inexistiam atividades agrícolas significativas. Algumas pessoas dedicavam-se ao plantio de hortas no quintal, cultivando principalmente hortaliças. Ocorria também o plantio de frutíferas como a goiaba e cítricos, além de plantas ornamentais. Os moradores da Praia Grande, cuja ocupação é histórica, realizavam ainda o cultivo de mandioca, banana, batata-doce e cítricos nessa área. A pesca, por sua vez, estava sendo abandonada gradativamente como principal fonte de renda, em detrimento de atividades relacionadas ao turismo. Porém, a pesca ainda representa uma importante atividade de ganho da população local, principalmente fora da temporada de turismo, quando os nativos lhe podem dedicar maior tempo (PARANÁ.c, 1996).

Figueiredo (1954) cita a utilização do mel silvestre na ilha antes da década de 1950. Segundo o autor, nesta época não era comprado açúcar, sendo os alimentos adoçados com açúcar da cana plantada na própria ilha e com o mel (ATHAYDE & TOMAZ, 1995).

Destaca-se ainda a utilização indireta do manguezal pela população através da extração do caranguejo para alimentação. Esta prática é observada em várias comunidades litorâneas da Baía de Paranaguá (PARANÁ.c, 1996). Segundo Athayde & Tomaz (1995), as cascas de árvores do mangue eram utilizadas para tingir redes de pesca, além de fornecer madeira para a fabricação de cabos de machados e remos, e madeira retirada da floresta também era utilizada na construção de casas, cercas, remos e embarcações, além de ser utilizada como lenha para o fogo.

As atividades econômicas exercidas atualmente na ilha, bem como as atividades de subsistência como a caça, a roça e coleta na mata devem ser

levantadas e discutidas em capítulos posteriores na apresentação dos resultados da pesquisa.

5 MÉTODOS E INSTRUMENTOS DA PESQUISA

A primeira etapa da pesquisa constituiu-se de uma revisão bibliográfica sobre os temas fundamentais da pesquisa: aspectos conceituais sobre a condição e situação da pesca de pequena escala; informação geral sobre a pesca de pequena escala em vários contextos, desde o mundial até o estadual, com atenção especial ao papel dos membros da família na manutenção da atividade pesqueira; informações biofísicas e sociais sobre a Ilha do Mel, enquanto área de estudo; e levantamento dos trabalhos já realizados sobre a pesca de pequena escala na ilha do Mel, bem como suas comunidades.

O estudo de campo aconteceu em três etapas. A primeira foi realizada entre os dias 06 e 19 de maio e consistiu em uma visita a todas as vilas da Ilha do Mel a fim de fazer um reconhecimento de cada vila e identificar a presença de pescadores. Essa primeira etapa resultou em um croqui básico de cada uma das vilas, e na identificação da infra-estrutura presente em cada uma, discriminando a presença de casas de nativos, turistas e comércios. Isto foi acompanhado de registros fotográficos das estruturas das casas, escolas, comércios, postos de saúde, etc., e a pesquisa foi apresentada a alguns moradores das comunidades.

Estes dados permitiram depois escolher as vilas a serem estudadas com mais profundidade, que seriam a vila de Encantadas e a vila da Ponta Oeste, porque apresentam realidades diferenciadas e de interesse aos fins deste estudo, além de apresentarem as maiores concentrações de pescadores dentre todas as vilas da ilha. Encantadas, extremamente influenciada pela presença do turismo, possui a maior concentração de pescadores (cerca de 40) que realizam diversas atividades econômicas; enquanto Ponta Oeste é exclusivamente pesqueira, sem presença de turistas nem outras atividades econômicas, entre outros aspectos de interesse.

Posteriormente foram desenvolvidos dois questionários semi-estruturados, como instrumentos para levantar dados primários. O primeiro foi destinado à informantes qualificados das comunidades escolhidas e tinha como objetivo central identificar as mudanças ocorridas nas vilas durante os últimos trinta anos, bem como descrever suas características atuais, caracterizar a atividade pesqueira de cada comunidade e identificar outras atividades econômicas presentes.

O segundo questionário foi destinado a uma amostra de famílias de pescadores, de modo a levantar a sua composição por sexo e idade, as fontes de

renda (dentro e fora da pesca), a renda média mensal obtida por cada membro em cada atividade, verificar a migração dos moradores da vila (dentro e fora da ilha) e coletar os dados básicos de cada pescador.

A segunda etapa de campo foi realizada entre os dias 14 de agosto e 29 de setembro, tendo como objetivo a aplicação dos primeiros questionários a informantes qualificados das vilas de Encantadas e Ponta Oeste. Na vila de Encantadas foram entrevistados quatro informantes qualificados, duas mulheres e dois homens, dos quais dois são nativos da Ilha do Mel e dois são moradores da vila há mais de 15 anos. Os entrevistados possuem entre 47 e 59 anos. São líderes locais, um ex-presidente da "Associação de Moradores da Prainha", um representante dos pescadores da vila na Colônia de pescadores de Paranaguá e duas pescadoras de grande influência na vila (TABELA 3).

Já na vila da Ponta Oeste foram entrevistadas duas nativas da vila, de 57 e 61 anos, que foram escolhidas por terem muito conhecimento sobre a vila e serem lideranças da comunidade. São atualmente presidente e vice-presidente da "Associação de Nativos e Pescadores da Ponta Oeste", ambas são pescadoras.

TABELA 3 - DADOS PESSOAIS DOS INFORMANTES QUALIFIDADOS.

Vila	Nome	Sexo	Idade	Mora na vila há quantos anos	Ocupação atual	Representação social	Data da entrevista
Encantadas	Amaní Fernando Alves	M	49	30 anos	Dono de camping	Ex- presidente da Associação de Moradores da Prainha	14/08/10
	Ligia Agostinho	F	55	Nativa	Sirieira e quinhoeira	Pescadoras da vila	19/08/10
	Juraci Margareth Rech Carneiro	F	47	15 anos	Pescadora e dona de loja	Pescadoras da vila	20/08/10
	Pedro da Silva	M	59	Nativo	Pescador e barqueiro	Representante dos pescadores da vila na Colônia de pesca de Paranaguá	02/09/10
Ponta Oeste	Dircéia Gomes Pereira de Souza	F	57	Nativa	Aposentada	Presidente da Associação de Nativos e Pescadores da Ponta Oeste	29/09/10
	Leonor Gomes Pereira Cordeiro	F	61	Nativa	Aposentada	Vice-presidente da Associação de Nativos e Pescadores da Ponta Oeste	29/09/10

FONTE: Da autora (2010).

Os itens questionados foram (APÊNDICE A):

- Dados pessoais do entrevistado;
- Características da vila antes de 1980;
- Processo de transição ao presente;
- Características atuais da vila;
- Caracterização da atividade pesqueira e de coleta na comunidade;
- Outras atividades econômicas; e a
- Visão do futuro.

A primeira e segunda etapas de campo foram necessárias para o cumprimento do primeiro e segundo objetivos específicos.

Essa etapa contribuiu para a identificação do universo de famílias de pescadores presente em cada vila, a partir da qual se definiu a amostra, ou seja, a quantidade de famílias a serem entrevistadas em cada localidade. Os informantes qualificados estimaram para a vila de Encantadas um número aproximado de 40 casas com famílias de pescadores e para a Ponta Oeste foi estimada a presença de 12 casas habitadas, sendo todas de pescadores. Definiu-se que a amostra abarcaria a metade das famílias de pescadores das vilas em questão. Sendo assim, foram aplicados 20 questionários em Encantadas e 6 na Ponta Oeste. Em relação ao total de pescadores da Ilha, foram entrevistados 33 de 98, ou seja, 33,7%. Assim, foi feita uma amostra estratificada, por vila, das famílias de pescadores da Ilha do Mel, atendendo a que estes se distribuem por vilas e que estas apresentam diferenças.

A terceira etapa de campo ocorreu com o objetivo da aplicação dos questionários às famílias dos pescadores, nos dias entre 14 de setembro e 06 de novembro. Os questionários foram aplicados a um membro adulto de cada casa, interrogando sobre dados de todos os moradores. Em Encantadas as famílias foram escolhidas aleatoriamente tentando atender uma casa sim e uma não. Quando não era possível realizar a entrevista em certa casa, pulava-se para a próxima. No caso da Ponta Oeste, no momento da aplicação dos questionários o número de famílias na vila era pequeno, portanto as casas foram escolhidas de acordo com a presença e disponibilidade dos pescadores. Nessa etapa os seguintes itens foram questionados (APÊNDICE B):

- Dados básicos do entrevistado e pessoas que vivem no mesmo lar;
- Trabalho e renda do entrevistado e pessoas que vivem no mesmo lar;
- Benefícios sociais e outras fontes de renda;
- Mudanças depois de 1980,
- Migração;
- Dados dos pescadores: nome, tempo de pesca, propriedade de embarcação e tipo, se pesca na sua embarcação, se pesca como quinhoeiro e na embarcação de quem, a que captura se dedica, qual a renda nos melhores e piores meses, quais os melhores e piores meses e quais outras ocupações já teve além da pesca.

Essa etapa visou atender o terceiro e quarto objetivos específicos.

Durante as visitas de campo, a pesquisadora permaneceu nas vilas num período que variou de um a cinco dias. Quando a visita foi de apenas um dia, a pesquisadora permaneceu na vila geralmente no período das 08h30min às 16h00min. Para acesso às vilas de Encantadas e Brasília utilizou-se o transporte de linha de Pontal do Sul para a Ilha do Mel. No caso da Ponta Oeste foi utilizado um barco particular de uma pescadora da vila, com saída de Paranaguá.

Não foi utilizado o recurso de gravar as entrevistas, de modo a deixar os entrevistados mais a vontade e que suas respostas fossem mais livres. A entrevista aos informantes qualificados durou, em média, 2h30min, sendo conduzida pela pesquisadora e os questionários foram preenchidos com a ajuda de duas outras pesquisadoras do Laboratório Sócio-ambiental para que todas as questões abordadas fossem registradas com mais rapidez e de forma mais completa. Os outros questionários foram preenchidos exclusivamente pela pesquisadora que tomou nota a parte de assuntos gerais que interessam ao tema de pesquisa. O preenchimento destes questionários durou, em média, 40min.

Após todas as etapas de campo, os dados quantitativos foram inseridos em uma planilha do Programa Excel e posteriormente processados, o que resultou em tabelas, quadros e gráficos que foram analisados mediante análise percentual e descritores estatísticos básicos. Em alguns casos foi utilizado o Programa Statística 6.0 para comparar médias. Os dados qualitativos foram descritos em um documento de texto e posteriormente apresentados nos resultados da pesquisa.

Os resultados foram divididos da seguinte maneira. Em um primeiro momento, se apresentam separadamente os dados obtidos para cada vila, através dos informantes qualificados, pois se buscava um histórico do acontecido com os pescadores nos últimos 30 anos e as vilas estudadas apresentam especificidades sendo que cada uma foi impactada de forma diferente e respondeu aos processos de mudança também de forma diferente. No segundo momento, se apresentam somados, os dados quantitativos obtidos através da enquete aplicada a uma amostra de famílias de pescadores de cada vila, entendendo que representam estatisticamente os pescadores da Ilha do Mel e suas famílias. No entanto esta forma de analisar os dados possui prós e contras. A amostra pode ser considerada, em princípio, estatisticamente representativa (50% do total de famílias de pescadores de cada vila e 33,7% do total de pescadores da ilha), mas o universo não é muito grande (98 pescadores no total), nem a amostra (26 famílias com 33 pescadores), e como a estatística opera para grandes números, se admite que pode haver certa distorção dos dados onde possam pesar de mais as particularidades de cada vila e/ou dos indivíduos que caíram na amostra.

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nos primeiros sub-capítulos (6.1 e 6.2) as vilas de Encantadas e Ponta Oeste são analisadas separadamente, apresentando os dados aportados pelos informantes qualificados. Nesta parte, se pretendeu mostrar, *grosso modo*, a diferença entre o primeiro cenário descrito (até 1980) e o atual e o processo que os une, colhendo as trajetórias diferenciadas das vilas. Como o objetivo não foi a descrição exaustiva das vilas nos dias atuais, nem a comparação entre elas, essa descrição, ainda que certos dados possam sem imprecisos, cumpre o objetivo proposto. Depois, utilizamos os dados da amostra como meio de informar do universo geral dos pescadores da Ilha do Mel e suas famílias no presente, que é outro de nossos objetivos. Assim, a partir do sub-capítulo 6.3, as informações obtidas na enquête aplicada a uma amostra de famílias de pescadores de cada vila são somadas. O objetivo não é comparar os pescadores da vila de Encantadas com os pescadores da vila da Ponta Oeste, senão fazer um apanhado geral dos pescadores da Ilha do Mel.

6.1 HISTÓRICO DAS VILAS

A partir da percepção dos informantes entrevistados, foi feito um relato das mudanças ocorridas nas vilas da Ilha do Mel nos últimos 30 anos, sendo que foi observada a situação antes e depois de fatos marcantes tais como a criação de UC's, o advento do turismo, a instalação da rede de energia elétrica e do sistema de distribuição de água, etc.

6.1.1 Encantadas

Até o início dos anos 80, a vila de Encantadas era basicamente uma vila de pescadores de pequena escala, os quais viviam principalmente da renda gerada pela atividade pesqueira. Segundo a percepção dos entrevistados, o local era habitado até então, por cerca de 35 famílias. Havia apenas 5 ou 6 casas de turistas que se encontravam espalhadas por toda a vila, isto é, não existia uma área

preferencial ou exclusiva deles. Nenhum desses turistas com casa no local era morador fixo da ilha.

Segundo Paraná (1985 a.), no ano de 1980, a vila de Encantadas contava com 204 moradores, sendo assim, se estes estavam divididos em 35 famílias (de acordo com os entrevistados), cada família possuía em torno de seis membros.

Os informantes citam que o principal tipo de embarcação utilizado na vila nessa época era a canoa a remo de um pau só, mas que também existiam duas baleeiras de madeira com motor. Foram mencionados diversos recursos pesqueiros que eram capturados na vila, dentre eles, os principais, eram a sardinha – verdadeira (*Sardinella brasiliensis*), a pescada amarela (*Cynoscion acoupa*), a cavala (*Scomberomorus brasiliensis*) e a lagosta (*Palinurus argus*). Conta-se que nesta época os recursos eram muito abundantes, mas os pescadores não tinham como estocá-los devido à ausência de energia elétrica, portanto, quando a produção não era toda escoada para o mercado , o que sobrava era enterrado pelos pescadores, sendo que muitas vezes chegavam a ser enterradas grandes quantidades, principalmente de sardinha. A produção era toda vendida em Paranaguá, já que nesse período a presença de turistas e comércios na vila era reduzida.

Outros recursos que foram citados pelos informantes, mas que não consistiam nas principais pescarias são: a tainha (*Mugil sp.*), a anchova (*Pomatomus saltatrix*), o camarão, a pescada branca (*Cynoscion leiarchus*), o parú (*Chaetodipterus faber*), o mero (*Epinephelus itajara*) e a garoupa verdadeira (*Epinephelus marginatus*). Vale destacar que estes recursos foram mencionados por apenas um dos informantes, sendo que os recursos principais, descritos anteriormente foram lembrados por dois ou mais informantes.

Dos locais de captura, a maioria delas era realizada no mar aberto, seguido pela baía e em menor escala eram realizadas na praia. Os apetrechos mais utilizados até esta época eram as redes com malhas de variados tamanhos, o espinhel e a linha de mão. Fuzetti (2007) constatou que em 2007 os petrechos utilizados pelos pescadores da ilha eram: redes de arrasto, redes de emalhar, redes de cerco, linhas e outros (gancho, arpão e coleta manual). Portanto, em cerca de 30 anos, não ocorreram grandes modificações no que diz respeito ao tipo de petrechos utilizados, ainda que, segundo Fuzetti (2007), a variedade de artes e de quantidade de redes na água tenha aumentado consideravelmente, além de a linha de mão ter

sido substituída pelo molinete. A autora também observou tamanhos das malhas utilizados atualmente que indicam uma mudança em relação àquela época, o que se deveria às exigências da legislação.

Ainda segundo os informantes entrevistados, as mulheres ocupavam-se com diversas atividades relacionadas à pesca, como a limpeza do pescado, a salga, o conserto e remendo de redes e o corte de cipó na mata que servia para prender os peixes de forma a carregá-los para casa. Além disso, praticavam a captura de mexilhão (*Perna perna*) e de siri (*Callinectes ssp*). A salga do pescado foi posteriormente abandonada já que a presença de energia elétrica permite a conservação do pescado em *freezers*. As mulheres deixaram de realizar o conserto e remendo de redes, tarefas que hoje são realizadas exclusivamente por homens. Já o corte de cipó na mata para amarrar os peixes não se faz mais.

As demais atividades econômicas realizadas na vila eram roça, caça, coleta na mata, fabricação de cestos e criação de gado. A roça tinha como principais produtos a abóbora, a banana e a mandioca enquanto a caça tinha como principais produtos o gambá e os pássaros. A coleta na mata era realizada para extrair lenha, frutas, palmito e mel. A fabricação de cestos era feita com cipó. A criação de gado era feita para movimentação do engenho de farinha de mandioca.

Destas atividades, apenas os cestos e a farinha produzidos destinavam-se à venda ou troca, além do auto-consumo. Todos os demais produtos tinham como destino o consumo familiar.

Quanto à divisão por gênero destas atividades, apenas a pesca era realizada exclusivamente por homens da vila, e a coleta de mexilhão e siri pelas mulheres. As outras atividades existentes na época eram realizadas por ambos os sexos (TABELA 4).

Segundo os informantes, até a década de 80 não era realizada nenhuma atividade referente ao turismo nesta vila o que a diferencia das vilas do Farol e da Fortaleza onde Kraemer (1978) observou que já na década de 30 os nativos prestavam serviços a veranistas.

TABELA 4 - ATIVIDADES ECONÔMICAS NA VILA DE ENCANTADAS, QUANTO À DESTINO DOS PRODUTOS E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO. APROXIMADAMENTE 1980.

Atividades	**Principais produtos/ serviços**	**Destino**		**Quem realiza**	
		Auto-consumo	**Venda**	**Homens**	**Mulheres**

Pesca	Sardinha, pescada amarela, cavala e lagosta	X	X	X	X
Atividades	**Principais produtos/ serviços**	**Destino**		**Quem realiza**	
		Auto-consumo	**Venda**	**Homens**	**Mulheres**
Coleta no mar/praia	Mexilhão e siri	X	-	-	X
Roça	Abóbora, banana e mandioca	X	-	X	X
Caça	Gambá e pássaros	X	-	X	-
Coleta na mata	Lenha, frutas, palmito e mel	X	-	X	X
Corte de cipó	Matéria prima para cestos	X	X	X	X
Fabricação de cestos	Cestos	X	X	X	X
Criação de gado	Bois e vacas	X	-	X	X
Produção de farinha	Farinha de mandioca	X	X*	X	X

FONTE: Pesquisa de Campo (2010).
NOTA: * Nesse caso entende-se troca.

Porém, na década de 1980 teriam começado a ocorrer as grandes mudanças nas vilas, com a explosão do turismo, por volta de 1983 (CERDEIRA, 1989), e a instalação da luz elétrica, em 1988 (PARANÁ c., 1996).

Na percepção dos nativos, as grandes mudanças ocorreram principalmente no que diz respeito às relações entre eles. Teriam se tornado mais independentes uns dos outros, diminuindo as práticas cooperativas. Isto é, diminuíram as parcerias na pesca, e a roça não teve mais a participação de um grupo de vizinhança. Este fato foi verificado também por Fuzetti em 2007, que percebeu que a pesca tornou-se uma atividade mais individual, diferente da praticada em parceria no passado. A autora verificou, neste sentido, que em 2007 faltavam pescadores para trabalhar junto.

Outra mudança ocorrida nos últimos 30 anos foi de costumes e conduta social. Assim um entrevistado disse:

> [Antes]... *"ninguém fazia malvadeza, ninguém roubava, ninguém fazia bagunça. A única bagunça era o fandango."* (Mulher, 55 anos)

Também foi constatado pelos moradores mudanças na infra-estrutura da própria vila, e na estrutura e mobiliário das casas. No entanto, os informantes não lembravam ao certo o ano em que estas ocorreram. Quanto à instalação de luz elétrica na vila, apenas um informante soube o ano certo da instalação, que ocorreu em 1988.

Não se sabe ao certo o ano de instalação da rede de abastecimento de água potável em Encantadas. Os entrevistados acreditam que foi entre 1980 e 2000, sendo que um deles declarou de forma mais precisa que teria sido em 1986. Relataram que antes da instalação da rede, os nativos da vila ajudaram na construção de uma caixa d'água, mas nesse período, para cada três casas, havia somente uma torneira.

Segundo um entrevistado, já em 1989 existia na vila um telefone comunitário, o qual era utilizado por todas as famílias da vila, e somente em 1996 teriam sido instalados os telefones fixos nas casas. Os demais informantes declararam datas bem divergentes (entre 1985 e 1998), sendo que alguns devem ter citado a instalação do telefone comunitário e outros de telefone fixo nas residências, que foi posterior.

Na percepção dos informantes entrevistados, a instalação de luz elétrica na vila teria trazido benefícios diretos e indiretos para os moradores. Os benefícios diretos são: a possibilidade de armazenamento de alimentos perecíveis e a conservação do pescado. Os benefícios indiretos consistem nas melhorias ocorridas nas áreas de educação, saúde e transporte; a chegada do turismo que possibilitou outra fonte de renda para os nativos; e a instalação de comércios com a oferta de frutas, verduras e carne vermelha, incrementando/diversificando a alimentação. Como único ponto negativo da instalação de luz elétrica na ilha foi citado por um informante o preço elevado da tarifa de luz cobrada pela COPEL.

Quanto à instalação da rede de água potável, as vantagens percebidas pelos entrevistados estão relacionadas á disponibilização de água para todos e a possibilidade de construção de banheiros. Já as reclamações dos moradores se deram principalmente quanto às altas taxas cobradas pelo serviço e a qualidade da água, que algumas vezes vem suja e com gosto ruim, além de nos meses de verão não atender a demanda turística. Assim, uma das entrevistadas (55 anos), disse:

"Acho que não devia cobrar, porque foi com o nosso trabalho que ela veio pra cá."

Já quanto ao telefone a percepção é que só teria trazido benefícios para a comunidade, pois facilitou a comunicação com as demais localidades, ajudando em casos como de doença.

Quanto à introdução do turismo na vila, alguns citam os anos entre 1930 e 1940. Nesse período as primeiras famílias ter-se-iam instalado na vila da Fortaleza (alemãs, italianas e francesas, e algumas da elite curitibana). Essas famílias deslocavam-se até as outras vilas para os bailes e para comprar pescado. A partir de então, teriam começado a se estabelecer também nas outras localidades da ilha. Assim, aproximadamente em 1950 teria sido construída a primeira casa de turista na vila de Encantadas. Esses dados coincidem com o informado por Paraná (1996 c.) que coloca que o turismo começou a ser introduzido na vila de Encantadas já na década de trinta, quando famílias de Curitiba iam veranear no litoral.

Mas, segundo os nativos, a partir de 1990 houve uma mudança nos freqüentadores, quando muitos jovens começaram a visitar a ilha principalmente nos meses de verão. Estes acampavam em quintais e na praia e pertenciam a todas as classes sociais. Essa data é praticamente a mesma citada por Kraemer (1985). Ela informa que foi em 1989 quando a ilha teria passado a receber jovens surfistas e "*hippies*".

Do ponto de vista econômico, nessa época, o turismo teria trazido benefícios para os moradores que abrigavam os turistas em suas casas ou terrenos, contribuindo então com a renda familiar. Porém, segundo a percepção dos nativos, o grande ganho da atividade turística teria ficado com as pessoas "de fora" que vieram a estabelecer comércios na ilha.

Os entrevistados percebem que com a chegada do turismo no local ocorreu uma descaracterização do nativo. Observam que este perdeu muitos dos seus costumes, bem como o jeito de falar característico, passando a usar como referência as pessoas que vinham de fora. Neste processo teriam sido introduzidas as drogas na ilha, e teriam surgido outros problemas sociais, tais como violência e criminalidade. Assim, os entrevistados disseram:

> *"Hoje eles* [turistas] *só vêm pra bagunçar, mexer nas coisas dos outros."* (Mulher, 55 anos)

CENTRO DE ESTUDOS DO MAR
BIBLIOTECA

[Os turistas trouxeram]... *"Músicas, palavrões, que são assimilados pelos nativos."* (Homem, 49 anos)

"De ruim, os filhos dessas pessoas começaram a trazer drogas." (Homem, 59 anos)

Os informantes relataram que com o incremento do turismo na década de noventa, surgiu um grande interesse das pessoas de fora pela Ilha do Mel, sendo que muitos imigrantes foram se estabelecer no local, atraídos pela possibilidade de renda oferecida pelo turismo. Porém outros teriam ido em busca de melhor qualidade de vida. Estes dados muito se assemelham ao que Kim (2004) cita em seu trabalho.

Porém, segundo a percepção dos moradores da vila, a vinda dos imigrantes não teria trazido muitos benefícios, já que apesar de terem sido construídos vários comércios, grande parte dos empregos ofertados foram ocupados pelos próprios imigrantes. Outro aspecto negativo associado a esse fato, destacado pelos informantes, é a introdução de vícios e costumes trazidos pelos "de fora".

As mulheres da vila reclamam por terem perdido espaço em algumas atividades, pois se antes do incremento de comércios na vila elas vendiam sonhos e pastéis aos turistas no verão, hoje elas perderam mercado para as pousadas e panificadoras. Assim uma das entrevistadas disse:

"Com esse mundaréu de pousada e padaria não dá mais pra gente vender, porque eles oferecem tudo." (Mulher, 55 anos)

Os nativos perderam território para os turistas e imigrantes, uma vez que muitos venderam a estes os seus terrenos e casas, muitas vezes por preços que, segundo eles mesmos hoje reconhecem, não representavam o valor real dos imóveis ou espaços. Porém quando os venderam não tinham noção desse fato. Alguns nativos –relatam- trocaram seus terrenos por televisões, rádios, tanques, geladeiras; outros chegaram a ceder seus terrenos sem cobrar algo em troca. Aconteceu também de venderem terrenos a mais de uma pessoa, ou o mesmo nativo vender vários terrenos. Porém nunca houve nenhum tipo de pressão ou violência sobre os nativos para que saíssem de suas terras, isso por parte dos turistas e imigrantes.

Segundo os entrevistados, não houve nesta vila nenhuma grande mudança quanto á ocupação de terrenos devido à criação das unidades de conservação, pois dos espaços que os nativos ocupavam só alguns pequenos pedaços nas margens do rio foram decretados como áreas de proteção ambiental, não trazendo grandes prejuízos ou perdas de terras para a comunidade. A praia do Miguel foi citada como local onde foi proibida a construção de casas, uma vez que na época da tainha, os pescadores construíam pequenas casas na área por se tratar de um ponto de pesca estratégico para esse peixe.

A preservação ambiental foi citada pelos informantes como aspecto positivo da implantação de UC's na ilha, e foi citada a proibição por parte do IAP de construção e reforma das casas sem prévia autorização, como aspecto negativo.

Antes de acontecer todas essas mudanças, cerca de 200 nativos moravam na vila. No processo posterior, muitos foram embora, alguns porque venderam seus terrenos a turistas, e outros porque foram em busca de trabalho e de melhores condições de vida em outros locais. Destes, a maioria foi para Paranaguá e alguns para Pontal do Paraná. Segundo os moradores, esta saída foi gradativa; não houve nenhum período em que a saída foi maior. Porém, segundo os entrevistados, pelo menos metade dos nativos que foram embora da ilha, teria retornado a partir dos anos 90, por não ter conseguido emprego –ou bons empregos- em outros lugares e gastaram todo o dinheiro da venda de seus terrenos. Outros voltaram porque a ilha passou a oferecer melhores condições de vida (posto de saúde, escola) assim como oportunidades de emprego com o turismo. [11]

6. 1. 2 Ponta Oeste

Até 1980 a vila da Ponta Oeste era a mais populosa da ilha, com 211 moradores (PARANÁ.b, 1996). Segundo os informantes, a vila contava com duas igrejas (católica e evangélica) e uma escola que oferecia até a 4ª série do ensino fundamental.

Os moradores afirmam que nunca existiu na vila nenhuma casa de turista. A vinda de pessoas de fora que lembram, aconteceu mais ou menos em 1975, quando

[11] O processo de migração dos nativos da vila será tratado mais em detalhe em capítulo posterior.

cerca de doze pescadores vindos de Superagüi e Bertioga foram morar na vila juntamente com suas famílias, a fim de trabalhar com a pesca e a lavoura. Acabaram por construir casas no local, as quais estavam distribuídas por toda a vila.

Durante este período, os moradores da vila obtinham suas rendas da atividade pesqueira, mas faziam lavouras para subsistência, as quais eram realizadas em forma de mutirão. Todas as famílias se reuniam para plantar e depois colher os produtos (principalmente mandioca e melancia), de forma que, no final, estes eram divididos entre todos. Também faziam mutirões para tirar madeira da mata e construir embarcações, e depois comemoravam com festas onde tocavam e dançavam fandango. Além de venderem lenha em Paranaguá, produto este que era resultado da derrubada de árvores para fazer plantação.

Segundo os informantes, o único tipo de embarcação que existia na vila até a década de 80 era a canoa a remo de um pau só e os principais produtos pescados eram: cação (Mustellus spp), cuja captura se dava com espinhel no mar de fora; camarão branco (*Litopenaeus schimitti*) e camarão ferro (*Xiphopenaeus Kroyeri*), pescados com arrasto de praia; parambijú (ou bijupirá, *Rachycentron canadum*), pescado com espinhel na baía; e camarão sete-barbas (*Xiphopenaeus kroyeri*) capturado com arrasto de fundo no mar de fora. Segundo o Grupo de Estudos Pesqueiros da UNIVALI (Universidade do Vale do Itajaí) o camarão ferro e o camarão sete-barbas são a mesma espécie (GEP, 2010).

As mulheres, segundo informado, se dedicavam principalmente à captura de pescada bembeca (*Macradon ancylodon*) e do camarão. Algumas puxavam rede na praia e outras iam junto com os homens na canoa para dar o lanço, sendo que ainda eram responsáveis por fabricar e consertar redes, salgar peixe e camarão e ajudar a puxar as canoas.

Foram citadas pelos entrevistados outras atividades econômicas além da pesca. Dentre elas a roça, cujos principais produtos eram a mandioca, a melancia, o abacaxi, o arroz, o feijão e o café; a caça de tatu e raposa; a coleta de madeira na mata para fabricação de embarcações e remos, e lenha; a coleta de frutas e mel; a coleta de samambaias; e a coleta de marisco (*Perna perna*), siri (*Callinectes ssp.*) e ostra nativa (*Crassostrea rhizophorae).*

Todas estas atividades eram realizadas tendo como destino o auto-consumo, com exceção da pesca e da coleta de samambaias e de lenha na mata, que eram realizadas tendo como destino a venda em Paranaguá. Com relação à divisão

sexual do trabalho, segundo os entrevistados, apenas a coleta de frutas e mel e a coleta de marisco, siri e ostra eram realizadas exclusivamente por mulheres, enquanto que as realizadas exclusivamente por homens eram a caça e a coleta de madeira para fabricação de embarcações e remos. As demais atividades eram realizadas por ambos os sexos, inclusive a pesca (TABELA 5).

TABELA 5 - ATIVIDADES ECONÔMICAS NA PONTA OESTE, QUANTO À DESTINO DOS PRODUTOS E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO. APROXIMADAMENTE 1980.

Atividades	Principais produtos/ serviços	Destino		Quem realiza	
		Auto-consumo	Venda	Homens	Mulheres
Pesca	Pescada membeca, cação, camarão branco, camarão ferro, camarão, camarão sete-barbas e parambijú	X	X	X	X
Beneficiamento pescado	Salga	X	X	-	X
Coleta no mar	Marisco, siri e ostra	X	-	-	X
Fabricação de canoas	Canoas e remos	X	-	X	-
Conserto de redes	Redes	X	-	X	X
Roça	Mandioca, melancia, abacaxi, arroz, feijão e café	X	-	X	X
Caça	Tatu e raposa	X	-	X	-
Coleta/corte na mata	Madeira/lenha	X	X	X	X
Coleta na mata	Frutas e mel	X	-	-	X
Coleta na mata	Samambaia	-	X	X	X

FONTE: Pesquisa de Campo (2010).

Também existiam na vila seis salgas de peixe e camarão, onde as mulheres eram responsáveis por limpar e salgar o pescado. Essas salgas perduraram até 1994.

Mas ao contrário das outras vilas da Ilha, na Ponta Oeste não ocorreu nenhuma grande mudança no que diz respeito à infra-estrutura, pois até hoje não existe no local rede de energia elétrica, sendo que a energia elétrica da qual dispõem é produzida com geradores a diesel, presentes em duas casas da vila e

que foram instalados pela própria comunidade em 2007. Esses geradores são capazes de manter ligadas apenas lâmpadas, televisão e alguns eletrodomésticos, como liquidificador. A vila também não conta com conexão a rede de água potável nem telefone; as casas são abastecidas de água mediante poços artesianos.

Nunca houve na vila um fluxo turístico intenso. Alguns poucos turistas chegam à vila de lancha para usar a praia e compram pescados dos nativos, ajudam a puxar redes e em raras ocasiões os nativos lhes servem petiscos. Porém até hoje nunca existiu na vila nenhuma casa de turista.

Os nativos relatam que com a criação da Estação Ecológica da Ilha do Mel em 1982, eles perderam território, alegando que a área que ocupavam antes era maior do que a que hoje é destinada a eles por lei (Lei N° 16037 de 08/01/2009), que é de 1,6 hectares e consiste na Área de Ocupação de População Tradicional Local, a qual foi instituída visando a realocação dessa população para outras áreas (ESTADO DO PARANÁ, 2009). Os moradores entrevistados afirmam que depois da implantação da EEIM, passaram a ser pressionados por órgãos ambientais, foram proibidos de reformar ou construir casas e de fazer roça. Essas proibições teriam induzido o deslocamento da comunidade tradicional para outras áreas da ilha ou do município de Paranaguá, e impediram a vila de crescer e se desenvolver.

Portanto, a partir desta época a vila foi perdendo moradores por dois motivos: o primeiro, devido à criação da Estação Ecológica, e o segundo, pela diminuição das capturas da pesca. Assim, muitos nativos da Ponta Oeste foram embora para Paranaguá em busca de emprego, passando a morar na periferia da cidade e na beira dos mangues. Porém, segundo os entrevistados, muitos destes acabaram se frustrando, por não conseguirem empregos fora da pesca, ou pelas condições precárias de vida oferecidas na nova moradia. Foi então que muitos nativos voltaram para a Ponta Oeste para trabalhar na pesca e conseguir o sustento da família, sendo que uma parte destas ficou em Paranaguá para que os filhos pudessem estudar.

Os nativos estimam que cerca de 70% dos habitantes da Ponta Oeste daquela época foi embora para outras localidades, a maioria para a periferia de Paranaguá e para a Ilha dos Valadares. Alguns passaram a trabalhar como estivadores, quatro ou cinco conseguiram emprego no serviço público e outros começaram a trabalhar em empresas, mas não se adaptaram. Os informantes salientam que desses 70% que foi embora, pelo menos 10% voltou a morar na vila.

6. 2. CARACTERÍSTICAS ATUAIS DAS VILAS

6. 2. 1 Encantadas

6.2.1.1 Características gerais: população, moradias, infra-estrutura e serviços.

A vila de Encantadas, atualmente, é a de maior densidade populacional da ilha (KIM, 2004). No presente estudo os moradores estimam uma população permanente em torno de 600 pessoas, a qual esta composta tanto por nativos quanto por imigrantes.

Segundo os informantes, atualmente estariam vindo mais imigrantes para a vila do que saindo, e vêm em busca de emprego. Também estariam vindo mais turistas para comprar casas ou ocupar terrenos do que saindo. Muitos ainda vêm para explorar a vila, construir comércios, porém quase não há mais terrenos para ocupar e esta questão já está mais controlada pelos órgãos responsáveis.

Os moradores afirmam que já possuem propriedade formal de seus terrenos, e citam que o IAP teria feito um mapeamento das casas e dos terrenos, cadastrando todos os imóveis com o nome de seus respectivos donos, para que posteriormente seja cobrada uma taxa sobre o uso do solo.

A vila possui duas escolas: uma pública, que oferece o ensino fundamental completo e o ensino médio na forma de módulo (1°, 2° e 3° ano do ensino médio juntos – EJA – Ensino de Jovens e Adultos), e uma pré-escola para o ensino de crianças de 3 a 5 anos, sustentada pela própria comunidade, através da realização de bingos e rifas e com uma professora voluntária (FIGURA 2).

FIGURA 2 - ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL BEM-TE-VI
FONTE: Pesquisa de Campo (2010)

Segundo os entrevistados, a vila conta também com posto de saúde.

O abastecimento de água se dá, para a grande maioria das casas, pelo sistema da rede de distribuição da CAGEPAR.

Existe a coleta seletiva de lixo desde 1991, que ocorre uma vez por dia na vila, sendo que o lixo reciclável é levado para Paranaguá e o lixo orgânico é enterrado nos quintais.

Não existe na vila sistema de tratamento de esgoto, mas todas as casas possuem fossa séptica e poço morto.

Na temporada de verão, a principal atividade econômica da vila citada pelos informantes é o turismo, e a secundária, é a pesca. Nos outros meses, a situação se inverte, e se realizam outras atividades tais como coleta de marisco e artesanato.

Além da infra-estrutura citada pelos entrevistados, foi constatada por observação direta a presença na vila dos seguintes elementos: dois trapiches, um campo de futebol, duas igrejas (católica (FIGURA 3) e evangélica), uma associação de moradores (Associação dos Moradores de Encantadas - FIGURA 4), uma agência do correio (FIGURA 5), uma *lan-house*, uma mercearia e um mercado (FIGURA 6); além de vários restaurantes, pousadas, bares (FIGURA 7), casas e quartos para alugar, lojas (FIGURA 8), casas para guardar petrechos de pesca (FIGURAS 9 e 10), etc.

Os terrenos e casas são quase todos cercados com cercas vivas, de arame e de madeira. Ocorre a presença de vários riachos em toda a vila, portanto, nas trilhas ocorre a presença de muitas pequenas pontes.

FIGURA 3 - IGREJA CATÓLICA (ENCANTADAS)
FONTE: Pesquisa de Campo (2010)

FIGURA 4 - ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE ENCANTADAS
FONTE: Pesquisa de Campo (2010)

FIGURA 5 - AGÊNCIA DO CORREIO (ENCANTADAS)
FONTE: Pesquisa de Campo (2010)

FIGURA 6 - MERCADO BIG ZÉ (ENCANTADAS)
FONTE: Pesquisa de Campo (2010)

FIGURA 7 - BAR E RESTAURANTE (ENCANTADAS)
FONTE: Pesquisa de Campo (2010)

FIGURA 8 - LOJA DE ROUPAS (ENCANTADAS)
FONTE: Pesquisa de Campo (2010).

FIGURA 9 - BARRACO DE PESCA (ENCANTADAS)
FONTE: Pesquisa de Campo (2010)

FIGURA 10 - BARRACO DE PESCA E CANOA A REMO (ENCANTADAS)
FONTE: Pesquisa de Campo (2010)

A vila conta com atrações turísticas como a gruta de Encantadas (FIGURA 11) e a praia do mar de fora, onde está localizada uma praça de alimentação com oito quiosques (FIGURA 12).

FIGURA 11 - GRUTA DE ENCANTADAS
FONTE: Pesquisa de Campo (2010)

FIGURA 12 - PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO (ENCANTADAS)
FONTE: Pesquisa de Campo (2010).

A figura 13 é um croqui elaborado em base à observação direta, que apresenta aproximadamente a distribuição das casas de moradores fixos e de turistas, comércios (bares, restaurantes, mercados, pousadas e campings), barracões de pesca, igreja e outros (correio, escolas, posto de saúde e associação de moradores), porém o número de casas não está corretamente representado no croqui, uma vez que a vila é muito grande e não se fez um mapeamento completo. Nota-se que as casas dos pescadores ficam mais distribuídas na região central da vila. As casas das famílias entrevistadas estão circuladas.

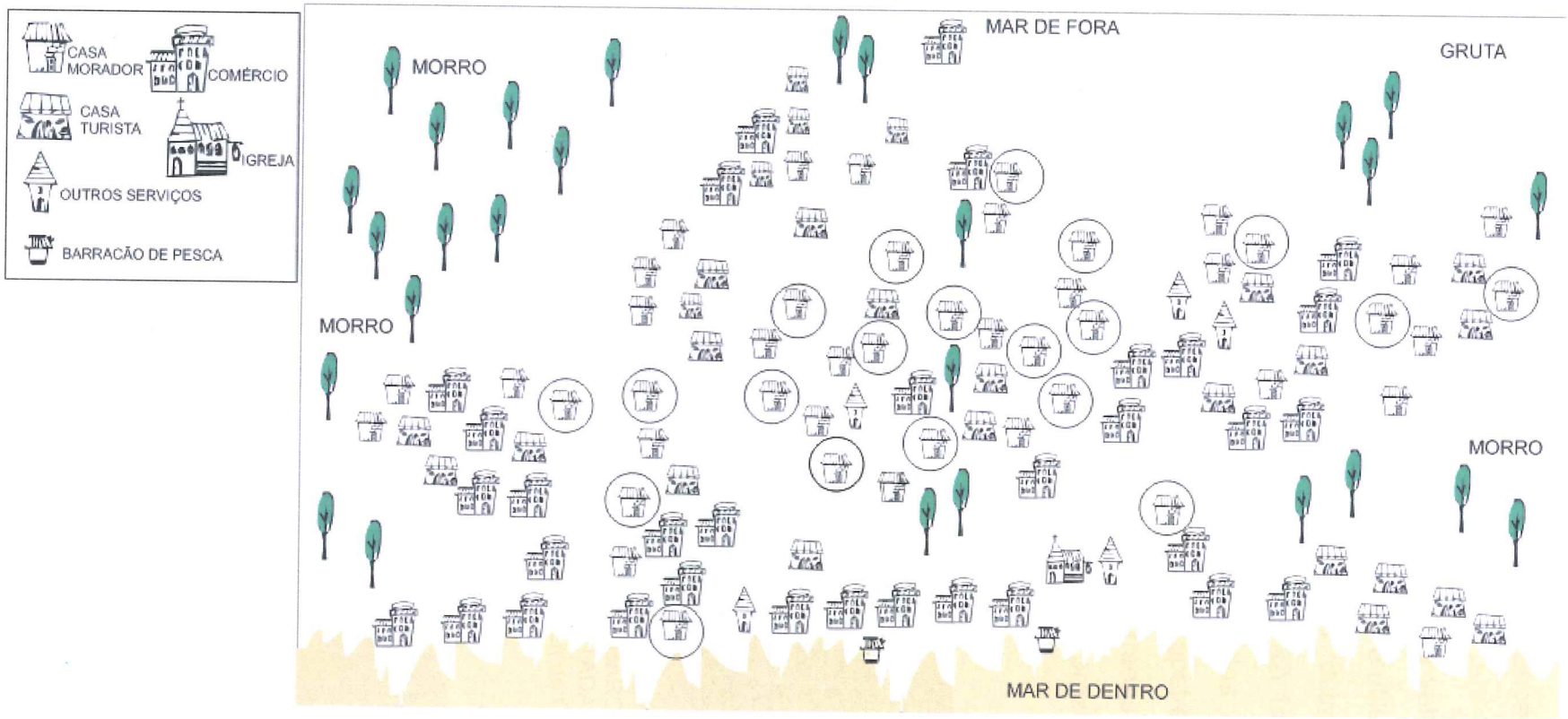

FIGURA 13 - CROQUI DA VILA DE ENCANTADAS
FONTE: Pesquisa de Campo (2010)

6. 2. 1. 2. Caracterização da atividade pesqueira na Vila de Encantadas

O desembarque pesqueiro ocorre ao longo da praia voltada para o mar de dentro, sendo que um dos dois trapiches existentes na vila é utilizado para embarcar produtos pesqueiros com destino à Paranaguá e o outro é utilizado para atracamento de embarcações que fazem a travessia (FIGURA 14).

Ao longo da praia do mar de dentro estão localizados vários barracões de pesca, os quais são destinados ao armazenamento dos apetrechos de pesca. As embarcações ficam ancoradas próximas à praia ou amarradas ao trapiche, sendo que algumas ficam fora d'água, na areia da praia ou nas proximidades das casas dos pescadores (FIGURAS 15, 16 e 17).

FIGURA 14 - EMBARCAÇÕES ATRACADAS NO TRAPICHE (ENCANTADAS)
FONTE: Pesquisa de Campo (2010)

FIGURA 15 - EMBARCAÇÕES JUNTO ÀS CASAS (ENCANTADAS)
FONTE: Pesquisa de Campo (2010)

FIGURA 16 - EMBARCAÇÕES ATRACADAS NO TRAPICHE (ENCANTADAS)
FONTE: Pesquisa de Campo (2010)

FIGURA 17 - EMBARCAÇÃO EM CONSERTO (ENCANTADAS)
FONTE: Pesquisa de Campo (2010)

O local de escoamento da produção depende da quantidade de pescado capturado. Se a quantidade é pequena, os pescadores vendem os produtos na

própria vila, para restaurantes, e se a produção é grande, os pescadores levam os produtos para Paranaguá ou para Pontal do Paraná.

Segundo os entrevistados, a vila conta atualmente com cerca de 40 pescadores, os quais se dedicam, principalmente, às seguintes capturas:

- Garoupa verdadeira (*Epinephelus marginatus*) – pesca de mar aberto com linha;
- Tainha (*Mugil sp.*)– pesca na praia e no mar de dentro com lanço, cerco e tarrafa;
- Parú (*Chaetodipterus faber*) – pesca na baía e no mar aberto com caceio e fundeio;
- Parati (*Mugil sp.*) – pesca com rede de lance no mar de dentro;
- Pescada (*Cynoscion sp.*) – pesca na baía com rede e linha;
- Sargo (*Anisotremus surinamensis* e *Archosargus probatocephalus*) – pesca no mar de fora com linha; e
- Camarão – pesca no mar de fora com arrasto.

A pesca na vila é realizada tanto por homens quanto mulheres nativas, sendo que estas, normalmente saem a pescar com seus maridos. Ambos também fazem o beneficiamento do pescado quando o comprador (turistas e restaurantes) exige o pescado limpo.

A pesca também é praticada por imigrantes, tanto homens quanto mulheres, mas nesse caso, segundo os informantes, é realizada sazonalmente, ou seja, apesar de se tratar de uma atividade geradora de renda, esta é realizada somente durante um período do ano, quando suas atividades principais (normalmente o turismo) não demandam muito tempo de trabalho.

Quanto às rendas da pesca, e ainda segundo a visão dos informantes, um proprietário de embarcação, nos melhores meses do ano (junho, julho e novembro), ganha entre R$ 600,00 e R$ 1.600,00 mensais e, nos piores meses (agosto e setembro), ganha entre R$ 100,00 e R$ 300,00 mensais. Os quinhoeiros, por sua vez, ganham entre R$ 200,00 e R$ 600,00 mensais nos melhores meses do ano, e, nos piores, ganham algo em torno de R$ 50,00 e R$ 100,00.

6. 2. 1. 3. Outras atividades econômicas atuais na Vila de Encantadas

Segundo os informantes, atualmente, os nativos de Encantadas ainda realizam algumas atividades tradicionais como a roça, porém em menor escala que no período anterior a 1980. As roças são nos quintais de suas casas e os principais produtos são verduras. Esta atividade é realizada apenas pelas mulheres da vila e tem como destino final o auto-consumo.

Ocorre também a coleta de marisco (*Perna perna*), realizada tanto por homens quanto por mulheres, cujos produtos são destinados à venda; e a coleta de siri (*Callinectes ssp.*), realizada pelas mulheres e cujos produtos também tem como destino o mercado.

As outras atividades remuneradas realizadas na vila pelos nativos, segundo os entrevistados, são: venda de artesanato, venda de doces e pães (FIGURA 18), serviço de carretos, trabalho em pousadas e restaurantes, guia local, conduzir passeio de barco, marinheiro, ajudante de pedreiro, barqueiro na travessia, puxar carreto do lixo e funcionalismo público.

FIGURA 18 - VENDA DE PÃES, BOLOS, SALGADADOS E PESCADO (ENCANTADAS)
FONTE: Pesquisa de Campo (2010)

Destas atividades, apenas o artesanato e a venda de pães e bolos é realizada somente por mulheres. Os serviços de puxar carreto, conduzir passeio de barco, marinheiro, ajudante de pedreiro, barqueiro na travessia e puxar carreto do lixo são

realizados somente por homens. As demais (empregados em pousadas, restaurantes, guia local e funcionalismo público) são exercidas por ambos os sexos (TABELA 6).

Quanto à freqüência com que é realizado, apenas o cargo de ajudante de pedreiro é ocasional. O artesanato, a venda de pães e doces, o passeio de barco e o guia local são trabalhos sazonais, de temporada de verão, associados à época de maior turismo. Já os trabalhos permanentes são: o serviço de puxar carreto de bagagens (malas de turistas, mercadorias dos comércios, etc.), o de barqueiro, o de puxar carreto de lixo e o funcionalismo público.

Porém, algumas atividades são sazonais para umas pessoas e permanentes para outras. Por exemplo, as pousadas possuem alguns funcionários permanentes e outros são contratados somente durante os meses de verão. Sendo assim, são três as atividades que se encaixam nessa modalidade mista (emprego em pousadas e restaurantes e marinheiro).

TABELA 6 - ATIVIDADES REMUNERADAS ATUAIS DOS NATIVOS DA VILA DE ENCANTADAS POR TIPO, DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E FREQÜÊNCIA. 2010.

Atividades	**Quem realiza**		**Freqüência**		
	Homens	**Mulheres**	**Ocasional**	**Sazonal**	**Permanente**
Pesca nativos	X	X	-	-	X
Coleta de marisco	X	X	-	-	X
Pesca de siri	-	X	-	X	-
Artesanato	-	X	-	X	-
Venda de pães e doces	-	X	-	X	-
Puxar Carreto de bagagem	X	-	-	-	X
Emprego/Pousada	X	X	-	X	X
Emprego/Restaurante	X	X	-	X	X
Guia local	X	X	-	X	-
Conduzir Passeio de barco	X	-	-	X	-
Marinheiro	X	-	-	X	X
Ajudante de pedreiro	X	-	X	-	-
Barqueiro (travessia)	X	-	-	-	X
Puxar carreto do lixo	X	-	-	-	X
Funcionário público	X	X	-	-	X

FONTE: Pesquisa de Campo (2010).

NOTA: Em cinza as atividades que se encaixam em dois gêneros ou duas freqüências.

Esses dados mostram a diversidade de atividades econômicas que os nativos exercem, a qual também foi observada por Paraná (1996. b), que ainda incluiu nesta lista as mulheres que lavam roupa e trabalham como empregadas em serviços gerais.

No que diz respeito às atividades exercidas pelos imigrantes na vila, os informantes mencionaram as seguintes: serviço público (que inclui o posto de saúde e a escola); comércio (mercados, restaurantes e pousadas), neste caso os imigrantes que trabalham em comércio são geralmente seus proprietários; e ainda o serviço de barqueiro (TABELA 7).

Destes, apenas um é realizado exclusivamente por homens (barqueiro); os demais utilizam mão-de-obra dos dois sexos. Todos foram classificados como trabalhos permanentes, a exceção da pesca, que é sazonal, como já foi dito.

TABELA 7 - ATIVIDADES REMUNERADAS EXERCIDAS PELOS IMIGRANTES, POR TIPO, GÊNERO E FREQÜÊNCIA.

Atividades	Quem realiza		Freqüência		
	Homens	Mulheres	Ocasional	Sazonal	Permanente
Pesca	X	X	-	X	-
Serviço público	X	X	-	-	X
Comércio	X	X	-	-	X
Barqueiro	X	-	-	-	X

FONTE: Pesquisa de Campo (2010).
NOTA: Em cinza as atividades exercidas por ambos os sexos.

Observa-se então que, no caso dos imigrantes, a maioria das atividades remuneradas é realizada de forma permanente, enquanto que para os nativos estas podem ser ainda ocasionais e sazonais.

Paraná (1996.b) constatou em 1996 que os comerciantes imigrantes possuem restaurantes e pousadas melhor equipados e com serviços razoáveis, o que lhes permite gerar uma atividade rentável e continuada, nos períodos de verão e inverno.

Os entrevistados estimam que, da renda total gerada na vila no período de verão, pelo menos 90% seria resultado da atividade turística e o 10% restante seria gerado na pesca. No inverno, essa situação se inverte, sendo que os informantes estimam que, nesse período, 70% da renda gerada na vila é correspondente à atividade pesqueira, e o outro 30% seria originada no turismo.

Atualmente, segundo os informantes, seis pessoas da vila trabalham fora desta: três são marinheiros e trabalham em Paranaguá ou outros estados, e os outros três são funcionários do IAP e trabalham como fiscais nas outras vilas da ilha.

6. 2. 2 Ponta Oeste

6.2.2.1 Características gerais: população, moradias, infra-estrutura e serviços

Segundo os informantes qualificados entrevistados, a vila conta atualmente com uma população aproximada de 50 pessoas, que se distribuem em 12 casas. Todos são nativos, a exceção de dois moradores que moram lá desde que tinham dez anos de idade. Continua sem haver casas de turistas e também não há pessoas externas nem turistas interessados em comprar casas no local.

Acredita-se que essa cifra não se refira às pessoas que efetivamente moram na vila, já que nas 12 casas existentes, morando a razão de uma ou duas pessoas por casa, haveria, como máximo, umas 24 pessoas. Como parte das famílias dos pescadores da Ponta Oeste mora em Paranaguá, a quantidade de 50 pessoas deve corresponder ao número total de membros das famílias dos pescadores da Ponta Oeste.

Os entrevistados informaram que eles não possuem a propriedade formal dos terrenos nem das casas, sendo que só dois terrenos têm cadastro no SPU (Secretaria do Patrimônio da União).

Os terrenos da vila não são cercados, não ocorrendo nenhum tipo de separação entre eles (FIGURAS 19, 20, 21 e 22), contrastando do que foi observado na vila de Encantadas. Uma família mora na sede da escola desativada (chamada pelos nativos de Grupo Escolar – FIGURA 24) e outra família mora na antiga igreja (FIGURA 23).

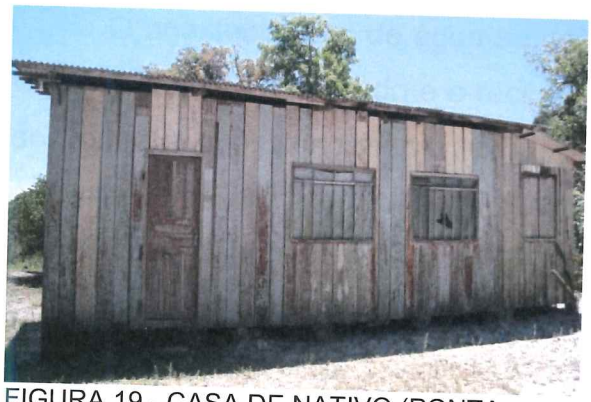

FIGURA 19 - CASA DE NATIVO (PONTA OESTE)
FONTE: Pesquisa de Campo (2010)

FIGURA 20 - CASA DE NATIVO (PONTA OESTE)
FONTE: Pesquisa de Campo (2010)

FIGURA 21 - CASA DE NATIVO (PONTA OESTE)
FONTE: Pesquisa de Campo (2010)

FIGURA 22 - CASAS DE NATIVOS (PONTA OESTE)
FONTE: Pesquisa de Campo (2010)

FIGURA 23 - ANTIGA IGREJA CATÓLICA (PONTA OESTE)
FONTE: Pesquisa de Campo (2010)

FIGURA 24 - ANTIGO GRUPO ESCOLAR (PONTA OESTE)
FONTE: Pesquisa de Campo (2010)

A vila não possui escola. As crianças nativas moram e estudam em Paranaguá e passam somente os finais de semana na Ponta Oeste. Também não conta com posto de saúde, tendo os moradores que deslocar-se para Paranaguá em caso de doença.

O abastecimento de água se dá por meio de poços artesianos (FIGURA 26). O lixo orgânico é enterrado e o reciclável é ensacado, guardado nas próprias casas dos nativos e posteriormente levado para Paranaguá, sendo que os nativos têm expectativa de que a quantidade de lixo aumente, para que sua venda compense os gastos com o transporte. De 2007 a 2009 a Prefeitura de Paranaguá pagou um salário mínimo a dois pescadores por mês para que estes recolhessem o lixo da praia. A cada mês eram contratados dois pescadores diferentes e ao final do serviço a Prefeitura mandava uma embarcação para buscar o lixo da vila. Porém, em 2010, o recolhimento de lixo na praia não acontece mais, talvez porque nos dias de hoje, a intenção das autoridades seja a realocação dessa comunidade para outras áreas (Lei N° 16037 de 08/01/2009), portanto estaria cortando alguns serviços básicos como a coleta de lixo.

Não existe tratamento de esgoto na vila, portanto este é destinado à fossas sépticas, mas existe vontade de implantar na vila o sistema de tratamento de esgoto por zona de raízes. A rede de luz elétrica não chegou a esta vila, sendo assim, os moradores utilizam caixas de isopor com gelo para conservar os alimentos (FIGURA 25). Os moradores vão à Paranaguá buscar o gelo, pelo menos uma vez por semana.

FIGURA 25 - CAIXAS DE ISOPOR PARA ESTOCAGEM DE ALIMENTOS (ENCANTADAS)
FONTE: Pesquisa de Campo (2010).

FIGURA 26 - CAIXA D'ÁGUA E BOMBA PRA PUXAR ÁGUA DO POÇO (ENCANTADAS)
FONTE: Pesquisa de Campo (2010).

Não existe na vila nenhum tipo de estabelecimento comercial, sendo que os moradores se abastecem de alimentos e outros produtos na cidade de Paranaguá.

As casas da vila são simples, feitas de madeira (exceto pela igreja e pela antiga escola) e estão em mau estado de conservação, uma vez que, segundo os moradores, estes são impedidos de efetuar reformas nelas, e quando o fazem são autuados pelo órgão ambiental do estado (IAP).

A vila conta com uma associação de moradores, denominada de "Associação de Nativos e Pescadores da Ponta Oeste", a qual não possui sede e é presidida por uma mulher pescadora da vila.

O croqui da vila (FIGURA 27) mostra a localização das casas (algumas não estão ocupadas), da antiga escola, da igreja, dos barracões de pesca e das tendas de pesca. As casas de onde seus moradores foram entrevistados estão circuladas.

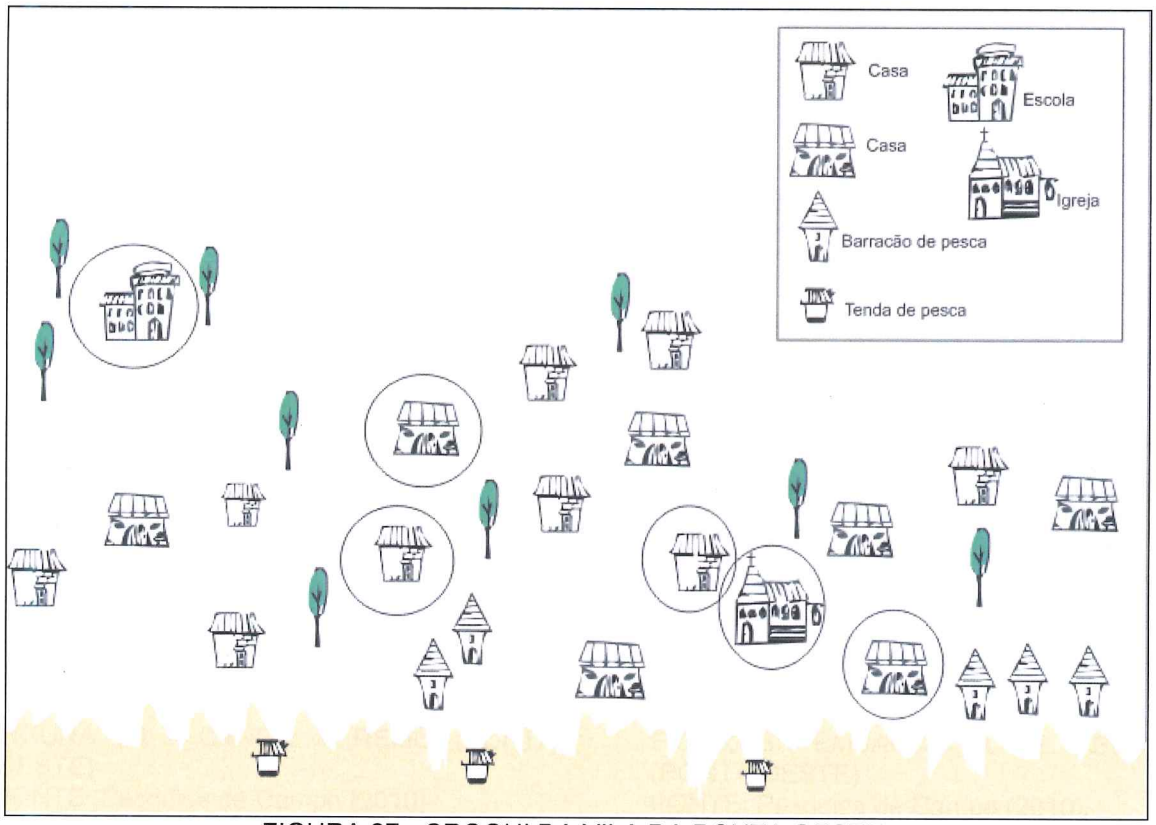

FIGURA 27 - CROQUI DA VILA DA PONTA OESTE.
FONTE: Pesquisa de Campo (2010).

6. 2. 2. 2 Caracterização da atividade pesqueira da Ponta Oeste

Fuzetti (2007) estimou a presença de 21 pescadores na Ponta Oeste, os quais estariam distribuídos em aproximadamente 12 famílias.

Não existe na vila nenhum trapiche para desembarque pesqueiro. Durante a visita de campo foi possível observar a existência de algumas "tendas" na própria praia que são utilizadas para arrumar os apetrechos de pesca antes de sair a pescar e para limpar o pescado antes de estocá-lo (FIGURAS 28 e 29).

Os informantes citam as canoas a remo, bateiras, botes e canoas de fibra com motor como sendo os tipos de embarcações existentes na vila atualmente (FIGURAS 30 e 31).

FIGURA 28 - TENDAS DE PESCA (PONTA OESTE).
FONTE: Pesquisa de campo (2010).

FIGURA 29 - PESCADORES TRABALHANDO NA TENDA (PONTA OESTE).
FONTE: Pesquisa de Campo (2010).

FIGURA 30 - CANOA A REMO (PONTA OESTE)
FONTE: Pesquisa de Campo (2010).

FIGURA 31 - EMBARCAÇÃO DE TÁBUA (PONTA OESTE)
FONTE: Pesquisa de Campo (2010).

Os principais produtos pescados são: camarão sete-barbas (*Xiphopenaeus kroiery*), cuja pesca é realizada através de arrasto de fundo, no mar de fora; pescadinha bembeca (*Macrodon ancylodon*), capturada mediante caceio, na baía; linguado (*Paralichthys sp.*), pescado com rede de espera, na baía; e bagre (Família Ariidae), capturado com espinhel, na baía.

Esses produtos são vendidos no mercado de Paranaguá. Geralmente os pescadores vão à Paranaguá nas sextas-feiras, passam os finais de semana com seus filhos e esposas que ali moram, e retornam na segunda-feira trazendo gelo para estocar o pescado. Então os pescadores pescam de segunda a sexta-feira e retornam a Paranaguá para vender o estoque gerado na semana. Não existe na vila nenhum atravessador.

Atualmente não existe no local nenhum outro tipo de atividade remunerada, sendo que estaria para ser implantado, ainda este ano, o cultivo de ostras, que vai contar com a participação de todas as famílias da vila. De fato, já estão no local, alguns dos equipamentos necessários (FIGURA 32). O cultivo de mexilhão deve ser implantado posteriormente, pois, segundo os informantes, ainda está dependendo da licença ambiental.

FIGURA 32 - MATERIAL PARA IMPLANTAÇÃO DE CULTIVO DE OSTRA (PONTA OESTE).
FONTE: Pesquisa de Campo (2010).

A renda dos pescadores da vila depende, principalmente, da posição que estes ocupam: se são donos de embarcação ou se trabalham como quinhoeiros. O dono de embarcação, segundo os informantes, recebe R$1.000,00, nos melhores meses (dezembro á março), e R$300,00, nos piores meses (julho e agosto). Já o quinhoeiro ganha em torno de R$700,00, nos melhores meses, e R$200,00, nos piores.

CENTRO DE ESTUDOS DO MAR
BIBLIOTECA

6.3 PERFIL DAS FAMÍLIAS DOS PESCADORES

Neste item serão abordadas as características da amostra estudada, ou seja, das 26 famílias de pescadores que foram entrevistadas nas vilas de Encantadas e Ponta Oeste, os dados obtidos para as duas vilas são somados e considerados como uma amostra representativa das famílias de pescadores, e dos pescadores, portanto, da Ilha do Mel.

Quando umas das vilas apresentar uma característica muito particular, que chame a atenção dentro do geral dos dados, isso será destacado no texto.

6.3.1 Sexo, idade, origem, escolaridade e organização social

Verificou-se que nas famílias de pescadores ocorre o predomínio do sexo masculino (53,6%) sobre o feminino (46,4%), conforme pode ser observado na tabela 8.

A faixa etária predominante entre as famílias de pescadores é a que vai de 40 a 44 anos, com 15,48% do total, seguida pela que vai de 10 a 14 anos, com 11,90% (TABELA 8). Nota-se que, no que se refere à faixa etária por sexo, para o sexo masculino, temos o predomínio de idades entre 40 e 44 anos, e em seguida, temos quatro faixas etárias com o mesmo número de pessoas, que equivalem cada uma a 11,11% dos homens estudados, são elas: 10 a 14 anos, 50 a 54 anos, 55 a 59 anos e 60 a 64 anos. Para o sexo feminino, verificou-se que a segunda faixa etária mais abundante é a que vai de 10 a 14 anos.

Nas famílias de pescadores amostradas não foram encontradas pessoas com mais de 65 anos, fator este que poderia ser explicado pelo fato de que foram estudadas as famílias dos pescadores ativos, ou seja, que realizam atualmente a atividade pesqueira como forma de obtenção de renda, mas, em princípio, nada impede que houvesse pescadores idosos ou pais dos pescadores ativos nessa faixa etária.

TABELA 8 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR FAIXA ETÁRIA E SEXO. FAMÍLIAS DE PESCADORES DA ILHA DO MEL 2010.

Ilha do Mel						
Idade	Homens		Mulheres		Total	
	Q	%	Q	%	Q	%
0 a 4	2	4,44	3	7,69	5	5,95
5 a 9	4	8,89	1	2,56	5	5,95
10 a 14	5	11,11	5	12,82	10	11,90
15 a 19	4	8,89	3	7,69	7	8,33
20 a 24	3	6,67	2	5,13	5	5,95
25 a 29	3	6,67	2	5,13	5	5,95
30 a 34	0	0	4	10,26	4	4,76
35 a 39	1	2,22	1	2,56	2	2,38
40 a 44	7	15,56	6	15,38	13	15,48
45 a 49	1	2,22	4	10,26	5	5,95
50 a 54	5	11,11	2	5,13	7	8,33
55 a 59	5	11,11	3	7,69	8	9,52
60 a 64	5	11,11	3	7,69	8	9,52
Total	**45**	**53,6**	**39**	**46,4**	**84**	**100**

FONTES: Pesquisa de Campo (2010).

Quando se agrupam os dados dos membros das famílias por grupos de idade, entre crianças (0 a 14 anos), idade ativa (15 a 64 anos) e idosos (65 anos e mais), temos a maior concentração de pessoas (76,2%) presente na faixa de idade ativa, que vai dos 15 aos 64 anos. Nessa faixa etária, predomina o sexo masculino, com 49,5% contra 35,7% do sexo feminino. Dentre as crianças, de 0 a 14 anos, que representam 23,8% da amostra, 13,1% é do sexo masculino e 10,7 % do sexo feminino (TABELA 9). Nota-se que conforme citado anteriormente, não ocorreu a presença de idosos em nenhuma das famílias entrevistadas.

Devemos ainda salientar que atualmente não existe nenhuma criança morando na vila da Ponta Oeste, como já relatado anteriormente. Os moradores do local são em sua totalidade adultos de idades entre 51 e 64 anos.

TABELA 9 - DISTRIBUIÇÃO POR FAIXA ETÁRIA: CRIANÇAS, IDADE ATIVA E IDOSOS. FAMÍLIAS DE PESCADORES DA ILHA DO MEL, 2010.

	Crianças - 0 a 14 anos		Idade ativa - 15 a 64 anos		Idosos - 65 anos ou +		Total	
Sexo	**Q**	**%**	**Q**	**%**	**Q**	**%**	**Q**	**%**
Masculino	11	13,1	34	40,5	0	0	45	53,6
Feminino	9	10,7	30	35,7	0	0	39	46,4
Total	**20**	**23,8**	**64**	**76,2**	**0**	**0**	**84**	**100**

FONTE: Pesquisa de Campo (2010).

O gráfico 1 nos ajuda a visualizar a faixa etária predominante dentre as famílias estudadas, que como já citamos é a que vai de 40 a 44 anos, e também

mostra a faixa etária onde ocorre a maior diferença entre o número de homens e mulheres nas famílias, que é de 30 a 34 anos. As mulheres nessa faixa representam 10,26% do total de pessoas enquanto que não existe nenhum homem nessa faixa de idade.

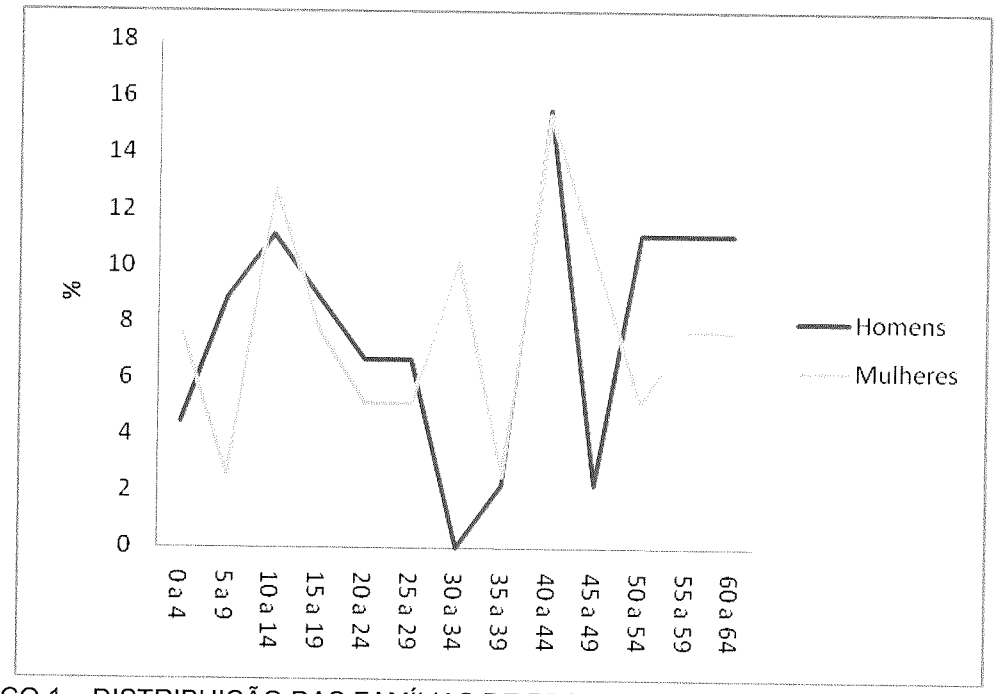

GRÁFICO 1 – DISTRIBUIÇÃO DAS FAMÍLIAS DE PESCADORES, POR SEXO E FAIXA ETÁRIA. ILHA DO MEL, 2010.
FONTE: Pesquisa de Campo (2010).

No que diz respeito à origem dos membros das famílias de pescadores da ilha, temos que a maioria deles (40,5%) é nativa, ou seja, nascidos na ilha. A origem dos demais se divide entre Paranaguá (1,2%), outras cidades do Paraná (19%) e outros estados (1,2%). Porém ainda existem aqueles que nasceram em Paranaguá (29,8%) ou Curitiba (8,3%) devido à carência de hospitais na Ilha, mas que moram desde pouco depois que nasceram na Ilha. Portanto, se considerarmos nativos todos os que nasceram na Ilha do Mel e os que somente recorreram a hospitais de Paranaguá e Curitiba, mas que moram na ilha desde bebes, temos que 78,6% do total são nativos (GRÁFICO 2). Esse número elevado de moradores nativos não expressa a realidade geral da ilha, senão a do setor que foi foco desta pesquisa. Procurou-se de forma proposital entrevistar famílias de pescadores nativos. Dessa forma, as pessoas "de fora" que acabaram incluídas na amostra, são mulheres dos pescadores de Encantadas ou alguns pescadores da Ponta Oeste, que são nativos de outras ilhas do Litoral do Paraná.

Fuzetti (2007) observou em sua pesquisa a origem dos pescadores da ilha e constatou que 67,44% deles nasceram na Ilha do Mel, 13,95% em outras cidades, 9,30% em Curitiba e 9,30% em outras ilhas da região. Apesar de o estudo de Fuzetti estar relacionado só aos pescadores da ilha, não incluindo suas famílias, os locais de origem são semelhantes aos encontrados na presente pesquisa, uma vez que a maioria dos entrevistados nasceu na Ilha do mel e ocorre semelhança nos outros locais citados.

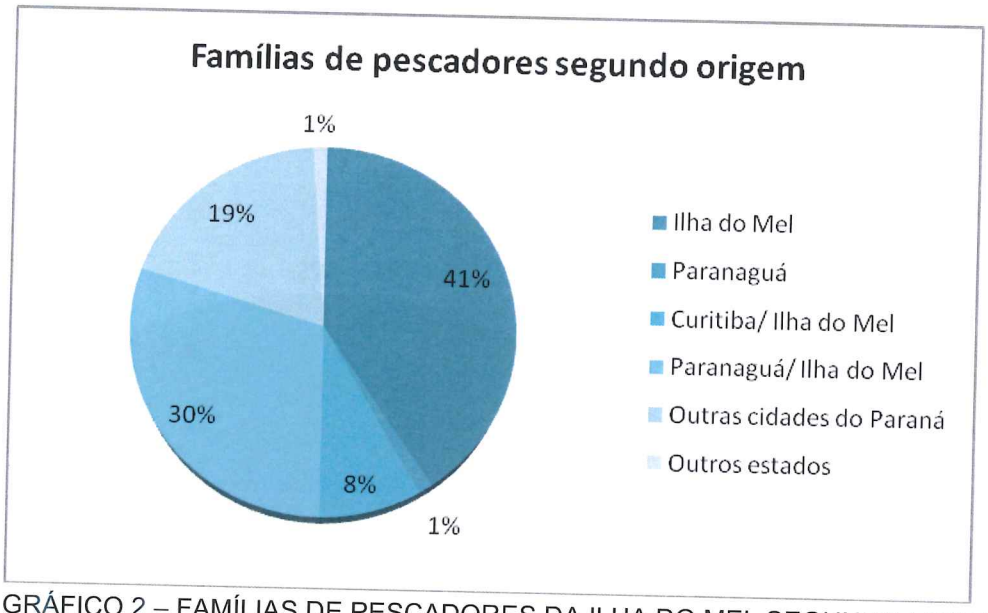

GRÁFICO 2 – FAMÍLIAS DE PESCADORES DA ILHA DO MEL SEGUNDO LOCAL DE NASCIMENTO, 2010.
FONTE: Pesquisa de Campo (2010).

Quanto à escolaridade dos adultos entrevistados (nesse caso foram considerados os maiores de 18 anos), constatou-se que 53,3% deles possui até a 4ª série do ensino Fundamental, fato que se justifica pela existência durante muito tempo na ilha de escolas que ofereciam somente até a 4ª série do ensino fundamental. Porém 20% dos adultos possui de 5ª a 8ª série do ensino fundamental, 18,3% possui Ensino Médio, 6,7% estão cursando o Ensino Médio e 1,7%, que corresponde a uma pessoa possui curso superior (3° grau completo) (GRÁFICO 3).

Os adultos que estão cursando o Ensino Médio possuem idades entre 19 e 23 anos. Os moradores da Ponta Oeste possuem somente o Ensino fundamental, portanto, os adultos com mais de 8 anos de estudos estão concentrados em sua totalidade na vila de Encantadas. A pessoa que possui o 3° grau completo é uma

moradora nascida em outro estado do Brasil e que se casou com um pescador nativo. Não foi encontrado nenhum adulto analfabeto.

Para os pescadores da ilha em geral, Fuzetti (2007) observou em 2007 que 74,41% deles possui somente o ensino fundamental (de 1 a 7 anos de estudo) e 23,26% possui o ensino médio (de 8 a 14 anos de estudo), portanto, os valores obtidos pela autora se aproximam muito dos obtidos no presente trabalho, pois quando somamos os valores para o ensino fundamental temos 73,3%, e para o ensino médio temos 25%.

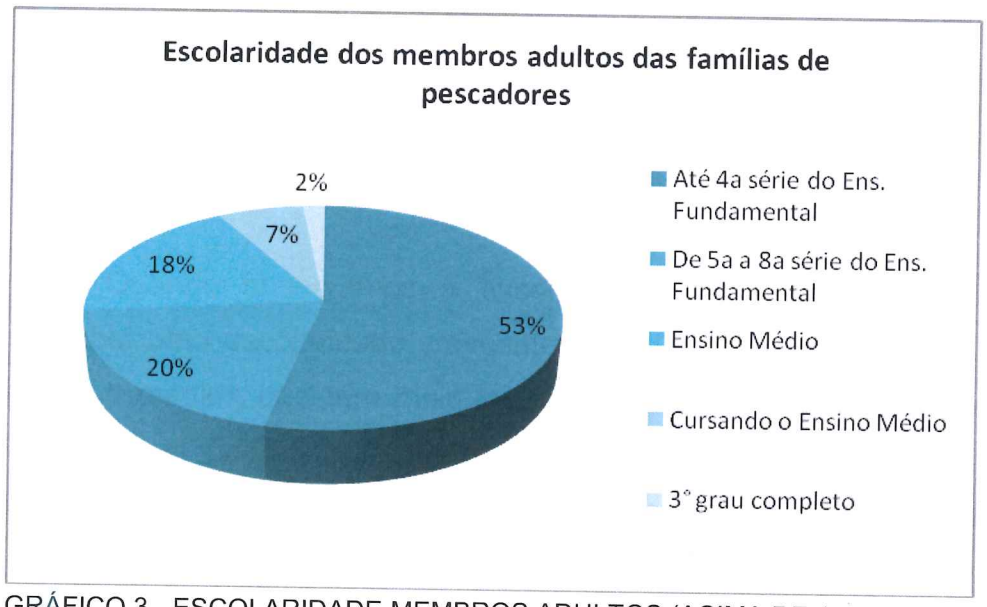

GRÁFICO 3 - ESCOLARIDADE MEMBROS ADULTOS (ACIMA DE 18 ANOS) DAS FAMÍLIAS DE PESCADORES DA ILHA DO MEL, 2010.
FONTE: Pesquisa de Campo (2010).

A escolaridade das crianças e adolescentes membros das famílias estudadas (GRÁFICO 4), consideradas aqui as pessoas de 0 a 18 anos, fora das que não estudam, porque ainda não estão em idade escolar (entre 0 e 3 anos), que são 16,7%, resultou que as que estão na pré-escola, que possuem entre 3 e 5 anos, são 12,5%, as que freqüentam as classes até a 4ª série do Ensino Fundamental são outro 12,5%, as que cursam de 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental , são 45,8%, e as que cursam o Ensino Médio,12,5%.

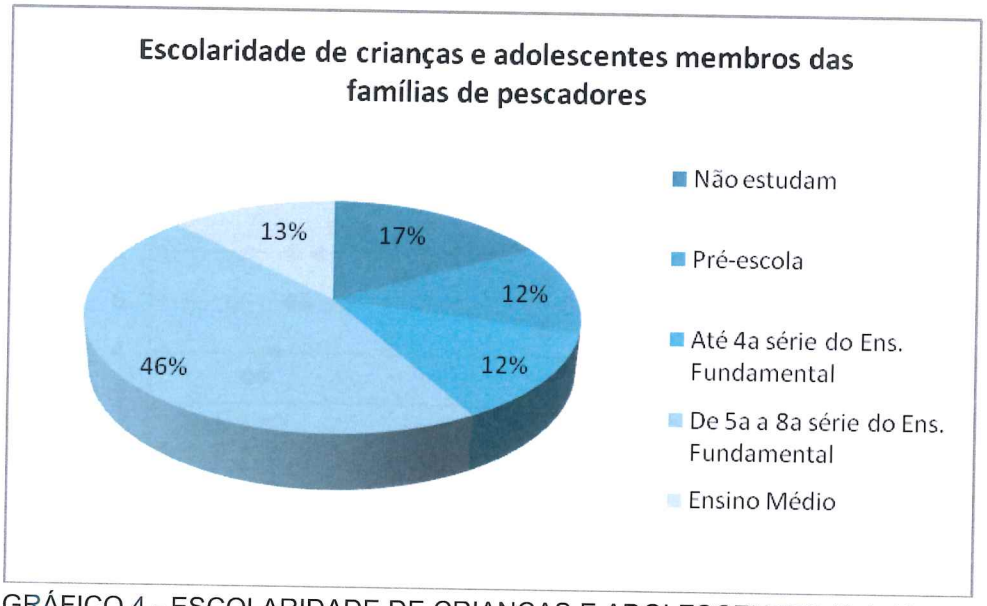

GRÁFICO 4 - ESCOLARIDADE DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES (0 A 18 ANOS) MEMBROS DAS FAMÍLIAS DE PESCADORES DA ILHA DO MEL, 2010.
FONTE: Pesquisa de Campo (2010).

Quando observamos a escolaridade por idade (GRÁFICO 5), podemos perceber uma escolaridade crescente entre 0 e 18 anos, ou seja, a escolaridade é maior a medida que tem mais idade, demonstrando que crianças e adolescentes seguem um padrão de estudo. Porém as pessoas que tem mais de 20 anos apresentam uma queda na escolaridade, o que quer dizer que os adultos membros das famílias de pescadores da ilha não chegaram a atingir altos níveis de escolaridade. Ocorre uma grande concentração de adultos maiores de 40 anos com escolaridade por volta da 4ª série do Ensino Fundamental. Essa concentração pode estar relacionada, como já citado anteriormente, ao fato de as escolas da ilha, durante muitos anos, terem oferecido somente ensino fundamental somente até a 4ª série. Vale lembrar que as escolaridades estão representadas no gráfico segundo uma escala em anos de 0 a 13, onde 0 equivale a nenhum estudo e 13 equivale ao ensino superior completo.

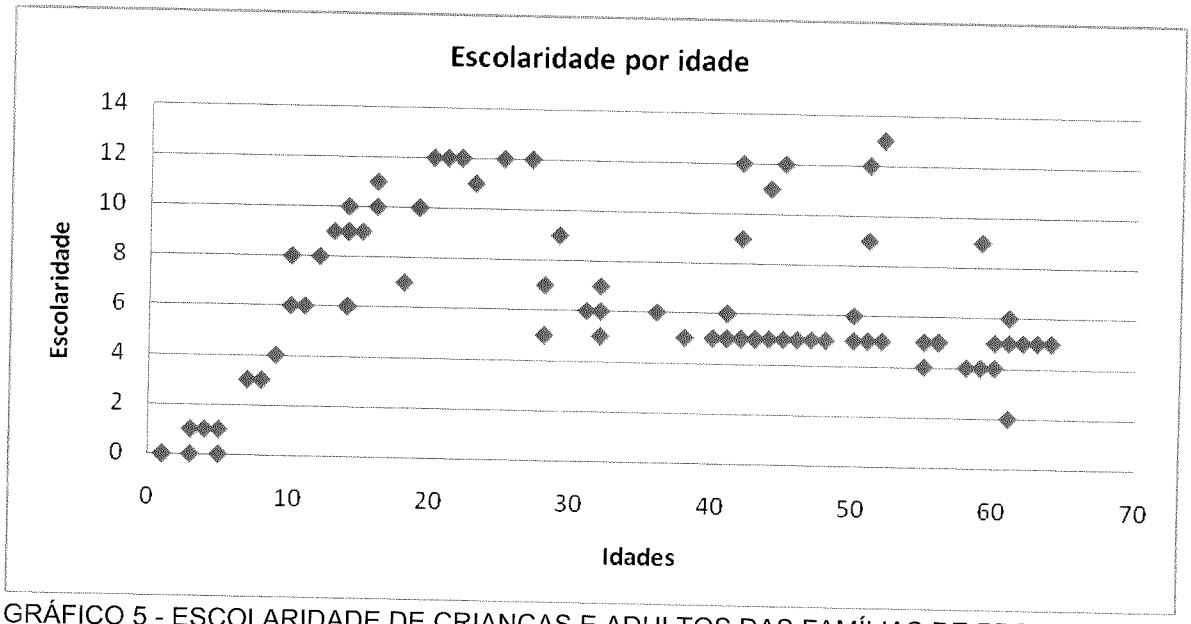

GRÁFICO 5 - ESCOLARIDADE DE CRIANÇAS E ADULTOS DAS FAMÍLIAS DE PESCADORES DA ILHA DO MEL EM 2010.
FONTE: Pesquisa de Campo (2010).

Tanno (2009), ao analisar pescadores de pequena escala e suas famílias na vila do Maciel (Pontal do Paraná – PR) em 2009, observou que a maioria dos adultos (56%) estudou somente até a 4ª série do Ensino Fundamental, valor semelhante ao obtido nesta pesquisa para os pescadores e suas famílias na Ilha do Mel (53%).

Quando observou a escolaridade de crianças e adultos por anos de estudo, Tanno (2009) também obteve uma tendência ao crescimento de escolaridade até os 18 anos, demonstrando que as crianças seguem o modelo padrão nos estudos, porém entre os adultos observou que quanto maior a idade, menor a escolaridade. Para os adultos de até 60 anos constatou uma escolaridade em torno da 4ª série do Ensino Fundamental, o que responderia ao fato de que a vila possuía escola durante a década de 40 (século XX).

Foi analisada a participação dos adultos (maiores de 18 anos) em organizações sociais, tais como Associações de Moradores e Colônia de Pesca. Constatou-se então que a maioria dos adultos estudados (55%) não participa de nenhum tipo de organização social e que o restante deles (45%) participa da Colônia de Pescadores Z 1 de Paranaguá, da "Associação de Nativos e Pescadores da Ponta Oeste" ou dos dois (TABELA 10). Dos adultos que participam, 81,5% são homens. Todos os adultos que disseram participar de alguma organização social

são membros da Colônia de Pesca Z1 de Paranaguá[12]. Dentre eles, 77,8% é membro apenas da Colônia e 22,2% são membros da Colônia e da "Associação de Nativos e Pescadores da Ponta Oeste" (GRÁFICO 6). Os membros da "Associação de Nativos e Pescadores da Ponta Oeste" o são desde 1996 e todos participam da mesma até hoje. Vale ressaltar que na vila de Encantadas, nenhum entrevistado citou a participação na "Associação de Moradores de Encantadas".

Não foi encontrado nenhum adulto com algum cargo superior nas associações (exceto os informantes qualificados, que não foram incluídos na amostra), sendo que, tanto na colônia quanto na associação de moradores, são todos apenas membros.

TABELA 10 – PARTICIPAÇÃO EM ORGANIZAÇÕES SOCIAIS DE ADULTOS (MAIORES DE 18 ANOS) POR SEXO. FAMÍLIAS DE PESCADORES DA ILHA DO MEL, 2010.

Organização social por sexo						
	Masculino		Feminino		Total	
	Q	%	Q	%	Q	%
Sim	22	81,5	5	18,5	27	45
Não	9	27,3	24	72,7	33	55

FONTE: Pesquisa de Campo (2010).

GRÁFICO 6 – PERCENTAGEM DE ADULTOS QUE PARTICIPAM DE ALGUMA ORGANIZAÇÃO SOCIAL. FAMÍLIAS DE PESCADORES DA ILHA DO MEL, 2010.
FONTE: Pesquisa de Campo (2010)

[12] A participação dos Pescadores na Colônia será discutida mais adiante.

6. 4 ATIVIDADES ECONÔMICAS REALIZADAS PELOS PESCADORES E SUAS FAMÍLIAS

As atividades econômicas geradoras de renda exercidas pelas famílias de pescadores da Ilha do Mel foram divididas entre principais e secundárias. Do total de adultos (maiores de 18 anos) entrevistados, 83,3% deles exerce alguma atividade remunerada. A idade dos adultos que trabalham variou entre 19 e 64 anos.

Dos 83,3% de adultos que trabalham, 64% deles é homem, e 36% do total de trabalhadores possuem duas ocupações remuneradas. Foi encontrada uma pessoa (2%) que possui uma terceira atividade remunerada, trata-se de um pescador que exerce esta atividade somente no período da pesca da tainha, mas nesses meses a remuneração recebida contribui para a renda familiar.

Para classificar as atividades em principais e secundárias foi utilizado o tempo dedicado a cada atividade, como o número de meses por ano, de dias por mês e de horas por dia, portanto a atividade que demandou mais tempo foi considerada como principal. Nos casos em que duas atividades demandaram o mesmo período de tempo, a principal foi considerada a que gera a maior renda para o trabalhador.

As atividades principais encontradas foram (GRÁFICO 7): pesca (50%), restaurante/bar/quiosque (6%), pousada (12%), loja (4%), puxar carreto de bagagem (4%), mercado (6%), serviços públicos (8%) e outros (10%). Nesse caso, em "outros" estão incluídos os trabalhos que foram realizados por apenas uma pessoa, são eles: barqueiro, doceira, vendedora ambulante de roupas, caseiro e conserto de redes de pesca. Portanto podemos dizer que as principais atividades geradoras de renda dividem-se basicamente entre a pesca, o turismo e o serviço público, pois ao considerarmos todos os trabalhos citados que podem ser considerados como sustentados pelo turismo (restaurante/bar/quiosque, pousada, loja, carreto de bagagem e mercado) temos que 32% da população obtêm renda através desta atividade. Como na categoria "outros" nem todas as atividades podem ser associadas ao turismo, esta não foi incluída dentro da categoria "turismo".

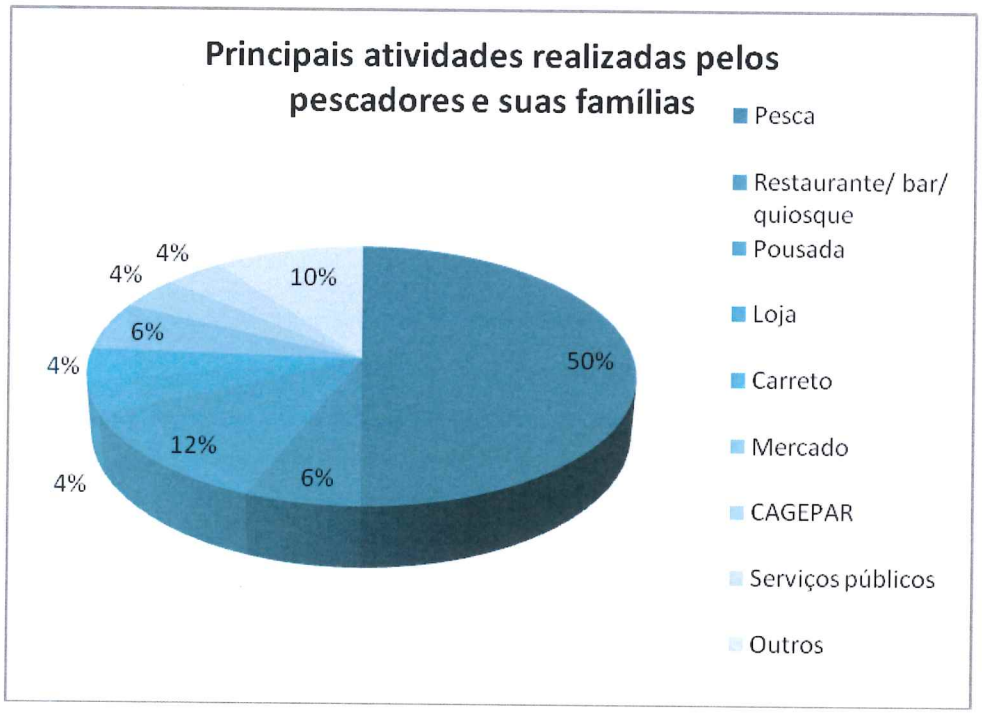

GRÁFICO 7 – PRINCIPAIS ATIVIDADES GERADORAS DE RENDA DOS PESCADORES E SUAS FAMÍLIAS NA ILHA DO MEL, POR TIPO E OCORRÊNCIA. 2010.
FONTE: Pesquisa de Campo (2010).

As atividades secundárias dividiram-se entre: pesca (38,9%), camping (16,7%), restaurante/bar (16,7%) e outros (27,8%), conforme pode ser visto no gráfico 8. Na categoria "outros" foram incluídas as atividades secundárias exercidas por apenas uma pessoa, são estas: caseiro, carreto, carregador de material, guia local e barqueiro. Vale lembrar que os moradores da Ponta Oeste não apresentaram atividades secundárias e todos citaram a pesca como atividade principal.

No caso das atividades secundárias, se dividíssemos apenas entre pesca e turismo, teríamos 38,9% para a pesca e 61,2% para o turismo, pois, nesse caso, a categoria "outros" seria incluída juntamente com o turismo, levando em conta que os serviços de caseiro, carreto, carregador de material, guia local e barqueiro, estão diretamente relacionados à demanda turística.

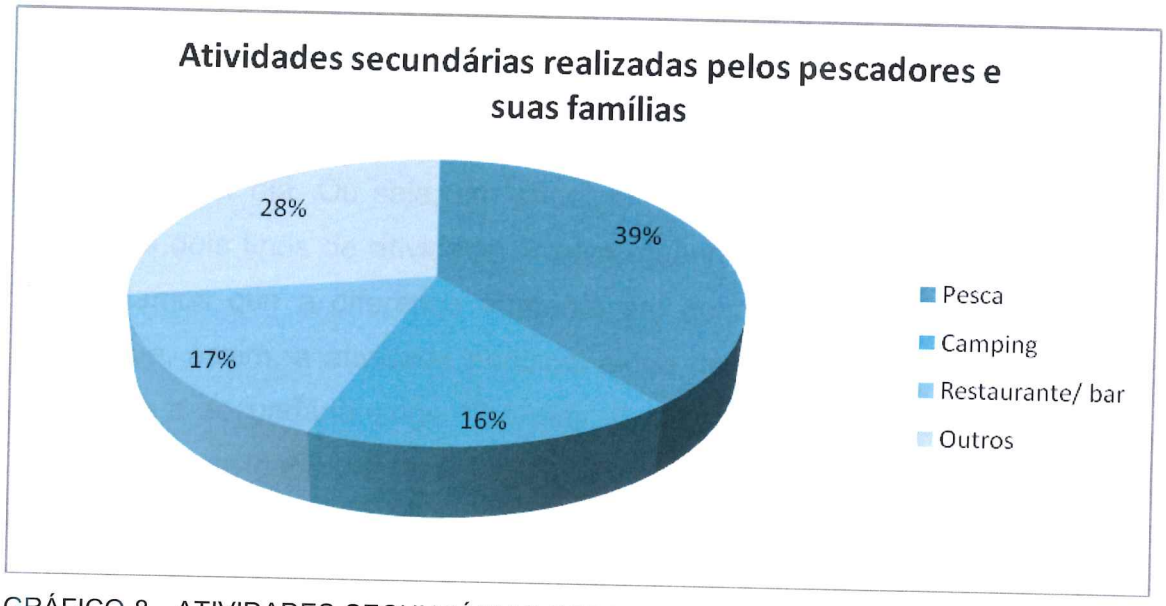

GRÁFICO 8 - ATIVIDADES SECUNDÁRIAS GERADORAS DE RENDA PARA OS PESCADORES E SUAS FAMÍLIAS NA ILHA DO MEL, POR TIPO E OCORRÊNCIA. 2010.
FONTE: Pesquisa de Campo (2010).

Quanto ao número de pessoas que exerce alguma atividade geradora de renda por família, podemos observar no gráfico 9, que o mais comum (46,2%) é que duas pessoas trabalhem por família, seguido por uma pessoa por família (30,8%) e três pessoas por família (23,1%). Não foi observada nenhuma família onde nenhum membro trabalhe. Dessa forma, podemos inferir que na maioria (69,3%) das famílias, a renda do pescador é complementada pela renda obtida por um ou mais membros da casa.

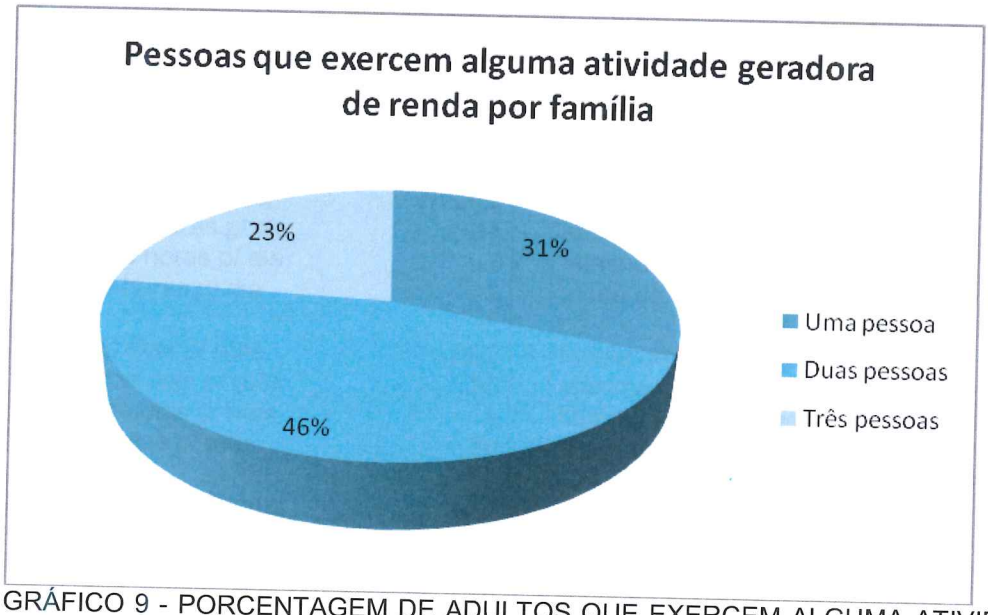

GRÁFICO 9 - PORCENTAGEM DE ADULTOS QUE EXERCEM ALGUMA ATIVIDADE GERADORA DE RENDA POR FAMÍLIA. ILHA DO MEL, 2010.
FONTE: Pesquisa de Campo (2010).

Ao observar o tempo dedicado às atividade principais e secundárias (TABELAS 11 e 12) podemos perceber que as atividade principais tomam, em média, 7 horas e 6 minutos por dia de trabalho e as secundárias cerca de 6 horas e 24 minutos por dia. Ou seja, em princípio, somente uma hora de trabalho por dia separa os dois tipos de atividade. Porém, quando analisamos a média de dias por mês notamos que a diferença aumenta em quase 10 dias de trabalho por mês, sendo que, assim, a atividade principal exige do trabalhador, em média, 22,2 dias por mês e a secundária exige 12,5 dias. Então, quando analisamos meses por ano temos que a atividade principal é exercida, em média, durante 10,9 meses por ano e a secundária durante 7,6 meses.

Estes valores podem estar relacionados ao fato de que, dentre as atividades principais e secundárias, estão principalmente a pesca e o turismo. A pesca é uma atividade que não possui número de horas por dia nem dias por mês pré-estabelecidos, os que podem variar de acordo com as condições do tempo, do mar e o período de ocorrência das espécies alvo. Já o turismo, no caso da Ilha do Mel, não representa exatamente empregos fixos para os moradores, portanto, as horas por dia e dias por mês podem variar de acordo com a demanda turística e o tipo de trabalho exercido vinculado a esta. No caso dos meses por ano, o turismo geralmente cria oportunidades majoritariamente durante feriados e o período da temporada de verão.

TABELA 11 - HORAS POR DIA, DIAS POR MÊS E MESES POR ANO DEDICADOS ÀS ATIVIDADES PRINCIPAIS PELOS PESCADORES E SUAS FAMÍLIAS NA ILHA DO MEL, 2010

Atividades principais	
Média de horas p/ dia	7h6min
Máximo de horas p/ dia	14
Mínimo de horas p/ dia	3
Moda de horas p/ dia	8
Média de dias p/ mês	22,2
Máximo de dias p/ mês	30
Mínimo de dias p/ mês	6
Moda de dias p/ mês	30
Média de meses p/ ano	10,9
Máximo de meses p/ ano	12
Mínimo de meses p/ ano	3
Moda de meses p/ ano	12

FONTE: Pesquisa de Campo (2010).

TABELA 12 – HORAS POR DIA, DIAS POR MÊS E MESES POR ANO DEDICADOS ÀS ATIVIDADES SECUNDÁRIAS PELOS PESCADORES E SUAS FAMÍLIAS NA ILHA DO MEL, 2010.

Atividades secundárias	
Média de horas p/ dia	6h24min
Máximo de horas p/ dia	24
Mínimo de horas p/ dia	1
Moda de horas p/ dia	8
Média de dias p/ mês	12,5
Máximo de dias p/ mês	30
Mínimo de dias p/ mês	2
Moda de dias p/ mês	10
Média de meses p/ ano	7,6
Máximo de meses p/ ano	12
Mínimo de meses p/ ano	1
Moda de meses p/ ano	12

FONTE: Pesquisa de Campo (2010)

6. 4. 1 Atividade Pesqueira

Fuzetti (2007) em sua análise sobre a pesca na Ilha do Mel verificou que esta ainda representa para os moradores locais uma atividade geradora de renda, uma vez que ao analisar as atividades exercidas pelos pescadores das vilas de Nova Brasília, Encantadas, Praia Grande, Farol das Conchas e Ponta Oeste, constatou que em quatro delas (menos a Praia Grande) a pesca ainda é tida como sua atividade principal.

Dessa mesma forma, o presente estudo observou que em 2010 a pesca ainda constitui a atividade principal de inúmeras famílias da Ilha, conforme já descrito anteriormente, 50% dos adultos entrevistados possuem a pesca como principal atividade geradora de renda e 39% tem a pesca como atividade secundária, totalizando que 89% dos adultos entrevistados possui na pesca uma fonte de renda.

Devemos analisar então a pesca no contexto de atividade primária e secundária. Observando as tabelas 13 e 14 temos que a pesca como atividade principal ocupa em média 6h e 6min do dia do pescador, mas podemos perceber que essas horas dedicadas por dia à atividade pesqueira podem variar muito, sendo que o mínimo encontrado foi de 3 horas e o máximo de 12 horas por dia, ou seja, pode depender da espécie alvo, do tipo de técnica usada (caceio, fundeio, linha de mão, espinhel, etc.) e do pescador possuir ou não atividades secundárias.

Ainda como atividade principal, a pesca é realizada em média em 21,2 dias por mês, sendo que os valores mínimos e máximos de dias por mês equivalem a 8 e 30 dias, respectivamente.

A média de meses por ano dedicados à atividade pesqueira como principal ficou em torno de 11,6 meses, o que quer dizer que, a maioria dos pescadores dedica-se a esta atividade durante todo o ano, porém, apesar de esta atividade ser freqüente no que diz respeito aos meses por ano dedicados à ela, não quer dizer que nos meses de verão, parte do tempo (horas por dia e dias por mês) não seja dedicado à atividades secundárias relacionadas ao turismo.

Ao analisar a pesca como atividade secundária (TABELA 14), temos uma média de 4h e 30min por dia dedicadas a ela. Esse valor já era esperado, uma vez que atividades secundárias devem ocupar menores espaços de tempo que as atividades primárias. Porém observou-se que a pesca como atividade secundária pode atingir um período de até 8 horas por dia (valor máximo encontrado), fato este que deve estar ligado a períodos de "safras" de certas espécies, como no caso da época da tainha, já que muitas vezes algumas pessoas pescam somente durante estes períodos.

No que diz respeito aos dias por mês dedicados à pesca como atividade secundária encontramos uma média de 12,7 dias por mês, quase 10 dias a menos do que o valor encontrado para a pesca como atividade principal. O valor máximo e mínimo de dias por mês são de 30 e 2 dias, respectivamente.

A média de meses por ano foi de 10,3 meses sendo que o máximo e o mínimo variaram de 12 a 6 meses, respectivamente. Portanto, ao contrário de atividades relacionadas ao turismo, que são exercidas em sua maioria durante poucos meses no ano (período de verão) percebe-se que a pesca, mesmo na condição de atividade secundária é exercida durante períodos acima de 6 meses por ano.

TABELA 13 - PERÍODOS DE TEMPO DEDICADOS A PESCA COMO ATIVIDADE PRINCIPAL, PELOS PESCADORES E SUAS FAMÍLIAS NA ILHA DO MEL, 2010.

Pesca como atividade principal	
Média de horas p/ dia	6h6min
Máximo de horas p/ dia	12
Mínimo de horas p/ dia	3
Moda de horas p/ dia	4
Média de dias p/ mês	21,2
Máximo de dias p/ mês	30
Mínimo de dias p/ mês	8
Moda de dias p/ mês	20
Média de meses p/ ano	11,6
Máximo de meses p/ ano	12
Mínimo de meses p/ ano	6
Moda de meses p/ ano	12

FONTE: Pesquisa de Campo (2010).

CENTRO DE ESTUDOS DO MAR
BIBLIOTECA

TABELA 14 - PERÍODOS DE TEMPO DEDICADOS A PESCA COMO ATIVIDADE SECUNDÁRIA, PELOS PESCADORES E SUAS FAMÍLIAS NA ILHA DO MEL, 2010.

Pesca como atividade secundária	
Média de horas p/ dia	4h30min
Máximo de horas p/ dia	8
Mínimo de horas p/ dia	2
Moda de horas p/ dia	4
Média de dias p/ mês	12,7
Máximo de dias p/ mês	30
Mínimo de dias p/ mês	2
Moda de dias p/ mês	10
Média de meses p/ ano	10,3
Máximo de meses p/ ano	12
Mínimo de meses p/ ano	6
Moda de meses p/ ano	12

FONTE: Pesquisa de Campo (2010)

6. 4. 2 Atividade Turística

Como já se sabe, a atividade turística foi introduzida na Ilha do Mel a partir de 1930 através de famílias que iam veranear na região da Fortaleza, já nessa época os moradores nativos começaram a prestar serviços para os turistas (KIM, 2004). Atualmente acredita-se que grande parte da população nativa voltou-se totalmente para exercício de atividades nessa área, fato estes que de certa maneira, foi constatado através dos dados obtidos por esta pesquisa. Apesar de os pescadores não terem abandonado totalmente a atividade pesqueira, estes e suas famílias realizam várias outras atividades dentro do turismo, sejam elas suas atividades principais ou secundárias.

Nota-se que das atividades principais, 32% delas está relacionada ao turismo e das secundárias, 61,2%, portanto se pode afirmar que o turismo para a maioria dos pescadores e suas famílias constitui principalmente uma atividade secundária, porém secundária refere-se ao tempo dedicado a esta atividade que é menor do que o dedicado às atividades primárias, no entanto, as atividades secundárias podem representar maiores rendas para os moradores da Ilha.

Verificamos que o turismo como atividade principal ocupa aproximadamente 8h e 18min diários do pescador ou de sua família (TABELA 15). Sendo que o máximo de horas dedicado por dia à esta atividade é de 14 horas, fato este que

pode ser explicado pela forte demanda de serviços no verão, exigindo dos trabalhadores que estendam suas horas diárias de trabalho a fim de atender ao elevado fluxo turístico.

Quanto aos dias por mês dedicados ao turismo como atividade principal, a média é de 20 dias, com máximo de 30 e mínimo de 6 dias. Já a média de meses por ano é de 9,1 meses, com um máximo de 12 e um mínimo de 3 meses, o que quer dizer que o turismo como atividade principal é exercido de maneira contínua ao longo do mês e do ano, porém em alguns casos (mínimo de meses por ano) esta atividade é realizada somente durante os meses de verão, sendo assim essa renda de três meses seria responsável pelo sustento da pessoa ou de sua família durante todos os outros meses do ano, isso aliado às atividades secundárias, caso haja.

Observa-se que o turismo como atividade secundária é responsável por tomar em média 7h e 36min do dia do trabalhador, atingindo um máximo de 24 horas por dia e um mínimo de 1 hora por dia (TABELA 16). Vale ressaltar que esse valor máximo está relacionado ao serviço de camping, o qual exige acompanhamento integral nos dias de verão quando o camping fica lotado e requer cuidados quanto à segurança e limpeza.

Durante o mês, são dedicados em média 13,4 dias para as atividades secundárias relacionadas ao turismo. O mínimo de dias é 2 e o máximo é 30 dias. Essa média evidencia a posição de atividade secundária, uma vez que é realizada em menos da metade dos dias do mês.

Quanto aos meses por ano, estes corroboram ainda mais a posição de atividade secundária, pois em menos da metade do ano o turismo é exercido como atividade secundária, já que a média ficou em torno de cinco meses por ano. O valor máximo ficou em 12 meses por ano e o mínimo em um mês por ano.

TABELA 15 - PERÍODOS DE TEMPO DESTINADOS A ATIVIDADE TURÍSTICA COMO PRINCIPAL, PELOS PESCADORES E SUAS FAMÍLIAS NA ILHA DO MEL, 2010.

Turismo como atividade principal	
Média de horas p/ dia	8h18min
Máximo de horas p/ dia	14
Mínimo de horas p/ dia	4
Moda de horas p/ dia	8
Média de dias p/ mês	20
Máximo de dias p/ mês	30
Mínimo de dias p/ mês	6
Moda de dias p/ mês	30
Média de meses p/ ano	9,1
Máximo de meses p/ ano	12
Mínimo de meses p/ ano	3
Moda de meses p/ ano	12

FONTE: Pesquisa de Campo (2010).

TABELA 16 - PERÍODOS DE TEMPO DEDICADOS A ATIVIDADE TURÍSTICA COMO SECUNDÁRIA, PELOS PESCADORES E SUAS FAMÍLIAS NA ILHA DO MEL, 2010.

Turismo como atividade secundária	
Média de horas p/ dia	7h36min
Máximo de horas p/ dia	24
Mínimo de horas p/ dia	1
Moda de horas p/ dia	8
Média de dias p/ mês	13,4
Máximo de dias p/ mês	30
Mínimo de dias p/ mês	2
Moda de dias p/ mês	15
Média de meses p/ ano	5,5
Máximo de meses p/ ano	12
Mínimo de meses p/ ano	1
Moda de meses p/ ano	3

FONTE: Pesquisa de Campo (2010).

Comparando o período de tempo destinado ao turismo e a pesca como atividades principais, podemos dizer que o turismo exige mais horas diárias (8h18min) do que a pesca (6h6min), porém no que diz respeito aos dias por mês temos a pesca ocupando um número um pouco maior de dias (21,2 dias) do que o turismo (20 dias), no entanto, quando abordamos os meses por ano dedicados a cada atividade é que surge a grande diferença, pois são dedicados em média 11,6 meses do ano com a pesca e 9,1 com o turismo , uma diferença de mais de dois meses por ano. Podemos inferir então, que a pesca como atividade principal é mais constante que o turismo, porém quando existe a atividade do turismo, este exige maior dedicação diária do trabalhador.

Ao analisarmos a pesca e o turismo como atividades secundárias, constatamos que a média de horas diárias dedicadas à pesca (4h30min) é aproximadamente três a menos do que as horas dedicadas ao turismo (7h36min). O mesmo acontece com os dias por mês, no entanto esta diferença é menos acentuada, não chega a ser de nem um dia, sendo que para o turismo são utilizados em média 13,4 dias por mês e para a pesca 12,7 dias por mês. Porém a situação se inverte quando analisamos os meses por ano, já que a pesca exige em média 10,3 meses, enquanto que o turismo exige 5,5 meses, ou seja, quase 5 meses de

diferença. Portanto, a pesca tanto como atividade primária, tanto como secundária é mais constante ao longo do ano do que o turismo.

6. 4. 3 Outras atividades remuneradas

Os entrevistados foram perguntados da existência de outras atividades geradoras de renda, além das principais e secundárias, sendo que se buscava verificar as rendas obtidas através de aluguel de cômodos (não constituindo uma pousada), casas e terrenos (não constituindo camping).

Ficou constatado que cinco (19,2%) das 26 famílias incrementa sua renda com uma dessas outras atividades. A renda com essa atividade ficou entre R$ 200,00 e R$ 1000,00 por família, com uma média de R$ 560,00 mensais. Todas as famílias que apresentaram esse tipo de renda são moradoras de Encantadas. No entanto, não foi perguntado a estas famílias quantos meses por ano são dedicados a estas atividades, por isso não podemos dizer se essas rendas são fixas ao longo do ano ou temporárias, mas podemos supor que, ao estarem associadas ao turismo, visto que consistem em aluguéis de casas, terrenos ou cômodos, sejam atividades sazonais, ligadas aos períodos de maior fluxo turístico na ilha.

6.5 RENDAS

6.5.1Rendas Individuais

As rendas individuais foram calculadas seguindo o padrão de atividades principais e atividades secundárias. Foram considerados também os melhores meses do ano para obtenção de lucros através do trabalho, por isso as rendas foram divididas em melhores e piores meses do ano.

6.5.1.1 Atividades Principais

No que diz respeito às atividades principais a renda média obtida nos melhores meses do ano foi de R$ 1.063,80, com a renda máxima atingindo R$ 6.000,00 e a mínima R$ 100,00 (TABELA 17). Essa grande variação se deve ao fato de que são consideradas as rendas de todos os integrantes da família, portanto a renda mínima obtida nesse caso (R$ 100,00) não configura necessariamente a renda do chefe da família.

Nos piores meses as rendas variaram de R$ 0 a R$ 890,00, com uma média de R$ 288,80 reais por mês (TABELA 18). Essa renda mínima observada é um reflexo da imprecisão das atividades da pesca e do turismo. Sabemos que a pesca depende de vários fatores (tempo, vento, maré, etc.), portanto em um mês o pescador pode obter um lucro elevado e no mês seguinte pode não obter lucro nenhum, já que se o mês inteiro é caracterizado pelo mau tempo, o pescador fica impedido de sair ao mar. No caso do turismo, essa imprecisão se deve ao fato de que a incidência de turistas na ilha também varia conforme as condições do tempo, ou seja, se faz sol ou se faz chuva, se faz calor ou frio, etc. Portanto, devido ao grande número de comércios presentes na ilha, pode-se inferir que em alguns meses do ano não haja público para todos, ocasionando o rendimento zero para o proprietário dos mesmos.

TABELA 17 – RENDA INDIVIDUAL OBTIDA NOS MELHORES MESES DO ANO COM A ATIVIDADE PRINCIPAL, PARA OS PESCADORES E SUAS FAMÍLIAS NA ILHA DO MEL, 2010.

Renda nos melhores meses do ano	
Renda média	R$ 1.063,80
Renda máxima	R$ 6.000,00
Renda mínima	R$ 100,00

FONTE: Pesquisa de Campo (2010).

TABELA 18 – RENDA INDIVIDUAL OBTIDA NOS PIORES MESES DO ANO COM A ATIVIDADE PRINCIPAL, PARA OS PESCADORES E SUAS FAMÍLIAS NA ILHA DO MEL, 2010.

Renda nos piores meses do ano	
Renda média	R$ 288,80
Renda máxima	R$ 890,00
Renda mínima	R$ 0

FONTE: Pesquisa de Campo (2010).

Os melhores meses para obtenção de renda individual pelos pescadores e seus familiares na ilha, como já esperado, foram os meses do verão. Janeiro foi considerado o melhor mês, com 31,8% das opiniões, seguido por fevereiro com

20,2% e dezembro com 17,8% (TABELA 19). O pior mês com 42,6% das opiniões foi agosto seguido por julho (19,8%) e junho (17,8%) (TABELA 20).

TABELA 19 - PERCENTAGEM DE MELHORES MESES DO ANO COM RELAÇÃO À OBTENÇÃO DE RENDA INDIVIDUAL ATRAVÉS DA ATIVIDADE PRINCIPAL DE PESCADORES E SUAS FAMÍLIAS NA ILHA DO MEL, 2010.

Melhores Meses (%)	
Janeiro	31,8
Fevereiro	20,2
Março	0,8
Abril	0,8
Maio	3,9
Junho	8,5
Julho	5,4
Setembro	0,8
Outubro	3,1
Novembro	7,0
Dezembro	17,8

FONTE: Pesquisa de Campo (2010).

TABELA 20 – PERCENTAGEM DE PIORES MESES DO ANO COM RELAÇÃO À OBTENÇÃO DE RENDA INDIVIDUAL ATRAVÉS DA ATIVIDADE PRINCIPAL DE PESCADORES E SUAS FAMÍLIAS NA ILHA DO MEL, 2010.

Piores Meses (%)	
Março	1,0
Abril	1,0
Maio	5,9
Junho	17,8
Julho	19,8
Agosto	42,6
Setembro	8,9
Outubro	3,0

FONTE: Pesquisa de Campo (2010).

Ao compararmos as rendas de acordo com o Salário Mínimo para o estado do Paraná, que atualmente é de R$ 663,00 (ESTADO DO PARANÁ, 2010), temos que a renda individual nos melhores meses do ano está concentrada em sua maioria (44%) na faixa de ½ a um salário mínimo (TABELA 21). Isso evidencia o fato de que alguns têm rendas muito altas enquanto outros têm rendas muito baixas, pois a renda média ficou em torno de R$ 1.063,80 o que equivale a mais de um Salário Mínimo. Em segundo lugar, com 30% ficou a classe de salário que vai de 1 a 2 Salários Mínimos. Ainda podemos perceber duas classes bem distintas de trabalhadores, os que recebem até ½ Salário Mínimo (12%), isto é, aproximadamente R$ 300,00 e os que recebem mensalmente mais do que 5 Salários Mínimos (8%), que equivale a mais de R$ 3.300,00, ou seja, uma renda de R$ 3.000, 00 a mais que a primeira classe.

Nos piores meses do ano a renda sofre uma queda, sendo que 66% dos entrevistados obtêm renda de até ½ Salário Mínimo por mês e outros 28% recebem entre ½ e um Salário Mínimo mensal. Neste caso não foi observada nenhuma renda superior a dois salários mínimos (TABELA 22).

TABELA 21 - RENDA INDIVIDUAL EM SALÁRIOS MÍNIMOS OBTIDA NOS MELHORES MESES DO ANO PELOS PESCADORES E SUAS FAMÍLIAS NA ILHA DO MEL, 2010.

Renda nos melhores meses do ano		
	Q	%
Até 1/2 SM	6	12
Entre 1/2 e 1 SM	22	44
Entre 1 e 2 SM	15	30
Entre 2 e 3 SM	1	2
Entre 3 e 4 SM	2	4
Mais que 5 SM	4	8

FONTE: Pesquisa de Campo (2010).

TABELA 22 - RENDA INDIVIDUAL EM SALÁRIOS MÍNIMOS OBTIDA NOS PIORES MESES DO ANO PELOS PESCADORES E SUAS FAMÍLIAS NA ILHA DO MEL, 2010.

Renda nos piores meses do ano		
	Q	%
Até 1/2 SM	33	66
Entre 1/2 e 1 SM	14	28
Entre 1 e 2 SM	3	6

FONTE: Pesquisa de Campo (2010).

6. 5. 1. 2 Atividades Secundárias

Para as atividades secundárias, aquelas que exigem menor tempo do trabalhador, a renda média mensal nos melhores meses do ano é de R$ 716,11 (TABELA 23). Quando comparada com a renda média das atividades principais nesses mesmos meses, temos uma diminuição de cerca de R$ 300,00. A Renda máxima é de R$ 3.000,00 que equivale a metade da renda máxima obtida com as atividades principais, que é de R$ 6.000,00. No entanto, as rendas mínimas são iguais, tanto para as principais quanto para as secundárias, ou seja, as atividades secundárias demandam menor tempo de trabalho, mas em certos momentos podem chegar a trazer uma renda equivalente a da atividade principal, nesse caso somente a renda mínima, pois a máxima renda da atividade principal, em nenhum momento é alcançada pela atividade secundária.

Nos piores meses do ano para obtenção de renda com as atividades secundárias temos uma renda média mensal que equivale a R$ 165,56 (TABELA 24), evidenciando que nos piores meses as atividades secundárias são pouco lucrativas. As rendas máximas e mínimas correspondem a R$ 560,00 e R$ 0, respectivamente. Ou seja, para algumas pessoas a atividade secundária durante os piores meses do ano pode não gerar renda nenhuma.

TABELA 23 - RENDA OBTIDA PELOS PESCADORES E SUAS FAMÍLIAS NOS MELHORES MESES DO ANO COM A ATIVIDADE SECUNDÁRIA, 2010.

Renda nos melhores meses do ano	
Renda média	R$ 716,11
Renda máxima	R$ 3.000,00
Renda mínima	R$ 100,00

FONTE: Pesquisa de Campo (2010)

TABELA 24 - RENDA OBTIDA PELOS PESCADORES E SUAS FAMÍLIAS NOS PIORES MESES DO ANO COM A ATIVIDADE SECUNDÁRIA, 2010.

Renda nos piores meses do ano	
Renda média	R$ 165,56
Renda máxima	R$ 560,00
Renda mínima	R$ 0

FONTE: Pesquisa de Campo (2010)

Foi constatado, conforme podemos observar na tabela 25, que os melhores meses para obtenção de renda pela atividade secundária são janeiro (45,9%), fevereiro (32,4%), dezembro (18,9%) e novembro (2,7%). Esse resultado já era esperado, uma vez que a atividade secundária exercida pela maioria da população (61,2%) é o turismo, então fica evidenciado que os melhores meses para obtenção de renda através do turismo são os meses da temporada de verão, ou seja, dezembro, janeiro e fevereiro.

Já no que diz respeito aos piores meses, temos agosto com 50% das opiniões, seguido por julho com 21,9% e junho com 15,6% (TABELA 26). Dessa maneira, fica comprovado que os meses de inverno (junho, julho e agosto) são os piores meses do ano para obtenção de renda através de atividades secundárias.

TABELA 25 - PERCENTAGEM DE MELHORES MESES DO ANO COM RELAÇÃO À OBTENÇÃO DE RENDA ATRAVÉS DA ATIVIDADE SECUNDÁRIA, PELOS PERCADORES E SUAS FAMÍLIAS NA ILHA DO MEL EM 2010.

Melhores Meses (%)	
Janeiro	45,9
Fevereiro	32,4
Novembro	2,7
Dezembro	18,9

FONTE: Pesquisa de Campo (2010).

TABELA 26 - PERCENTAGEM DE PIORES MESES DO ANO COM RELAÇÃO À OBTENÇÃO DE RENDA ATRAVÉS DA ATIVIDADE SECUNDÁRIA, PELOS PERCADORES E SUAS FAMÍLIAS NA ILHA DO MEL EM 2010.

Piores Meses (%)	
Maio	3,1
Junho	15,6
Julho	21,9
Agosto	50
Setembro	9,4

FONTE: Pesquisa de Campo (2010).

Ao classificarmos em classes as rendas obtidas com as atividades secundárias de acordo com o salário mínimo para o estado do Paraná, obtemos um empate nas classes de até ½ salário mínimo e de ½ a um salário mínimo, pois ambas atingem um percentual de 33,3% dos entrevistados (TABELA 27).

Já no que diz respeito às rendas mensais nos piores meses do ano, temos que a grande maioria dos entrevistados (88,9%) possui rendas de até ½ salário mínimo nesses períodos, o restante (11,1%) tem suas rendas entre ½ e um salário mínimo (TABELA 28).

TABELA 27 - RENDA INDIVIDUAL EM SALÁRIOS MÍNIMOS OBTIDA NOS MELHORES MESES DO ANO PELOS PESCADORES E SUAS FAMÍLIAS NA ILHA DO MEL.
TABELA 28 - RENDA INDIVIDUAL EM SALÁRIOS MÍNIMOS OBTIDA NOS PIORES MESES DO ANO PELOS PESCADORES E SUAS FAMÍLIAS NA ILHA DO MEL.

Renda nos melhores meses do ano		
	Q	%
Até 1/2 SM	6	33,3
Entre 1/2 e 1 SM	6	33,3
Entre 1 e 2 SM	3	16,7
Entre 2 e 3 SM	1	5,6
Entre 3 e 4 SM	1	5,6
Mais de 4 SM	1	5,6

FONTE: Pesquisa de Campo (2010)

Renda nos piores meses do ano		
	Q	%
Até 1/2 SM	16	88,9
Entre 1/2 e 1 SM	2	11,1

FONTE: Pesquisa de Campo (2010)

6. 5. 2 Rendas Familiares

As rendas familiares foram calculadas através da soma de todas as rendas mensais dos membros das famílias (atividades principais e secundárias). Foram incluídos os benefícios sociais recebidos, como o "Bolsa Família" e Aposentadoria, pois estes são permanentes, ou seja, perduram ao longo de todos os meses do ano. O Seguro Defeso não foi associado a este cálculo, pois dura apenas três meses por ano. Foram calculadas as rendas familiares para os melhores e os piores meses do ano.

A renda familiar média para os melhores meses do ano é de R$ 2.829,15, sendo que os melhores meses para renda familiar são considerados os mesmos obtidos para renda individual (dezembro, janeiro e fevereiro). Para os piores meses, a renda mensal familiar média é de R$ 849,92, e os piores meses também são os mesmos considerados para as rendas individuais, ou seja, os meses de junho, julho e agosto. Vale lembrar que no cálculo da renda familiar nos melhores meses do ano foram incluídas as atividades extras, isto é, aluguel de cômodo, casa ou terreno.

Observa-se então uma diferença muito significativa entre as rendas familiares nos melhores meses e as rendas nos piores meses ($p<0,005$).

Já quando calculamos a renda geral, isto é, a renda familiar média entre os melhores e piores meses, temos um valor de R$ 1.839,54 (TABELA 29). Este valor encontra-se bem abaixo do rendimento total médio familiar mensal para o estado do Paraná, que é de R$ 2.763,96, segundo a Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009, realizada pelo IBGE. Esta diferença pode ser explicada pelo fato de a Ilha do Mel estar sendo comparada com grandes pólos econômicos do Paraná. Também pode se dever ao fato de que a renda total gerada na Ilha é muito mal distribuída, uma vez que a principal renda gerada pelo turismo fica retida com as pessoas "de fora" que são proprietárias dos melhores e maiores comércios do local. Como nesta pesquisa só foram consideradas as rendas dos pescadores e suas famílias, podemos deduzir que se fosse feito um estudo que envolvesse todas as famílias da Ilha (nativos e imigrantes), essa renda média mensal poderia ser mais elevada.

Kim (2004) observou que os imigrantes representaram o maior percentual (59%) de proprietários de comércio na Ilha (pousada, camping, bar/restaurante e outro, que equivale a mercearia e loja), enquanto que os nativos representam o menor (22,4%), a não ser em relação aos campings.

Ao estudar os comerciantes da ilha, a autora constatou que durante a temporada de verão, a faixa de renda média mensal familiar onde se concentra a maior parte das famílias dos comerciantes (nativos e imigrantes) é aquela que vai de R$ 251,00 a R$ 1.000,00, porém, entre os nativos ocorreu uma concentração entre as menores faixas de renda, enquanto que as rendas dos imigrantes estão mais bem distribuídas entre as faixas medianas e altas. Fora da temporada, a faixa de renda mensal familiar dos nativos foi a mais baixa de todas, de até R$ 250,00, ao mesmo tempo em que a dos imigrantes foi a mesma da temporada (KIM, 2004).

Desta maneira, se compararmos os dados obtidos para a família dos pescadores da ilha com a dos comerciantes (KIM, 2004), temos que a renda média familiar dos pescadores pode até ser maior do que a renda familiar dos comerciantes. Este resultado pode ser explicado pela realização por parte dos

pescadores de duas ou mais atividades econômicas para obtenção de renda, fato este que não foi abordado por Kim ao estudar os comerciantes.

TABELA 29 - RENDA MÉDIA FAMILIAR DOS PESCADORES DA ILHA DO MEL DE ACORDO COM OS MELHORES E PIORES MESES E NO GERAL.

Renda Familiar média	
Melhores meses	R$ 2.829,15
Piores meses	R$ 849,92
Geral	**R$ 1.839,54**

FONTE: Pesquisa de Campo (2010).

Quando separamos as rendas em classes com base no salário mínimo, a classe dominante para os melhores meses do ano é a que vai de 1 a 2 salários mínimos (26,9%), que equivale ao valor de R$ 663,00 a R$ 1.326,00 (TABELA 30). Em seguida aparece a classe de 2 a 3 salários mínimos, com 23,1%, cujos valores variam entre R$ 1.326,00 e R$ 1.989,00.

No que diz respeito aos piores meses, temos que a classe com o maior número de famílias é a de 1 e 2 salários mínimos, com 46,2%, seguida pela de ½ a 1 salário mínimo, com 30,8% (TABELA 31). Portanto, não houve diferença entre a renda familiar nos melhores e nos piores meses, no que diz respeito às classes divididas por salário mínimo.

TABELA 30 - RENDA FAMILIAR DOS PESCADORES DA ILHA DO MEL EM SALÁRIOS MÍNIMOS OBTIDA NOS MELHORES MESES DO ANO.

Renda Familiar nos melhores meses do ano		
	Q	%
Até 1 SM	1	3,8
Entre 1 e 2 SM	7	26,9
Entre 2 e 3 SM	6	23,1
Entre 3 e 4 SM	2	7,7
Entre 4 e 5 SM	4	15,4
Entre 5 e 6 SM	3	11,5
Entre 6 e 7 SM	1	3,8
Mais que 18 SM	2	7,7

FONTE: Pesquisa de Campo (2010).

TABELA 31 - RENDA FAMILIAR DOS PESCADORES DA ILHA DO MEL EM SALÁRIOS MÍNIMOS OBTIDA NOS PIORES MESES DO ANO.

Renda Familiar nos piores meses do ano		
	Q	%
Até 1/2 SM	3	11,5
Entre 1/2 e 1 SM	8	30,8
Entre 1 e 2 SM	12	46,2
Mais que 2 SM	3	11,5

FONTE: Pesquisa de Campo (2010).

Para a vila de pescadores de pequena escala do Maciel, Tanno (2009) dividiu as rendas familiares entre temporada e fora de temporada, que neste caso podemos considerar como equivalentes aos melhores e piores meses obtidos neste trabalho. Sendo assim, para a vila do Maciel, a renda da maioria das famílias da vila ficou

entre mais de um e dois salários mínimos, tanto para a temporada quanto para fora da temporada, com os valores de 51,7% e 44,8%, respectivamente. Portanto, durante os meses da temporada de verão, ambas as rendas familiares da vila do Maciel e da Ilha do Mel ficam entre mais de um e dois salários mínimos, porém, se diferenciam nos meses fora da temporada de verão, na vila do Maciel a renda continua na mesma classe (+ de 1 e 2 SM) e na Ilha do Mel passa para uma classe mais baixa (entre ½ e 1 SM).

6. 6. ATIVIDADES NÃO–REMUNERADAS

Foram pesquisadas também as atividades não-remuneradas exercidas pelos pescadores e suas famílias. Estas atividades são importantes, pois apesar de não representarem renda nenhuma para a família ocupam o tempo que muitas vezes poderia ser dedicado às atividades remuneradas e dispensam a contratação de terceiros para realizarem estas atividades como a limpeza da casa e do quintal.

Os tipos de atividades não-remuneradas citadas pelas famílias foram: serviços domésticos, limpeza de quintal e estudo.

Observou-se que de um total de 84 pessoas que compõem as 26 famílias estudadas, 59 (70,2%) delas realizam algum tipo de atividade não-remunerada. Dessas 59 pessoas, 31 realizam serviços domésticos, o que equivale a 52,5%, seguidas pelas 23 pessoas que estudam que compõem 39% do total, e pelas cinco que realizam limpeza de quintal, representando 8,5% (GRÁFICO 10).

GRÁFICO 10 - PERCENTAGEM DE ATIVIDADES NÃO REMUNERADAS POR TIPO, REALIZADAS PELOS PESCADORES E SUAS FAMÍLIAS NA ILHA DO MEL EM 2010.
FONTE: Pesquisa de Campo (2010).

O serviço doméstico é realizado principalmente por mulheres (74,2%), mas foram encontrados alguns (8) homens que também contribuem com o serviço da casa, que representam 25,8% do total (TABELA 32). Vale lembrar que dos homens que realizam atividades domésticas, pelo menos 50% é morador da Ponta Oeste, pois estes, muitas vezes moram sozinhos, tendo que ocuparem-se de todas as tarefas da casa.

No que diz respeito à idade das pessoas que realizam esse tipo de serviço (TABELA 33), temos idades variando de 22 a 61 anos, onde a faixa etária com maior número de pessoas é a que vai de 51 a 60 anos (35,5%) seguida pela de 41 a 50 anos (22,6%), porém muito próxima da faixa que vai de 31 a 40 anos (19,4%).

TABELA 32 - REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DOMÉSTICOS POR GÊNERO, PELOS PESCADORES E SUAS FAMÍLIAS NA ILHA DO MEL EM 2010.
TABELA 33 - REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DOMÉSTICOS POR FAIXA ETÁRIA, PELOS PESCADORES E SUAS FAMÍLIAS NA ILHA DO MEL EM 2010.

Serviços Domésticos por sexo		
	Q	%
Masculino	8	25,8
Feminino	23	74,2
Total	31	100,0

FONTE: Pesquisa de Campo (2010).

Serviços domésticos por idade		
	Q	%
Entre 20 e 30 anos	4	12,9
Entre 31 e 40 anos	6	19,4
Entre 41 e 50 anos	7	22,6
Entre 51 e 60 anos	11	35,5
Mais de 60 anos	3	9,7
Total	31	100,0

FONTE: Pesquisa de Campo (2010).

Os serviços domésticos ocupam uma média de 4h e 36min por dia de trabalho dos entrevistados (pescadores e suas famílias), sendo que o máximo de horas por dia é de 12 e o mínimo de meia hora (TABELA 34). Sendo assim, se uma pessoa que possui uma atividade primária (média de 7h e 6min por dia), uma secundária (média de 6h e 24min por dia) e ainda realiza serviços domésticos (média de 4h e 36min por dia), teria 18 horas por dia ocupadas com estas atividades. No entanto, vale lembrar que as atividades secundárias são realizadas em menos da metade dos dias do mês (média de 12,5 dias por mês) e em uma média por volta de sete meses por ano, sendo assim, fazendo um cálculo aproximado temos 84 dias por ano (23% do ano) onde uma pessoa com todas estas atividades se dedicaria durante 18 horas por dia.

A média de dias por ano em que são realizados os serviços domésticos é de 26,7 dias, sendo assim, durante apenas 3,3 dias por mês as pessoas ficam livres do trabalho da casa, isso considerando um mês de 30 dias.

Esse tipo de serviço é mais constante do que as atividades geradoras de renda analisadas, uma vez que é realizado em uma média de 12 meses por ano, ou seja, é uma atividade ininterrupta, enquanto que as atividades principais são realizadas em média durante 10,9 meses por ano, podendo caracterizar o fato de que algumas atividades remuneradas possuem períodos de férias, enquanto que os serviços domésticos não.

TABELA 34 - MÉDIA DE HORAS POR DIA, DIAS POR MÊS E MESES POR ANO DEDICADOS AOS SERVIÇOS DOMÉSTICOS PELOS PESCADORES E SUAS FAMÍLIAS NA ILHA DO MEL EM 2010.

Serviços Domésticos	
Média de horas p/ dia	4h36min
Máximo de horas p/ dia	12
Mínimo de horas p/ dia	30min
Média de dias p/mês	26,7
Máximo de dias p/mês	30
Mínimo de dias p/ mês	4
Média de meses p/ ano	12
Máximo de meses p/ ano	12
Mínimo de meses p/ ano	12

FONTE: Pesquisa de Campo (2010).

Quanto ao estudo por gênero (TABELA 35), nota-se o predomínio do sexo masculino (56,5%) sobre o feminino, o que somente vêm a fortalecer o fato de que

no geral das famílias de pescadores ocorre o predomínio de homens (53,6%) sobre as mulheres (46,4%). A faixa etária onde se concentra a maioria dos estudantes da ilha é a que vai de 9 a 14 anos, com 47,8% do total, seguida pela faixa entre 15 e 20 anos com 26,1%, mas que fica muito próxima da faixa que vai de 3 a 8 anos (21,7%) (TABELA 36).

TABELA 35 - NÚMERO E PERCENTAGEM DE ESTUDANTES DAS FAMÍLIAS DE PESCADORES DA ILHA DO MEL, POR GÊNERO EM 2010.

Estudo por sexo		
	Q	%
Masculino	13	56,5
Feminino	10	43,5
Total	23	100

FONTE: Pesquisa de Campo (2010).

TABELA 36 - NÚMERO E PERCENTAGEM DE ESTUDANTES DAS FAMÍLIAS DE PESCADORES DA ILHA DO MEL, POR FAIXA ETÁRIA EM 2010.

Estudo por idade		
	Q	%
Entre 3 e 8 anos	5	21,7
Entre 9 e 14 anos	11	47,8
Entre 15 e 20 anos	6	26,1
Mais de 20 anos	1	4,3
Total	23	100

FONTE: Pesquisa de Campo (2010).

São dedicadas em média 3h e 54min por dia ao estudo, com um máximo de cinco horas e um mínimo de três horas e meia (TABELA 37). A média de dias por mês e de meses por ano, como já esperado, é igual aos valores máximos e mínimos, já que 20 dias por mês equivale a cinco dias por semana de estudo, valor este que exclui somente os finais de semana, quando a escola não funciona. A média de meses por ano é nove meses, pois são excluídos os meses de férias escolares, ou seja, julho e os meses de verão (dezembro, janeiro e fevereiro, considerando que 15 dias em dezembro e 15 dias em fevereiro).

Vale lembrar que na Ponta Oeste não foi encontrada nenhuma pessoa que estuda atualmente, pois seus moradores encontram-se numa faixa etária que vai de 51 a 64 anos, não possuindo crianças na vila.

TABELA 37 – MÉDIA DE HORAS POR DIA, DIAS POR MÊS E MESES POR ANO DEDICADOS AO ESTUDO PELAS FAMÍLIAS DE PESCADORES DA ILHA DO MEL, EM 2010.

Estudos	
Média de horas p/ dia	3h54min
Máximo de horas p/ dia	5
Mínimo de horas p/ dia	3h30min
Média de dias p/mês	20
Máximo de dias p/mês	20
Mínimo de dias p/ mês	20
Estudos	
Média de meses p/ ano	9
Máximo de meses p/ ano	9
Mínimo de meses p/ ano	9

FONTE: Pesquisa de Campo (2010).

A atividade não remunerada que consiste na limpeza de quintal foi realizada apenas por homens com idades entre 41 e 64 anos, os quais ocupam em média 2h e 24min do dia com esta atividade (TABELA 38), no máximo quatro e no mínimo uma hora por dia. Já por mês, em média 16 dias são destinados à realização de limpeza de quintal, enquanto que existem pessoas que dedicam trinta dias (valor máximo) e outras que dedicam apenas quatro dias (valor mínimo). No entanto, no que diz respeito aos meses por ano, dedicados à limpeza de quintal, esta atividade demonstrou um caráter permanente, sendo realizada em todos os meses do ano.

TABELA 38 - MÉDIA DE HORAS POR DIA, DIAS POR MÊS E MESES POR ANO DEDICADOS A LIMPEZA DE QUINTAL POR PESCADORES E SUAS FAMÍLIAS NA ILHA DO MEL EM 2010.

Limpeza de quintal	
Média de horas p/ dia	2h24min
Máximo de horas p/ dia	4
Mínimo de horas p/ dia	1
Média de dias p/mês	16
Máximo de dias p/mês	30
Mínimo de dias p/ mês	4
Média de meses p/ ano	12
Máximo de meses p/ ano	12
Mínimo de meses p/ ano	12

FONTE: Pesquisa de Campo (2010).

6. 7 BENEFÍCIOS SOCIAIS

Os benefícios sociais recebidos pelas famílias entrevistadas constituem duas classes. A primeira classe é composta pelos benefícios permanentes, ou seja, os que perduram ao longo do ano, podendo estender-se por alguns anos, tal como o "bolsa família" e os que são vitalícios, como a aposentadoria. Já a segunda classe é composta pelos benefícios de caráter temporário, que duram apenas alguns meses do ano, como o seguro defeso.

Das 26 famílias entrevistadas, 21 (80,8%) recebem algum tipo de benefício social. Ocorreu de na mesma família mais de uma pessoa receber benefício, totalizando assim 33 benefícios recebidos. Isso ocorre porque na mesma família o pescador pode receber o seguro defeso, sua esposa receber a aposentadoria, seu filho receber o bolsa família e assim por diante.

6. 7.1 Aposentadoria

Das 21 famílias que recebem algum benefício social, cinco recebem aposentadorias (23,8%), sendo que ocorreu de na mesma família duas pessoas receberem o benefício. Não foi encontrada nas vilas nenhuma família que depende exclusivamente da aposentadoria.

Observou-se então, que um total de seis pessoas recebe aposentadoria (18,2%), as quais possuem idades entre 40 e 64 anos e são em sua maioria (66,7%) do sexo masculino (quatro homens e duas mulheres).

A aposentadoria pode ser de quatro tipos: especial, por invalidez, por idade e por tempo de contribuição (Ministério da Previdência Social, 2010). Mas como o tipo de aposentadoria não foi perguntado aos entrevistados, este deve ser deduzido através da idade das pessoas que recebem este benefício.

Sendo assim, a mulher de 40 anos que recebe aposentadoria deve receber tal benefício por invalidez, uma vez que não atinge a idade mínima para aposentadoria por idade, que no caso das mulheres é de 60 anos para trabalhadoras urbanas e de

55 anos para trabalhadoras rurais. Nesse contexto, a outra mulher aposentada, que possui 60 anos, pode receber o benefício tanto por idade como por anos de contribuição.

Os demais (homens de 61 a 64 anos) podem ser aposentados por tempo de contribuição ou por idade como trabalhadores rurais, categoria esta que exige idade mínima de 60 anos para o sexo masculino (Ministério da Previdência Social, 2010).

O valor das aposentadorias variou de R$ 510,00 (salário mínimo brasileiro) a R$ 1.500,00, visto que apenas um aposentado recebe esse valor máximo, todos os outros recebem a quantia referente ao salário mínimo brasileiro.

Vale lembrar que a profissão pela qual as pessoas se aposentaram também não foi solicitada no questionário.

6. 7. 2 Bolsa Família

O Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias pobres ou extremamente pobres. O valor recebido por este benefício depende da renda familiar por pessoa (limitada a R$ 140,00) e do número e da idade dos filhos, podendo variar entre R$ 22,00 e R$ 200,00 (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2010).

Para as famílias da Ilha do Mel, o valor do Bolsa família variou entre R$ 22,00 e R$ 134,00. Sete (27%), das 26 famílias recebem este auxílio, sendo que em uma das famílias duas pessoas recebem. Portanto oito pessoas recebem o Bolsa família, dentre as quais cinco (62,5%) recebem R$ 90,00 mensais, duas (25%) recebem R$ 22,00 mensais e uma família (12,5%) recebe 134,00.

As famílias que recebem o Bolsa Família possuem rendas médias mensais nas classes entre um e dois e entre três e quatro salários mínimos. Porém, analisando o gráfico 11, podemos perceber que o maior aumento das rendas familiares ocorre quando alguém da família recebe aposentadoria.

As faixas de renda que abrigam as famílias que recebem aposentadorias são as: até um salário mínimo, entre um e dois salários mínimos e entre três e quatro

salários mínimos. Duas classes de renda não recebem nenhum desses dois tipos de benefício social (bolsa família ou aposentadoria), são elas a classe entre dois e três salários mínimos e de mais de nove salários mínimos.

Observa-se que a soma dos dois benefícios pode fazer algumas famílias pularem a classe de renda, pois, ao olharmos o gráfico é possível perceber que a soma da aposentadoria com o bolsa família faz a classe entre um e dois salários mínimos ultrapassar a renda média situada entre três e quatro salários mínimos.

A primeira classe (até 1 SM) está representada por sete famílias, a segunda (entre 1 e 2 SM) por nove famílias, seguida pela terceira classe (entre 2 e 3 SM) que abriga quatro famílias, a quarta classe (entre 3 e 4 SM) também abriga quatro famílias e a última classe (mais que 9 SM) contém duas famílias.

Para cálculo da renda média sem auxílio foi usada a renda de todos os membros da família numa média de melhores e piores meses do ano, excluindo desta vez os auxílios governamentais.

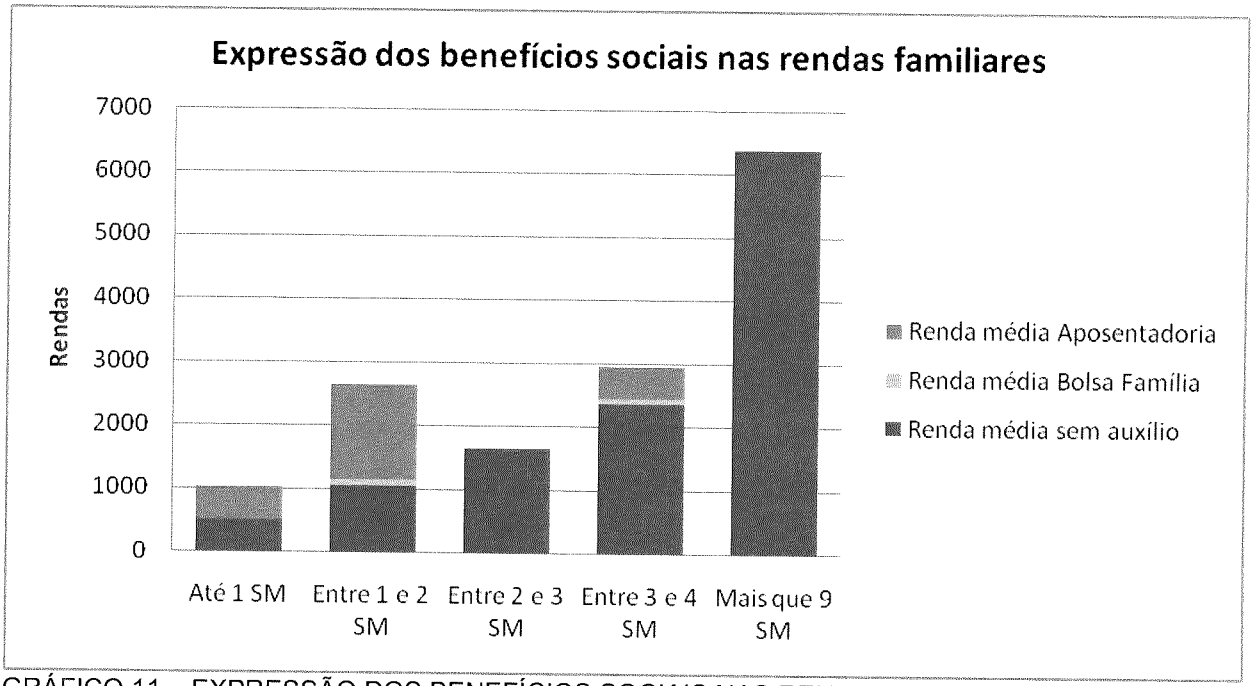

GRÁFICO 11 – EXPRESSÃO DOS BENEFÍCIOS SOCIAIS NAS RENDAS FAMILIARES DOS PESCADORES DA ILHA DO MEL, 2010.
FONTE: Pesquisa de Campo (2010).

Ao estudar as famílias da vila do Maciel, Tanno (2009) constatou que das 29 famílias existentes na vila, 16 (55,2%) recebem algum tipo de auxílio governamental

CENTRO DE ESTUDOS DO MAR
BIBLIOTECA

(nesse caso também constou a pensão). No presente trabalho, foi constatado que 12 (46,2%) das 26 famílias estudadas recebem estes auxílios.

6. 7. 3 Seguro Defeso

O seguro defeso é uma assistência financeira temporária concedida ao pescador profissional que exerce sua profissão de forma artesanal, que teve suas atividades paralisadas no período de defeso. O pescador recebe um salário mínimo brasileiro (R$ 510,00) em todos os meses de duração do defeso (Ministério do Trabalho e Emprego, 2010).

Os pescadores da Ilha do Mel afirmaram receber o seguro defeso durante três meses no ano, que consiste no período de defeso dos camarões sete-barbas (*Xiphopenaeus kroyeri*), branco (*Litopenaeus schmitti*), santana ou vermelho (*Pleoticus muelleri*) e barba ruça (*Artemesia longinaris*) nos meses de março, abril e maio, conforme a Instrução Normativa n° 139 de 2008 do IBAMA.

Das 26 famílias estudadas, 14 (53,8%) recebem o seguro defeso, das quais cinco (35,7%) possuem mais de uma pessoa que recebe o benefício. Em cinco famílias (35,7%) duas pessoas na família recebem o seguro-defeso. Quando pensamos no número total de pescadores entrevistados, que é de 33 temos que 19 deles recebem o seguro-defeso, isto é, 57,6%. Este valor que representa pouco mais da metade dos pescadores pode estar relacionado ao fato de que muitos pescadores não possuem o registro profissional de pesca, porque são registrados com outras profissões (marinheiro, por exemplo) ou porque são aposentados.

Tanno (2009) observou que para a vila de pescadores do Maciel, 58,6% das famílias conta com esse auxílio, sendo que há famílias em quase todas as faixas de renda que recebem o seguro defeso. O mesmo foi observado para o caso da Ilha do Mel, pois, conforme o gráfico 12, o seguro defeso esteve distribuído por quase todas as classes de salário, com a única exceção sendo a classe de mais de nove salários mínimos mensais. Vale ressaltar que o seguro defeso só é pago aos pescadores durante três meses no ano, portanto este gráfico só representa a renda das famílias no que diz respeito a estes mesmos meses, ou seja, não representa o ano inteiro.

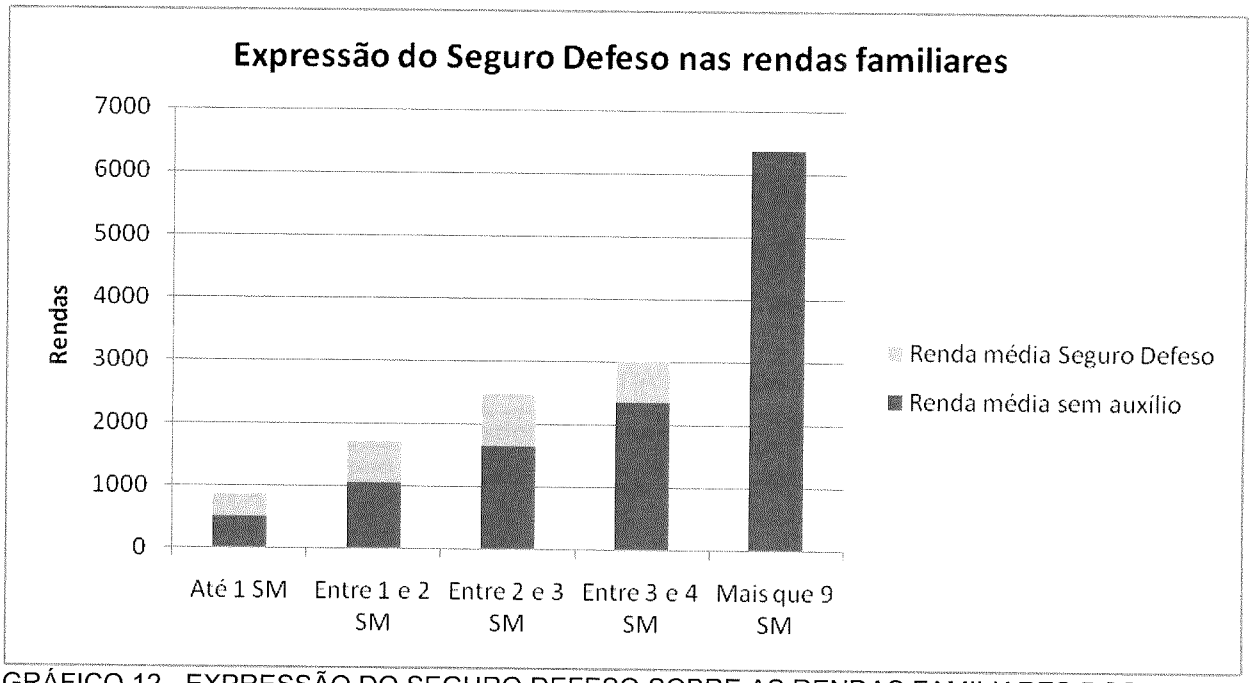

GRÁFICO 12 - EXPRESSÃO DO SEGURO DEFESO SOBRE AS RENDAS FAMILIARES DOS PESCADORES DA ILHA DO MEL, 2010.
FONTE: Pesquisa de Campo (2010).

6. 8 OS PESCADORES DA ILHA DO MEL

Fuzetti encontrou em 2007, 98 pescadores em toda a Ilha do Mel, dos quais 43 eram moradores da vila de Encantadas e 21 da vila da Ponta Oeste. No presente trabalho foram entrevistados os pescadores dessas duas vilas da ilha, atingindo um total de 33 pescadores entrevistados, o que é equivalente a 51,6% dos pescadores destas duas vilas, isto se o número de pescadores não diminuiu nestes últimos três anos, já que se acredita que muitos pescadores deixem a pesca para trabalhar com o turismo.

Dos pescadores entrevistados, 81,8% é do sexo masculino e 18,2% do sexo feminino. As idades variaram entre 28 e 64 anos, com média de 49,3 anos, sendo que a faixa etária de maior incidência (39,4%) é a que vai de 55 a 64 anos, tanto para homens (30,3%) quanto para mulheres (9,1%). A segunda faixa etária mais abundante é a de 35 a 44 anos para os homens (24,2%) e de 45 a 54 para as mulheres (6,1%) (TABELA 39).

Segundo Fuzzeti, os pescadores da Ilha estão representados na sua maioria (93,02%) por homens e algumas mulheres (6,98%). Com uma média de idade de

45,28 anos. A autora pode ter observado essa menor incidência de pescadoras devido ao fato de que estudou todas as vilas da ilha, ou seja, observou as pescadoras de forma mais distribuída. Como o presente trabalho abordou somente duas destas vilas, Encantadas e Ponta Oeste, onde a última é exclusivamente pesqueira, ou seja, todas as mulheres que moram nesta vila são pescadoras, justifica-se assim a maior ocorrência de pescadoras no estudo.

TABELA 39 - FAIXA ETÁRIA DOS PESCADORES DA ILHA POR SEXO EM 2010.

Faixa etária dos pescadores por sexo						
	Homem		Mulher		Total	
	Q	%	Q	%	Q	%
25 a 34	3	9,1	0	0	3	9,1
35 a 44	8	24,2	1	3,0	9	27,3
45 a 54	6	18,2	2	6,1	8	24,2
55 a 64	10	30,3	3	9,1	13	39,4
Total	**27**	**81,8**	**6**	**18,2**	**33**	**100**

FONTE: Pesquisa de Campo (2010).

Quanto ao número de anos dedicados à pesca por cada pescador, encontramos valores que variam de 13 a 58 anos, com uma média de 35,5 anos. Quando comparamos esse valor com a média de idade dos pescadores, obtemos uma média de idade em que o pescador se iniciou na atividade pesqueira, a qual ficou em torno de 13,8 anos. Já Fuzetti (2007) obteve uma média de tempo na atividade de 15,84 anos. Essa grande diferença entre a média obtida pela autora e pelo presente trabalho, mais uma vez pode estar relacionada ao fato de este ter incluído apenas duas vilas, onde em uma delas (Ponta Oeste) os moradores possuem idades superiores a 50 anos.

Ao observarmos a faixa de anos dedicados à atividade pesqueira, podemos constatar que a maioria dos pescadores (36,4%) pesca há 40 e 49 anos, seguidos pelos que pescam há 30 e 39 anos (24,2%). Esses valores evidenciam que os jovens pouco se interessam pela atividade pesqueira, uma vez que não foi encontrada nenhuma pessoa que pesca há menos de 10 anos. Porém foram encontrados sete pescadores (21,2%) que pescam há 10 e 19 anos, o que significa que a geração que vai mais ou menos dos 25 aos 35 anos ainda dedica-se à atividade pesqueira ou que alguns pescadores começaram a pescar há pouco tempo (TABELA 40).

TABELA 40 - TEMPO EM ANOS DEDICADO À ATIVIDADE PESQUEIRA PELOS PESCADORES DA ILHA DO MEL, 2010.

Anos de pesca		
	Q	%
10 a 19 anos	7	21,2
20 a 29 anos	2	6,1
30 a 39 anos	8	24,2
40 a 49 anos	12	36,4
50 a 59 anos	4	12,1
Total	33	100

FONTE: Pesquisa de Campo (2010).

Sete pescadores (21,2%) realizam a pesca como atividades secundária, 25 (75,8%) realizam como atividade principal e um pescador (3%) realiza a pesca como sua terceira atividade. Foram todos considerados pescadores, pois apesar de em alguns casos a pesca não constituir a principal atividade geradora de renda, em todas as vezes que foi citada ela representa uma renda para a família, portanto não foi encontrado nenhum pescador que pesca apenas para auto-consumo, no entanto todos os que pescam reservam parte da sua captura ao consumo familiar.

Dos 25 pescadores que pescam como atividade principal, oito (32%) possuem atividades secundárias, das quais, todas estão relacionadas ao turismo, são elas: camping, bar, restaurante, caseiro, guia local, barqueiro e carregador de material (faz transporte do material de construção do continente até a ilha).

Os sete pescadores que realizam a pesca como atividade secundária, seis (85,7%) possuem atividades primárias relacionadas ao turismo (loja, carreto, restaurante, pousada e travessia) e um (14,3%) possui como atividade principal o conserto de redes de pesca.

O pescador que possui a pesca como sua terceira atividade remunerada, pratica a pesca somente durante a época da tainha, porém, nestes meses a pesca contribui com a renda de sua família. Este possui como atividade primária a coleta de lixo e como secundária o serviço de carreto de bagagem, que por sua vez consiste em uma atividade associada ao turismo.

6. 8. 1 Participação na Colônia de Pesca

Dos 33 pescadores entrevistados, 27 (81,8%) afirmaram participar ou já ter participado da colônia de pescadores (Colônia Z 1 de Paranaguá) e seis (18,2%) disseram nunca ter participado. Quando perguntados sobre o ano de filiação à Colônia, a maioria (29,6%) respondeu que começou a participar da Colônia entre os anos de 1981 e 1990, seguidos pelos que se filiaram entre 1971 e 1980 e entre 1991 e 2000, ambas as categorias com 25,9%. Nota-se que para dois pescadores (7,4%), um de cada vila, a filiação na colônia tem mais de 40 anos. E para três pescadores (11,1%) a filiação é mais recente de 2001 a 2010 (TABELA 41).

TABELA 41 - ANO DE FILIAÇÃO DOS PESCADORES À COLÔNIA DE PESCA. ILHA DO MEL, 2010.

Ano de filiação à Colônia de pescadores		
	Q	%
1960 a 1970	2	7,4
1971 a 1980	7	25,9
1981 a 1990	8	29,6
1991 a 2000	7	25,9
2001 a 2010	3	11,1
Total	27	100,0

FONTE: Pesquisa de Campo (2010).

Dos 27 pescadores que disseram algum dia ter se filiado à Colônia, dois (7,4%) já se desligaram. Por motivos que não foram esclarecidos, mas que podem estar relacionados ao fato de receberem aposentadoria.

6. 8. 2 Divisão de gênero nos trabalhos da pesca

Alguns trabalhos relacionados à atividade pesqueira são realizados somente por homens ou somente por mulheres. Foi observado que as atividades exercidas apenas pelos homens são: venda de pescado, fabricação e conserto de rede e fabricação e conserto de embarcação. Apenas o descasque do camarão é realizado exclusivamente pelas mulheres. As demais atividades (pesca mar a fora, pesca na praia, pesca na baía, coleta de siri, coleta de marisco e limpeza de peixe) são realizadas por ambos os sexos (TABELA 42).

TABELA 42 - ATIVIDADES RELACIONADAS À PESCA POR VILA E SEXO. ILHA DO MEL, 2010.

Atividades	Sexo	
	Homens	Mulheres
Pesca mar a fora	X	X
Pesca dentro da baía	X	X
Pesca na praia	X	X
Venda do pescado	X	
Fabricação e conserto de redes	X	
Fabricação e conserto de embarcações	X	
Coleta de siri	X	X
Coleta de marisco	X	X
Limpeza de peixe	X	X
Descasque de camarão		X

FONTE: Pesquisa de Campo (2010)
NOTA: Em cinza as atividades realizadas por ambos os sexos.

Vale lembrar que, nos dias de hoje, não acontece em nenhuma das vilas a fabricação de redes e embarcações, salvo raras exceções. Os entrevistados afirmam que esses materiais são comprados prontos.

Segundo os moradores da Ponta Oeste, está para ser implantado na vila, ainda este ano, o cultivo de ostras em regime de economia familiar, que deve utilizar mão-de-obra de ambos os sexos.

6. 8. 3 Relações de produção e distribuição na pesca

Vinte e cinco (75,8%) dos trinta e três pescadores estudados são proprietários de alguma embarcação, as quais foram divididas entre as seguintes classes: canoa a remo, canoa de madeira a motor e embarcação de tábua (bote, baleeira, bateira). Seis pescadores (24%) são proprietários de duas embarcações. Porém três embarcações possuem dois proprietários, de maneira que o total de embarcações é de 27. Assim distribuídas: quinze embarcações de tábua (55,6%), onze canoas a remo (40,7%) e uma canoa de madeira a motor (3,7%).

Das 27 embarcações, cinco possuem co-proprietários (18,5%), são elas três embarcações de tábua (60%), uma canoa de madeira a motor (20%) e uma canoa a

remo (20%). Dos co-proprietários, todos são familiares do proprietário da embarcação, sendo que quatro (80%) destes moram na mesma casa, ou seja, dividem a mesma renda familiar.

Sete pescadores (28%) possuem apenas uma embarcação a remo, doze (48%) possuem apenas uma embarcação a motor, três (12%) possuem uma embarcação a remo e uma a motor, um (4%) possui duas embarcações a remo e dois possuem duas embarcações a motor (8%) (TABELA 43).

TABELA 43 - NÚMERO DE PESCADORES PROPRIETÁRIOS DE EMBARCAÇÃO POR TIPO DE EMBARCAÇÃO. 2010.

	N° de pescadores (%)
Apenas uma embarcação a remo	7 (28%)
Apenas uma embarcação a motor	12 (48%)
Uma embarcação a remo e uma a motor	3 (12%)
Duas embarcações a remo	1 (4%)
Duas embarcações a motor	2 (8%)
Total	25 (100%)

FONTE: Pesquisa de Campo (2010).

O valor atual das canoas a remo vai de R$ 100,00 a R$ 3.000,00, com uma média de R$ 1.236, 36. A faixa de preço onde a maioria das canoas a remo se encaixou foi a que vai até R$ 1.000,00, com 54,5% das embarcações desse tipo (TABELA 44).

As embarcações de tábua variaram de R$ 4.000,00 a R$ 15.000,00, com uma média de R$ 9.433,33, sendo que a faixa de preço cuja maioria dessas embarcações pertence é a de R$ 10.000,00 ou mais, com 53,3% do total.

A única canoa de madeira a motor encontrada possui um valor atual referente a R$ 30.000,00, sendo esta a embarcação de maior valor nas duas vilas.

Dessa forma, as canoas a remo representam as embarcações mais baratas e a canoa de madeira a motor consiste na embarcação mais cara de propriedade dos pescadores entrevistados.

TABELA 44 - FAIXA DE PREÇO ATUAL DAS EMBARCAÇÕES SEGUNDO TIPO DE EMBARCAÇÃO. ILHA DO MEL, 2010.

Valor atual das embarcações			
Faixa de preço	**Canoa a remo**	**Embarcação de tábua**	**Canoa de madeira a motor**
Até R$ 1.000,00	6 (54,5%)	0	0
Entre R$ 1.000,00 e R$ 3.000,00	3 (27,5%)	0	0
Entre R$ 5.000,00 e R$ 7.000,00	0	5 (33,3%)	0
Entre R$ 8.000,00 e R$ 10.000,00	0	1 (6,7%)	0
R$ 10.000,00 ou mais	0	8 (53,3%)	1 (100%)

FONTE: Pesquisa de Campo (2010).

A pesca geralmente é realizada usando a mão-de-obra familiar, porém ocorrem alguns casos em que os pescadores trabalham como quinhoeiros. Sendo assim, se 25 é o número total de proprietários de embarcações, observa-se que somente um proprietário não sai a pescar na sua própria embarcação, pois esta é uma canoa a remo, ou seja, não é adequada para diversos tipos de pesca, sendo usada geralmente para o pescador se deslocar de sua embarcação a motor até a praia.

Dezesseis pescadores pescam como quinhoeiros (48,5%), dos quais oito possuem (50%) algum tipo de embarcação e oito (50%) não possuem. Desses oito que possuem embarcação, um (12,5%) pesca exclusivamente como quinhoeiro, este é aquele proprietário da canoa a remo citada anteriormente. Dezessete (51,5%) é o número de pescadores que não pesca como quinhoeiro, utilizando exclusivamente a sua própria embarcação.

Quatro (66,7%) das seis pescadoras encontradas possui alguma embarcação. Todas as mulheres que pescam saem a pescar com seus maridos, o que não quer dizer que todas sejam quinhoeiras, já que a maioria delas é dona de algum tipo de embarcação. Foram encontradas quatro mulheres (66,7%) que trabalham como quinhoeiras. Ou seja, duas pescadoras (33,3%) são quinhoeiras, mas ao mesmo tempo são proprietárias de alguma embarcação.

Os quinhoeiros saem a pescar, em sua maioria (89,5%), em embarcações de familiares (de pai a cunhado) e apenas dois deles (10,5%) pescam com não-familiares, neste caso, dizem pescar na embarcação de amigos.

A captura a qual os pescadores dedicam-se mais é a de peixes (78,8%), seguida pela de peixe e camarão (21,2%). Durante seu estudo na Ilha do Mel,

Fuzetti (2007) acompanhou 105 desembarques em toda a ilha, mas não observou em nenhum deles o desembarque de camarão. Já os peixes foram os recursos mais abundantes em termos de biomassa capturada.

6. 8. 4 Outras ocupações

Foi perguntado aos pescadores quê outras atividades econômicas eles já exerceram além da pesca. Essas não apresentaram nenhum padrão, ou seja, dos 27 (81,8%) pescadores que já realizaram outras atividades além da pesca, foram encontrados 23 tipos de atividades, sendo que destas, apenas sete (30,4%) podem ser associadas ao turismo (comércio em geral, travessia, artesanato e carregador de material). As demais atividades variaram desde cobrador de ônibus, porteiro e frentista, até enfermeira e contador. As atividades citadas mais de uma vez foram: camping, carregador de material, marinheiro e barqueiro.

Dos 27 pescadores que já realizaram alguma atividade fora da pesca, 14,8% (quatro pescadores) tiveram dois empregos além da pesca e 3,7% (apenas um pescador) citou três empregos. Estes outros empregos citados foram: acompanhante de caminhoneiro, barqueiro, catador de lixo, trabalho em uma empreiteira de tubulação e coleta de resíduos do navio Vicuña.

Quanto ao tempo dedicado a estas atividades, temos uma média de 9,3 anos para os 27 primeiros trabalhos citados. Os quatro outros trabalhos mencionados pelos pescadores foram realizados em média durante 2,8 anos e o único trabalho que foi citado como a terceira atividade exercida pelo pescador foi realizada durante apenas um ano.

Porém ao analisarmos o tempo médio dedicado à pesca, que é de 35,5 anos, percebemos que a pesca, dentre todos os trabalhos já exercidos pelos pescadores, é a atividade mais permanente na vida dos mesmos.

No que diz respeito às localidades onde os pescadores realizaram estas atividades, encontramos que a própria Ilha, neste caso qualquer uma das vilas, é o local onde a maioria dos pescadores exerceu outras atividades (45,5%). Em segundo temos Paranaguá com 30,3%, sendo que todos os moradores da Ponta

Oeste que já tiveram outros empregos além da pesca foram empregados em Paranaguá. Com relação às segundas atividades citadas pelos pescadores, a maioria delas (50%) também foi exercida na própria ilha. E a terceira atividade, que como citado anteriormente, se trata da coleta de resíduos do navio Vicuña foi realizada no entorno da Ilha do Mel (TABELA 45).

TABELA 45 - LOCALIDADES ONDE FORAM REALIZADAS AS ATIVIDADES FORA DA PESCA PELOS PESCADORES DA ILHA DO MEL.

Localidades	Atividades		
	Primeira	Segunda	Terceira
Ilha	15 (45,5%)	2 (50%)	1 (100%)
Curitiba	3 (9,1%)	0	0
Paranaguá	10 (30,3%)	1 (25%)	0
Outros estados	0	1 (25%)	0

FONTE: Pesquisa de Campo (2010).

6. 8. 5 Rendas dos pescadores

Nesse capítulo serão abordadas as rendas oriundas somente através da atividade pesqueira, independente se esta foi realizada como atividade primária ou secundária. Sendo assim temos que nos melhores meses do ano os pescadores possuem rendas variando entre R$ 100,00 e R$ 5.000,00, com um valor médio de R$ 750,91, que corresponde a um pouco mais do que um salário mínimo para o estado do Paraná. Ocorreu uma diferença muito significativa entre as rendas dos pescadores nos melhores e nos piores meses do ano ($p<0,005$).

Nos meses menos rentáveis para a atividade pesqueira, a faixa de renda dos pescadores ficou entre R$ 0 e R$ 500,00. Ou seja, a pesca é uma atividade incerta, pois pode variar da renda zero até R$ 5.000,00 (melhores meses).

A média de renda nos piores meses do ano é de R$ 191,82, valor este que não chega a atingir nem meio salário mínimo (TABELA 46).

TABELA 46 - RENDA MÉDIA, MÍNIMA E MÁXIMA NOS MELHORES E PIORES MESES DO ANO DOS PESCADORES DA ILHA DO MEL, 2010.

	Melhores meses	Piores meses
Renda média	R$ 750,91	R$ 191,82
Renda mínima	R$ 100,00	R$ 0
Renda máxima	R$ 5.000,00	R$ 500,00

FONTE: Pesquisa de Campo (2010).

Os piores meses do ano para retirada de renda da pesca, segundo percepção dos pescadores, são: janeiro (25,7%), fevereiro (16,2%) e junho (12,2%). Já os piores meses para obtenção de renda são: junho (15,9%), julho (17,5%) e agosto (38,1%) (TABELA 47). Percebe-se que o mês de junho é considerado por alguns pescadores como o melhor mês do ano (12,2%) ao mesmo tempo em que é considerado por outros como o pior (15,9%), este fato deve estar relacionado ao período de safra da tainha.

TABELA 47 - MELHORES E PIORES MESES PARA A OBTENÇÃO DE RENDA DA PESCA SEGUNDO OS PESCADORES DA ILHA DO MEL, 2010.

Meses	Melhores		Piores	
	Q	%	Q	%
Janeiro	19	25,7	2	3,2
Fevereiro	12	16,2	0	0
Março	2	2,7	2	3,2
Abril	0	0	2	3,2
Maio	3	4,1	2	3,2
Junho	9	12,2	10	15,9
Julho	5	6,8	11	17,5
Agosto	3	4,1	24	38,1
Setembro	2	2,7	6	9,5
Outubro	1	1,4	4	6,3
Novembro	8	10,8	0	0
Dezembro	10	13,5	0	0

FONTE: Pesquisa de Campo (2010)

Em 2007 a renda dos pescadores variou entre R$ 200,00 e R$ 2.000,00, com uma média de R$ 425,00 para os que só pescam (FUZETTI, 2007). Vale lembrar que a autora estudou todas as vilas da ilha.

Se fizermos uma média entre os melhores e piores meses do ano, temos uma renda de R$ 471,36, ou seja, bem próxima da renda média observada por Fuzetti (2007) em 2007.

A renda média mensal obtida pelos pescadores da Ilha do Mel somente com a atividade pesqueira é de R$ 471,36, que se for retirada da renda familiar média que é de R$ 1839,54, temos que a renda que é obtida pelos outros membros da família, que não o pescador é de R$ 1368,18 mensais, sendo assim, a pesca é responsável por produzir 25,6% da renda familiar total. Portanto, podemos dizer que as outras atividades além da pesca são muito importantes para a manutenção da família.

6. 9 MIGRAÇÕES

De todas as famílias estudadas, apenas três (11,5%) não pode ser considerada como nativa da Ilha do Mel, mas seus membros moram na ilha a mais 20 anos no caso da família de Encantadas e a mais de 40 anos no caso das famílias da Ponta Oeste. Estas três famílias, apesar de não serem compostas por nativos da ilha, têm na pesca sua única fonte de renda.

Foram encontradas 14 famílias (53,8%) onde, ambos os chefes de família (pai e mãe) são nativos. As demais famílias possuem um ou mais membros nativos, porém aconteceu em várias famílias (30,8%) de o pescador ser nativo e a sua esposa ser "de fora" e em uma família (3,8%) de a pescadora ser nativa e o marido "de fora".

As mulheres vindas de fora moram na ilha há cinco anos ou mais, sendo que a maioria (50%) foi morar na ilha entre 10 e 20 anos atrás. O marido vindo de fora da ilha mora no local há pelo menos 40 anos.

Entre todas as famílias e pessoas que vieram de fora, a maioria tinha moradia anterior na cidade de Curitiba (41,7%) e dentre as razões para terem ido morar na ilha estão principalmente a oferta de trabalho (41,7%), seguido pelos que foram "casar", com 33,3%.

6. 9. 1 Entre atividades exercidas

Até o início da década de 80 as famílias que viviam na ilha baseavam-se nas seguintes atividades: pesca, roça, venda de pães e bolos e venda de samambaias. A venda de samambaiais consistia na coleta desse produto na mata e posterior venda na cidade de Paranaguá, principalmente no feriado de finados (dois de novembro).

Das famílias estudadas, quinze viviam exclusivamente da atividade pesqueira (60%), sete viviam de pesca e roça (28%), duas da pesca, roça e venda de samambaias (8%) e uma vivia da pesca e venda de pães e bolos (4%).

Após 1980, devido às mudanças ocorridas na ilha quanto à infra-estrutura e inserção do turismo, as famílias passaram a se dedicar a outras atividades econômicas. Dentre as quais foram citadas as relacionadas ao turismo, o serviço público e o serviço na estiva. 68% das famílias passaram a se dedicar também ao turismo, 8% ao serviço público e 4% a estiva, porém foram encontradas cinco famílias (20%) que afirmaram não terem atribuído nenhum novo trabalho à sua rotina.

6. 9. 2 Venda de terrenos e casas

Treze (50%) das vinte e seis famílias venderam algum terreno ou casa que possuíam na ilha. Dessas treze propriedades vendidas, quatro foram à nativos da ilha do Mel (30,8%), oito foram a turistas ou imigrantes (61,5%) e uma foi a um nativo de outra ilha do litoral paranaense (7,7%).

O preço médio de venda ficou em torno de R$ 25.000,00 enquanto que o menor valor foi de R$ 1.000,00 e o maior de R$ 80.000,00. Porém, a maioria (36,4%) dos terrenos ou casas vendidos custou aos compradores até R$ 10.000,00.

Não foi observado nenhum caso em que as casas ou terrenos foram trocados por televisões, rádios ou outros produtos, não corroborando o que foi citado pelos informantes qualificados.

6. 9. 3 Emigração

Vinte e uma famílias disseram ter algum parente que foi embora da Ilha. Para cada uma destas famílias foi citado um (28,6%) parente, dois (33,3%), três (19%), quatro (4,8%), e seis ou mais (14,3%) parentes que foram embora da ilha (TABELA 48). Na Ponta Oeste todas as famílias possuem mais de três parentes que foram embora da vila. Foi encontrado então, um total de 58 pessoas que migraram para fora da ilha, no entanto, devido à alta taxa de parentesco entre os moradores da ilha, pode ser que muitas famílias refiram-se às mesmas pessoas.

TABELA 48 - QUANTIDADE DE PARENTES QUE FORAM EMBORA DA ILHA POR FAMÍLIA.

Parentes que foram embora da vila						
	Encantadas		Ponta Oeste		Total	
	Q	%	Q	%	Q	%
Um	6	28,6	0	0	6	28,6
Dois	7	33,3	0	0	7	33,3
Três	2	9,5	2	9,5	4	19,0
Quatro	0	0	1	4,8	1	4,8
Seis ou mais	0	0	3	14,3	3	14,3
Total	**15**	**71,4**	**6**	**28,6**	**21**	**100**

FONTE: Pesquisa de Campo (2010).

A classe de anos em que a maioria dos parentes foi embora da ilha é a que vai de 1981 a 1990, com 46,6% do total (TABELA 49), evidenciando que os parentes dos pescadores migraram da ilha principalmente após o período de implantação das Unidades de Conservação.

TABELA 49 - CLASSES DE ANO EM QUE OCORRERAM AS MIGRAÇÕES DE PARENTES DOS PESCADORES DA ILHA.

Ano da emigração	Quantidade de emigrantes	
	Q	%
1960 - 1970	4	6,9
1971 - 1980	10	17,2
1981 - 1990	27	46,6
1991 - 2000	9	15,5
2001 - 2010	8	13,8
Total	**58**	**100,0**

FONTE: Pesquisa de Campo (2010).

Dentre os motivos pelos quais os parentes dos pescadores da ilha foram embora estão: casar (25,9%), trabalhar (41,4%), estudar (25,9%), porque a pesca fracassou (5,2%) e outros (1,7%), conforme a tabela 50.

TABELA 50 - MOTIVO PELOS QUAIS OCORRERAM AS MIGRAÇÕES DOS PARENTES DE PESCADORES DA ILHA DO MEL.

Motivos para emigração	Quantidade de emigrantes	
	Q	%
Casar	15	25,9
Trabalhar	24	41,4
Estudar	15	25,9
Pesca fracassou	3	5,2
Outros	1	1,7
Total	**58**	**100**

FONTE: Pesquisa de Campo (2010).

A maioria (67,2%) dos parentes citados migrou para Paranaguá, seguidos pelos que foram para Curitiba (22,4%). As demais localidades citadas foram: Pontal do Paraná (5,2%), Nova Brasília (1,7%) e outro país (3,4%). Observa-se que dos 32 parentes que foram embora da Ponta Oeste, 50% foi morar em Paranaguá (TABELA 51).

TABELA 51 - LOCALIDADES PARA ONDE FORAM OS EMIGRANTES PARENTES DOS PESCADORES DA ILHA DO MEL.

Localidades para onde migraram	**Quantidade de emigrantes**	
	Q	%
Paranaguá	39	67,2
Pontal do Paraná	3	5,2
Curitiba	13	22,4
Nova Brasília	1	1,7
Outro país	2	3,4
Total	**58**	**100**

FONTE: Pesquisa de Campo (2010).

Conforme a tabela 52, a faixa de idade em que a maioria dos emigrantes parentes dos pescadores encontra-se atualmente é a que vai de 31 a 40 anos, com 31% do total, seguida pela que vai de 20 a 30 anos, com 24,1%. Porém, podemos observar que ocorreu certa distribuição dos imigrantes por entre as demais faixas etárias.

TABELA 52 – IDADE ATUAL DOS EMIGRANTES PARENTES DOS PESCADORES DA ILHA DO MEL.

Idade atual	**Numero de Emigrantes**	
	Q	%
Até 20 anos	2	3,4
20 a 30 anos	14	24,1
31 a 40 anos	18	31,0
41 a 50 anos	6	10,3
51 a 60 anos	10	17,2
mais de 60 anos	8	13,8
Total	**58**	**100**

FONTE: Pesquisa de Campo (2010).

Já as atividades que os emigrantes realizam atualmente são: pesca (8,6%), do lar (19%), aposentado (10,3%), estudante (3,4%), empregada doméstica (8,6%), falecido (5,2%), comércio (20,7%), serviço público (6,9%), barqueiro (3,4%) e outros (13,8%). Nota-se que as atividades são bem variadas e não apresentam um padrão,

exceto pelo trabalho no comércio que ocupa 20,7% dos emigrantes atualmente (TABELA 53). Vale lembrar que nem todas as atividades citadas são remuneradas.

TABELA 53 - OCUPAÇÃO ATUAL DOS EMIGRANTES PARENTES DOS PESCADORES DA ILHA DO MEL.

Ocupação atual	**Quantidade de emigrantes**	
	Q	%
Pesca	5	8,6
Do lar	11	19,0
Aposentado	6	10,3
Estudante	2	3,4
Empregada doméstica	5	8,6
Falecido	3	5,2
Comércio	12	20,7
Serviço público	4	6,9
Barqueiro	2	3,4
Outros	8	13,8
Total	**58**	**100**

FONTE: Pesquisa de Campo (2010).

6. 9. 4 Imigração

Das 26 famílias entrevistadas, dez (38,5%) citaram que algum parente voltou a morar na ilha, o que equivale a um total de treze pessoas. Sendo assim, se analisarmos os parentes que foram embora, temos que apenas 22,4% deles retornaram.

Esses imigrantes retornaram para a ilha a partir de 1990, isto é, quando já havia sido instalada no local a rede de energia elétrica. A maioria retornou a ilha nos anos entre 1990 e 2000 (69,2%), sendo que os demais retornaram em um período mais recente, entre 2001 e 2010 (30,8%) (TABELA 54).

TABELA 54 - ANO EM QUE OS IMIGRANTES PARENTES DOS PESCADORES VIERAM A MORAR NA ILHA.

Ano que veio	**Quantidade de emigrantes**	
	Q	%
1990 - 2000	9	69,2
2001 - 2010	4	30,8
Total	**13**	**100**

FONTE: Pesquisa de Campo (2010).

Observa-se que a maioria das pessoas que retornaram veio de Paranaguá, com 69,2% do total e de Curitiba, com 23,1%. Para a vila da Ponta Oeste, todos os imigrantes vieram de Paranaguá (TABELA 55). Porém ocorreu também uma pessoa que retornou de outro país, constituindo 7,7% do total de imigrantes.

TABELA 55 – LOCALIDADES DE ONDE VIERAM OS IMIGRANTES PARENTES DOS MORADORES DA ILHA DO MEL.

De onde veio	Quantidade de emigrantes	
	Q	%
Paranaguá	9	69,2
Curitiba	3	23,1
Outro país	1	7,7
Total	13	100

FONTE: Pesquisa de Campo (2010).

Não houve um padrão na faixa de idade dos imigrantes, sendo que 30,8% deles possuem atualmente idades entre 31 e 40 anos e iguais 30,8% estão na faixa etária que vai de 41 a 50 anos, 23,1% possuem entre 20 e 30 anos, 7,7% possuem entre 51 e 60 anos e os demais 7,7% tem mais de 60 anos (TABELA 56).

TABELA 56 - FAIXA ETÁRIA DOS IMIGRANTES PARENTES DOS PESCADORES DA ILHA DO MEL.

Idade atual	Quantidade de imigrantes	
	Q	%
20 a 30 anos	3	23,1
31 a 40 anos	4	30,8
41 a 50 anos	4	30,8
51 a 60 anos	1	7,7
mais de 60 anos	1	7,7
Total	**13**	**100**

FONTE: Pesquisa de Campo (2010).

No que diz respeito ao motivo pelos quais os parentes voltaram para ilha, foram citados: desemprego (23,1%), falta de adaptação (7,7%), casar (15,4%), se separou (23,1%), terminou o estudo (7,7%), trabalhar (15,4%), ficar com a família (7,7%). Portanto os motivos para retorno dos moradores também não apresentaram um padrão (TABELA 57).

TABELA 57 – MOTIVO PELO QUAL OS IMIGRANTES PARENTES DOS PESCADORES VIERAM PARA A ILHA DO MEL.

Porque veio	**Quantidade de imigrantes**	
	Q	%
Ficou desempregado	3	23,1
Não se adaptou	1	7,7
Casar	2	15,4
Se separou	3	23,1
Terminou estudo	1	7,7
Trabalhar	2	15,4
Ficar com a família	1	7,7
Total	13	**100**

FONTE: Pesquisa de Campo (2010).

6. 10 Visão de mudanças

Neste item são abordadas as percepções dos pescadores e suas famílias quanto às mudanças que ocorreram na ilha. A maioria das famílias da vila acredita que a vida melhorou nos últimos 30 anos, porém algumas citaram que a vida na vila continua igual, isso é, nem melhor nem pior e outras acreditam que a vida piorou.

As vinte famílias (76,9%) que dizem que a vida melhorou, afirmam que esta melhora se deu quanto à: vinda do turismo (15,4%); infra-estrutura (34,6%), isto é: luz, água e transporte; oferta de emprego (15,4%); saúde e educação (19,2%); e evolução dos instrumentos de pesca (15,4%). Vale lembrar que algumas famílias citaram mais de um motivo, totalizando 26 respostas.

Três famílias acreditam que a vida na ilha piorou (11,5%), sendo que todas estas são moradoras da Ponta Oeste. Outras três famílias acreditam que a vida está igual (11,5%), são estas duas da Ponta Oeste e uma de Encantadas. A única família que citou a introdução das drogas na ilha é da vila de Encantadas. Os motivos para a vida ter permanecido a mesma ou ter piorado, se deram quanto à: fracasso da pesca (27,3%), falta de infra-estrutura (45,5%), pressão do IAP (18,2%) e introdução das drogas (9,1%).

6. 11 Visão do futuro

Esse capítulo corresponde às expectativas dos moradores de cada vila estudada, quanto ao futuro dos jovens da vila e do futuro da própria vila. Vale lembrar que se trata apenas da visão dos informantes entrevistados, não demonstrando a opinião da pesquisadora.

6. 11. 1 Encantadas

Segundo a visão dos moradores da vila entrevistados, os jovens nativos querem permanecer na ilha e se dedicar a outras atividades que não a pesca, estas seriam as atividades relacionadas ao turismo e o funcionalismo público. Já as jovens nativas teriam mais interesse de estudar e trabalhar tanto na ilha, com o turismo, quanto fora dela, porém muitas delas também teriam expectativas de casar-se na ilha mesmo e continuar a viver lá.

Portanto as expectativas que os nativos têm são de seguirem suas vidas se dedicando principalmente as atividades turísticas, pois a pesca, segundo eles, é um trabalho muito puxado e incerto. Além disso, não existe na vila, depois do ensino na escola nenhum outro tipo de curso que encaminhe os jovens para o mercado de trabalho. Um dos entrevistados fez o seguinte comentário:

> *"Não vão voltar prá pesca. A vida de pescador é muito difícil, acorda cedo, passa o dia inteiro e não acha nada."* (Homem, 59 anos)

Quanto ao futuro da vila, os entrevistados acreditam que este depende do governo e dos possíveis investimentos ou proibições a serem estabelecidos por ele. Porém dizem que a vila possui uma boa estrutura quando comparada a alguns bairros de Paranaguá. No que diz respeito à dependência do governo, uma das informantes citou que:

> *"Se depender do IAP, eles vão é tirar a gente daqui"* (mulher, 55 anos)

6.11.2 Ponta Oeste

Já na vila da Ponta Oeste, os entrevistados acreditam que com o início das atividades de cultivo na vila, os jovens possam retornar à comunidade, uma vez que

passarão a ter uma alternativa de emprego. Segundo os informantes, muitos dos jovens nativos da Ponta Oeste estão fazendo curso técnico em aqüicultura.

Os nativos acreditam que se houvesse um desenvolvimento turístico na vila, nem que este fosse mínimo, como a construção de um restaurante comunitário, traria novas oportunidades para os próprios moradores e para seus filhos.

Segundo os entrevistados, os moradores dessa vila não possuem expectativas de sair da vila, pois dizem que a vila é um ponto estratégico para a atividade pesqueira, onde têm acesso facilitado tanto ao mar de dentro quanto ao mar de fora.

7 CONCLUSÕES

As vilas da Ilha do Mel passaram por grandes modificações nos últimos trinta anos, seja pela introdução de luz elétrica, a expansão do turismo e a instalação de unidades de conservação. Na vila de Encantadas, a introdução do turismo modificou a vida dos moradores de modo que estes passaram a exercer outras atividades que antes não exerciam (relacionadas ao mesmo), ocorreram modificações na infra-estrutura da vila em geral e nas casas dos próprios nativos, bem como nos seus costumes e tradições. Atualmente a vila de Encantadas conta com uma grande estrutura para receber aos turistas, com muitas pousadas, bares, restaurantes, campings, mercados e lojas. A vila dispõe também dos serviços básicos de saúde e educação para atender aos moradores e de certa infra-estrutura com rede de energia elétrica, sistema de distribuição de água potável e telefones públicos e fixos nas casas.

Na vila da Ponta Oeste as modificações se deram quanto ao número de habitantes, que diminuiu consideravelmente desde a década de 80 (século XX), devido às proibições decorrentes da criação da Estação Ecológica, fazendo com que a vila fosse impedida de crescer e melhorar sua infra-estrutura, e também pela diminuição dos estoques pesqueiros. Dessa forma, muitos moradores migraram da vila para outras localidades, principalmente para a periferia de Paranaguá. Porém, alguns destes voltaram devido à dificuldade de conseguir empregos na cidade ou de se adaptar a estes, uma vez que a única profissão que lhes foi ensinada foi a pesca. Portanto voltaram para a vila e hoje em dia vivem exclusivamente da atividade pesqueira. A vila não evoluiu em nada no que diz respeito à infra-estrutura, pode-se dizer que até regrediu, pois a escola foi desativada, assim como a igreja e serviços básicos como saúde, energia elétrica e água potável não chegaram ao local. Não existe no local nenhuma casa de turista, portanto os moradores não têm a possibilidade de exercer outras atividades geradoras de renda.

Apesar de todas as mudanças pelas quais passaram as vilas, a pesca ainda representa uma atividade geradora de renda para os pescadores da Ilha do Mel, no entanto, em muitos casos, só ela não garante uma renda continuada e suficiente para manutenção da família, portanto, os pescadores acabaram recorrendo a outras

atividades, principalmente as que envolvem o turismo. Dessa forma, os pescadores da Ilha do Mel exercem a atividade pesqueira como principal fonte de renda ou como fonte secundária, exercendo outras atividades principais ou secundárias, que variam desde empregos no comércio até o serviço público.

Nota-se que a introdução do turismo na ilha fez surgir oportunidades de emprego para os nativos, que em período anterior viviam exclusivamente da renda da atividade pesqueira e de outras atividades de auto-consumo como a roça, a caça e a coleta de produtos na mata. Mas os nativos ficam relegados a empregos menos rentáveis que envolvem o turismo, como o artesanato, puxar o carreto, a venda de pães e doces, etc., e em menor escala tem empregos no funcionalismo público. Pode-se dizer então que o turismo não tirou totalmente os pescadores da pesca, e que para aqueles que continuam pescando, lhes proporciona um incremento de renda, do qual necessitam para se sustentar, já que a pesca passa por uma crise de diminuição dos estoques. Portanto, se o turismo não tivesse sido introduzido na ilha, os pescadores, possivelmente, teriam recorrido a outras atividades e talvez tivesse ocorrido até uma emigração maior do que a verificada. Vale lembrar que a Ponta Oeste é a única vila da ilha que atualmente mantêm-se exclusivamente como uma comunidade de pesca de pequena escala, mas perdeu a grande maioria de seus habitantes.

Quando a pesca é comparada com o turismo, vemos que o turismo como atividade principal demanda mais horas diárias de trabalho, mas no que diz respeito a dias por mês e meses por ano, a pesca comporta-se como uma atividade mais constante, ao contrário do turismo que teria caráter mais sazonal ou esporádico.

As rendas familiares variam muito de acordo com a época do ano, sendo que os melhores meses para obtenção de renda para as famílias da ilha são os meses do verão (dezembro, janeiro e fevereiro) e os piores meses são junho, julho e agosto. A variação de renda entre estes períodos é muito significativa ($p<0,005$). A renda média familiar ficou em torno de R$1.800,00, o que equivale a quase três salários mínimos para o estado do Paraná. Esse valor pode parecer alto, mas quando pensamos no fato de que os moradores utilizam alguns serviços da própria ilha, como mercados e padarias, que teoricamente ofertam os produtos por preços mais elevados que no continente, já que estes são destinados principalmente aos

CENTRO DE ESTUDOS DO MAR
BIBLIOTECA

turistas, as rendas podem ser insuficientes para manter toda a família. Mas também se deve considerar o número de pessoas por famílias, que neste estudo chegou a até seis membros por famílias, o que implica uma renda de apenas R$ 300,00 mensais per capita.

Os benefícios sociais também representam um aporte na renda familiar, principalmente no que diz respeito às aposentadorias, mas poucas famílias recebem este tipo de benefício.

A pesca é praticada essencialmente nos moldes de pequena escala, destinada ao mercado, porém uma pequena parte da produção é destinada ao consumo familiar. A maioria dos pescadores possui embarcação própria e utilizam mão-de-obra familiar, ainda que dois deles trabalhem como quinhoeiros na embarcação de amigos. As pescadoras mulheres, ou são donas de embarcações e saem a pescar com seus maridos, ou são quinhoeiras e saem a pescar na embarcação de seus maridos.

Os pescadores dedicam-se principalmente à captura de peixe e em menor escala à pesca de camarão. Os tipos de embarcações encontradas na vila variam desde canoas a remo até embarcações de tábua com motor (bote, baleeira e bateira).

As rendas dos pescadores variam de acordo com os meses do ano. Verificou-se que em determinados meses a renda pode não passar de zero e em outros pode atingir valores significativos, chegando a R$ 5.000,00 mensais. A renda média é de R$ 471, 36 mensais, valor este que não chega a atingir nem um salário mínimo para o estado do Paraná. Sendo assim, justifica a inserção dos pescadores ou de suas famílias em outras atividades para complementar o sustento familiar.

Percebe-se que o turismo representa uma oportunidade de renda até mesmo para as famílias que dependem somente da pesca, uma vez que os melhores meses para obtenção de renda com esta atividade são os meses de dezembro, janeiro e fevereiro, pois nesses meses os pescadores têm oportunidade de vender seus produtos diretamente aos turistas, o que permite que o façam cobrando maiores preços do que os que seriam pagos no mercado de Paranaguá. Também alegam

que no verão, devido ao tempo bom, quase que diariamente é possível sair ao mar, o que resulta em sair mais vezes por mês.

Kim (2004) fez uma análise da sustentabilidade econômica e social da Ilha do Mel e verificou que no que se refere aos indicadores ligados diretamente à economia, a atividade turística é saudável, o que não quer dizer que exista garantia de manter essa condição. Alguns fatores que alterem a demanda e/ou os lucros dessa atividade poderiam questionar ou alterar a qualidade dos serviços e mudar os agentes dominantes. Kim (2004) constatou que as modalidades de emprego e salário oferecidas não garantem a qualidade de vida da população local nativa, caracterizando uma situação de injustiça, na qual de um lado encontram-se os imigrantes e de outro os nativos, onde os primeiros se apropriam da maior parte dos benefícios decorrentes das atividades econômicas em detrimento dos segundos.

A autora cita ainda que, apesar de não chegar a extremos que questionem a sobrevivência da população, a ilha não apresenta condições de sustentabilidade social, porque o modelo de desenvolvimento recria as desigualdades e coloca em situação fragilizada aos mais pobres, que são, fundamentalmente, os nativos (KIM, 2004).

O fato é que a atividade turística na Ilha está ameaçada por problemas ambientais decorrentes do fluxo excessivo de turistas aliado à pouca capacidade de suporte das vilas, gerando problemas principalmente relacionados à falta de disponibilidade e contaminação da água. Sendo assim, o futuro da atividade turística na ilha dependeria de um plano de desenvolvimento que colocasse como foco o bem estar de sua população, se fazendo necessária a intervenção do estado para que os benefícios dessa atividade econômica sejam voltados para a comunidade local (KIM, 2004). Fala-se da atividade turística, porque, no caso da vila de Encantadas ela representa uma alternativa fundamental para os moradores que não conseguem rendas suficientes na pesca, então se os pescadores e suas famílias conseguem conciliar duas ou mais atividades geradoras de renda, pode-se dizer que a manutenção do turismo na vila contribui também para a manutenção da atividade pesqueira.

No caso da Ponta Oeste, as expectativas se dão quanto à implantação do cultivo de ostras e mexilhões na vila, que deverá consistir em uma importante fonte

de renda para os moradores e que os deixaria menos dependentes da atividade pesqueira incerta. A introdução do cultivo de ostras na vila pode fazer com que muitos moradores voltem para o local, mas deve-se lembrar que o local possui território limitado e impedido de desenvolvimento. Então, mesmo que cresça economicamente, pode continuar tendo a mesma infra-estrutura precária encontrada nos dias de hoje.

Sendo assim, as duas vilas, apesar de possuírem realidades diferentes, possuem um futuro condicionado à manutenção da qualidade ambiental na ilha, a qual está diretamente relacionada às principais atividades que mantêm essas vilas (pesca, turismo e futuro cultivo de ostra e mexilhão).

REFERÊNCIAS

AGUIRRE, L. B. L. **Plano de desenvolvimento ecoturístico da Ilha do Mel**. Projeto (Graduação em Turismo) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1996.

ANDRIGUETTO-FILHO, J. M. **Sistemas técnicos de pesca e suas dinâmicas de transformação no litoral do Paraná, Brasil**. 242 p. Tese (Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná – Université Paris 7 – Université Bordeaux 2, Curitiba, 1999.

ANDRIGUETTO-FILHO, J. M.; CHAVES, P. T.; SANTOS, C.; LIBERATI, S. A. Diagnóstico da pesca no litoral do estado do Paraná. In: ISAAC, V. J.; MARTINS, A. S.; HAIMOVICI, M.; ANDRIGUETTO-FILHO, J. M. **A pesca marinha e estuarina do Brasil no início do século XXI: recursos, tecnologias, aspectos socioeconômicos e institucionais.** Belém: Universidade Federal do Pará, 2006. p. 117-140.

ARRUDA, R. S. V. "Populações tradicionais" e a proteção dos recursos naturais em Unidades de Conservação. In DIEGUES, A. C. **Etnoconservação: novos rumos para a conservação da natureza.** 4th. ed. São Paulo: NUPAUB – USP, 2000. p. 273-290.

ATHAYDE, S. F.; TOMAZ, L. M. Áreas naturais protegidas e comunidades locais da Ilha do Mel – PR – Brasil. **Nerítica**, Curitiba, v.9(1-2), 1995. p.49-9.

BRASIL. **Decreto N° 6.040 de 07/02/2007**. Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, 2007. Disponível em: < http://ccr6.pgr.mpf.gov.br/institucional/grupos-de-trabalho/quilombos-1/povos-e-comunidades-tradicionais/07_02_2007.pdf> Acesso em: 02 dez. 2010.

BRASIL. **Lei N° 11.428 de 22/12/2002**, 2002. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11428.htm>. Acesso em: 02 dez. 2010.

BRASIL. **Lei N° 11.959 de 29/06/2009.** Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, 2009. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11959.htm> Acesso em: 02 dez. 2010.

BRASIL. Ministério da Previdência Social. **Benefícios da Previdência social**, 2010. Disponível em: < http://www.previdenciasocial.gov.br/conteudoDinamico.php?id=15> Acesso em: 22 Nov. de 2010.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Bolsa Família**, 2010. Disponível em: < http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/>. Acesso em: 22 Nov. de 2010.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Seguro Defeso**, 2010. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/seg_desemp/modalidades_artesanal.asp> Acesso em: 22 Nov. 2010.

CALDEIRA, A . G.; **Diagnóstico sócio-econômico e caracterização dos parques ostreícolas das populações tradicionais do Complexo Estuarino de Paranaguá – Paraná – Brasil: subsídios para o gerenciamento da atividade**.149p. Monografia (Graduação em Oceanografia) – Universidade Federal do Paraná, Pontal do Paraná, 2004.

CALVENTE, M. C. M. H; MARTINEZ, M. T. B.; MALDONADO, W.; FUSCALDO, W. C. Caiçaras, mestres, professores e turistas: a resistência da territorialidade em um processo de transformação do território. In DIEGUES, A. C. **Enciclopédia Caiçara: o olhar do pesquisador**. vol. 1. HUCITEC: São Paulo, 2004. p. 263-274.

CARDOSO, E. S. Geografia e a questão pesqueira: tecendo redes de investigação. **Revista bibliográfica de geografía y ciencias sociales**. vol. XII, n° 761. Universidad de Barcelona, 2007. Disponível em: < http://www.ub.es/geocrit/b3w-761.htm>. Acesso em: 20 out. 2010.

CARVALHO, J. C; NASCIMENTO, A. C. N. **O turismo comunitário como fator de desenvolvimento local: o caso da comunidade Barro Vermelho – Parnaíba/PI**. Anais... Fortaleza, 2008.

CERDEIRA, P. C. R. **A coleta do lixo reciclável na ilha do Mel, litoral do Paraná.** Curitiba: Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Paraná, 1994. 37p.

CERDEIRA, P. C. R. **Diagnóstico preliminar da situação atual da Ilha do Mel.** Curitiba: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, 1989. 25 p.

COLCHESTER, M. Resgatando a natureza: comunidades tradicionais e áreas protegidas. In DIEGUES, A. C. **Etnoconservação: novos rumos para a conservação da natureza.** 2nd ed. São Paulo: NUPAUB – USP, 2000. p. 225-256.

COOPER, C. **Turismo: princípios e prática**. 2nd ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

DIEGUES, A. C. A mudança como modelo cultural: o caso da cultura caiçara e a urbanização. In DIEGUES, A. C. **Enciclopédia Caiçara: o olhar do pesquisador.** vol. 1. HUCITEC: São Paulo, 2004. p. 21-48.

DIEGUES, A. C. **A pesca artesanal no litoral brasileiro: cenários e estratégias para sua sobrevivência**. Instituto Oceanográfico, São Paulo, 1988. 44p.

DIEGUES, A. C. **A pesca construindo sociedades: leituras em antropologia marítima e pesqueira**. São Paulo: NUPAUB – USP, 2004.

DIEGUES, A. C. Etnoconservação da natureza: enfoques alternativos. In DIEGUES, A. C. **Etnoconservação: novos rumos para a conservação da natureza**. 2nd ed. São Paulo: NUPAUB – USP, 2000. p. 01-46.

DIEGUES, A. C. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

DIEGUES, A. C. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar.** São Paulo: Ática, 1983.

ESTADO DO PARANÁ. **Lei Estadual nº 16.470, de 30/03/2010.** Salário Mínimo, 2010. Disponível em: < http://www.portalbrasil.net/salariominimo_parana_2010.htm> Acesso em: 12 nov. 2010.

ESTADO DO PARANÁ. **Lei N° 16037 de 08/01/2009**. Uso do território da Ilha do Mel, 2009. Disponível em: < http://celepar7cta.pr.gov.br/SEEG/sumulas.nsf/319b106715f69a4b03256efc00601826/51edd8cf0346a4e58325754400475c09?OpenDocument> Acesso em: 25 nov. 2010.

ESTEVES, C. J. O. **Turismo e Qualidade da Água na Ilha do Mel (Litoral do Paraná).** Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

FAO (Food and Agriculture Organization). **El estado mundial de La pesca y la aqüicultura**, 2008.

FIGUEIREDO, J. C. **Contribuição à geografia da Ilha do Mel (Litoral do Estado do Paraná**). Tese. Curitiba, 1954. 81 p.

FRANK, C. A.; FERRONATO, M. H.; ZANIN, M.; FORTUNATO, M. T. **Ilha do Mel - Terra de ninguém.** Faculdade de Direito de Curitiba, Curitiba, 1991. 99 p.

FUZETTI, L. **A pesca na Ilha do Mel (Paraná-Brasil): pescadores, atividades e recursos pesqueiros**. 120p. Dissertação (Pós-Graduação em Ciências Biológicas/ Zoologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

GEOBRASIL. **Relatório perspectivas do meio ambiente para o Brasil**. Brasília, 2001

GEP (Grupo de Estudos Pesqueiros da UNIVALI). **Nome científico de espécies marinhas,** 2010. Disponível em: < http://siaiacad04.univali.br/?page=conheca_especies_detalhes/camarao-sete-barbas>. Acesso em: 05 dez. 2010.

GONZALES, G. **Sustainable tourism: the new paradigm**. 1996.

GUHA, R. O biólogo autoritário e a arrogância do anti-humanismo. In DIEGUES, A. C. **Etnoconservação: novos rumos para a conservação da natureza**. 2nd ed. São Paulo: NUPAUB – USP, 2000. p. 81-100.

IBAMA. **Instrução Normativa n°189 de 23 de setembro de 2008.** Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/recursos-pesqueiros/wp-content/files/in_ibama_189_08.pdf>. Acesso em: 22 Nov. de 2010.

IBGE. **Contagem populacional dos municípios do litoral do Paraná**, 2007.

ICIHI (Independent Commission on International Humanitarian Issues) **Indigenous Peoples: a global quest for justice**. Londres: Zed Books, 1987.

ITCF. Instituto de Terras, Cartografia e Florestas do Paraná. **Coletânea de Legislação e documentação sobre a Ilha do Mel (1946 – 1985).** Curitiba, 1986. 100 p.

KIM, M. K. **Avaliação da sustentabilidade do modelo de desenvolvimento vigente na Ilha do Mel – PR.** 123 p. Monografia (Graduação em Ciências do Mar) – Universidade Federal do Paraná, Pontal do Paraná, 2004.

KRAEMER, M. C. **Malhas da Pobreza- Exploração do Trabalho de Pescadores Artesanais na Baía de Paranaguá.** 185 p. Dissertação de mestrado (Ciências sociais), Pontifícia universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1978.

KRAEMER, M. C. Malhas da pobreza: Exploração do trabalho de pescadores artesanais na Baía de Paranaguá. **Estante Paranista**, n.22, Curitiba, 1985. 168 p.

LAMOUR, M. R.; SOARES, C. R.; CARRILHO, J. C. Mapas de parâmetros texturais de sedimentos de fundo do Complexo Estuarino de Paranaguá – PR. **Boletim Paranaense de Geociências**, n. 55, 2004, p. 77-82. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/geociencias/article/viewFile/4286/3441>. Acesso em: 01 jul. 2009.

MALDONADO, F.; SANTOS, A. C. **Cooperativas de pescadores artesanais: uma análise sob a perspectiva teórica**. Organizações Rurais & Agroindustriais. vol. 8, número 003. Universidade Federal de Lavras. Lavras, 2006. p. 323- 333.

MCGINN, A. P. La promoción de una pesca sostenible. In: BROWN, L. R.; FLAVIN, C.; FRENCH, H. F. **La situácion del mundo.** Barcelona: Informe del WorldWatch Institute: Icaria Editorial, 1998. p. 119-152.

NETO, G. F. S.; MENDES, E. G.; BARBOSA, L. M.; CORIOLANO, L. N. M. T. **A modernização do litoral cearense e as comunidades pesqueiras: o caso de Tatajuba, Camocim – CE.** Anais... Fortaleza, 2008.

OLIVEIRA, L. A. **Mapeamento semântico do turismo sustentável: arquitetando um novo país.** Boletim técnico do SENAC, 2004. Disponível em: <http://www.senac.br/INFORMATIVO/BTS/301/boltec301b.htm>. Acesso em: 02 dez. 2010.

OMT. Organização Mundial do Turismo. **Tendencias del mercado turístico**. Madrid, 1994. Disponível em: < http://www.wtoelibrary.org/content/k553v2/fulltext?p=5627a02d038a421e809f1a1db2d0dc85&pi=0#section=7362page=1>. Acesso em: 02 dez. 2010.

PAIVA, M. P. **Recursos pesqueiros estuarinos e marinhos do Brasil.** Fortaleza: UFC, 1997. p. 287.

PARANÁ a. Instituto de Terras, Cartografia e Florestas. 1985. **Ilha do Mel: Histórico, Plano de Uso e Decreto 4.964/85.** Curitiba, 100 p.

PARANÁ b. Secretaria do Estado do Meio Ambiente. **Plano de Gestão da Ilha do Mel** – Relatório Preliminar. Curitiba, 1996. 80 p.

PARANÁ c. Secretaria do Estado do Meio Ambiente – Instituto Ambiental do Paraná. **Plano de Manejo da Estação Ecológica Ilha do Mel.** Curitiba, 1996. 206 p.

PIERRI, N. Hipóteses gerais sobre a reprodução socioeconômica das populações tradicionais de pescadores artesanais do Litoral do Paraná e sua relação com o

desenvolvimento do turismo e implantação de unidades de conservação na região. **Informe Técnico**. CEM/ UFPR, 2008.

RIOS, G. S. L. A. **A pesca artesanal como parte do setor de subsistência: sua abordagem socioecológica**. Ciência e Cultura, 4(28), 1976. p. 347 – 406.

ROCHA, F. M. R.; ARAÚJO, J. L. L.; BATISTA, M. G. S. **Desenvolvimento local: potencialidades e possibilidades da comunidade do barro Vermelho no município de Parnaíba – PI**. Anais... Fortaleza, 2008.

SANTOS – JUNIOR, O. D. S. A Ilha do Mel no contexto do desenvolvimento turístico. **Dialogando no Turismo.** vol. 2. n. 1, 2006. p. 13-25.

SEAP. **Instrução Normativa n°3, de 12 de maio de 2004**. Disponível em : <http://www.planalto.gov.br/seap>. Acesso em: 10 nov. 2010.

SEMA. Secretaria do Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. **Plano de controle ambiental e uso do solo da Ilha do Mel**. Curitiba, 2004.

SILVA, S. M. **Composição florística e fitossociologia de um trecho de floresta de restinga da Ilha do Mel, município de Paranaguá, PR.** 149 p. Dissertação de Mestrado – UNICAMP, Campinas, 1990. Disponível em: < http://lakh.unm.edu/dspace/handle/10229/55927>Acesso em: 03 nov. 2010.

SILVANO, R. A. M. **Ecologia de Três Comunidades de Pescadores do Rio Piracicaba (SP)**. Dissertação de mestrado - Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, 1997.

SPERB, M. P. **Turismo sustentável e Gestão ambiental em meios de hospedagem: o caso da Ilha do Mel**. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

SPERB, M. P.; FONTOURA, L.; TELLES, D. H. Q. **Meio ambiente e turismo na Ilha do Mel, PR: enfoque sobre a legislação aplicada.** 2007.

SPERB, M. P.; TEIXEIRA, R. M. **A gestão dos resíduos sólidos na Ilha do Mel, PR: um estudo exploratório sobre o tratamento dado por meios de hospedagem e pelo setor público**. Curitiba: IX ENGEMA, 2007.

TANNO, N. S. **Reprodução sócio-econômica da Comunidade de pescadores de pequena escala da Vila do Maciel (Baía de Paranaguá – Paraná, Brasil).** Monografia (Graduação em Oceanografia) - Centro de Estudos do Mar - Setor de Ciências da Terra – Universidade Federal do Paraná, 2009.

TAVARES, G. S. C.; ARAÚJO, J. L. L. **O turismo como propulsor para o desenvolvimento sustentável de pequenas localidades: um estudo da utilização da lagoa do Cajueiro, localizada nos municípios de Joaquim Pires e Luzilândia (PI), pelas suas comunidades de entorno**. Anais... Fortaleza, 2008.

ZAOUAL, H. Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições? Caderno **Virtual de Turismo**. vol. 8, n° 2, 2008. Disponível em: < http://www.globalgarbage.org/turismo/Do_turismo_de_massa_ao_turismo_situado__quais_as_transicoes.pdf> Acesso em: 10 nov. 2010.

APÊNDICES

APÊNDICE A – ENTREVISTA DESTINADA À INFORMANTES QUALIFICADOS

Universidade Federal do Paraná – Centro de Estudo do Mar Laboratório Sócio-ambiental Pesquisa: Reprodução sócio-econômica das comunidades pesqueiras da Ilha do Mel – PR - Ano: 2010 **Entrevistas a informantes qualificados da Ilha do Mel- VILA**	Formulário No:_____ Comunidade:_____ Data:_____ Entrevistador:_____

I. Dados Pessoais

1. Qual é o seu nome?_____
2. Sexo: F( ); M( ) Idade:_____
3. Quantos anos faz que o Sr. (a) mora nesta comunidade?_____
4. O Sr.(a) teve oportunidade de estudar? Não ( ); Sim ( )
5. Se estudou, qual o último ano de ensino formal que aprovou?
   Nível:_____Série:_____
6. O Sr. atualmente em que trabalha?_____
   _____
7. O Sr. atualmente é aposentado? ( )Não; ( )Sim, de quê?_____
   _____
8. O Sr. já ocupou ou ocupa algum cargo como representante da comunidade? ( )Não; ( )Sim, qual?
   Quando? Qual:_____
   Quando:_____
9. O Sr. já ocupou ou ocupa algum cargo como representante dos Pescadores? ( )Não; ( )Sim, qual?
   Quando? Qual:_____
   Quando:_____

II.Características da vila antes de 1980

10. Antes de 1980, quantas famílias nativas havia aproximadamente nesta vila ?_____
11. Já havia casas de turistas? NÃO ( ); SIM ( ), Quantas?_____
12. Já havia casas de pessoas de fora que vieram a morar na ilha (imigrantes)? NÃO ( );
SIM ( ), Quantas?_____
13. Onde se localizavam as casas?_____
14. Com que atividade econômica os nativos ganhavam mais dinheiro?
    _____
15. Em relação à pesca, que tipos de embarcação utilizavam?

Tipos de embarcação	Material		Motor	
	Madeira	Fibra	Com	Sem

16. Quais eram os principais produtos que pescavam? (Quadro)
17. Quais apetrechos e técnicas utilizavam para pescar cada um? (Quadro)
18. Em que locais pescavam esses produtos (praia, baia, mar aberto)? (Quadro)

Produtos	Apetrechos/técnicas	Local de pesca		
		Praia	Baia	Mar

19. As mulheres pescavam naquela época? NÃO ( ); SIM ( ) Onde, como, o que. Explique.
20. Que outras atividades vinculadas à pesca faziam as mulheres?_____
21. Que outras atividades econômicas se realizavam na vila? Faziam roça? Caçavam? Coletavam? Turismo?

- Quais eram os principais produtos de cada atividade? (Preencher quadro)
- Qual era o destino desses produtos? (O auto-consumo, a venda ou ambos) (Preencher quadro)
- Quem desenvolvia cada atividade? Principalmente os homens, ou as mulheres? (Preencher quadro)

Atividades	Principais produtos/serviços	Destino		Quem as realizava	
		Auto-consumo	Venda	Homens	Mulheres
Roça					
Caça					
Coleta					
Turismo					
Outra					
Outra					

III. Processo de transição de então ao presente (perguntas abertas, anotar aparte, gravar se possível)

22. Como foi a evolução posterior desta vila? Quais foram as principais mudanças? (Deixar relatar e anotar aparte)
22. Quando chegaram a esta vila a luz elétrica, a água potável, e o telefone?
24. Que mudanças positivas ou negativas trouxe cada um desses elementos?

	Ano	Mudanças
Luz elétrica		
Água potável		

Telefone		

25. Quando começaram a vir a esta vila os turistas (ano aprox.)? _____
26. Como foi esse processo? (eram poucos ou muitos; em que época do ano vinham?; que tipo de turistas (jovens, famílias, classe media, ricos, de onde eram); aonde ficavam?) (Tomar nota aparte)
27. O que significou a vinda dos turistas para a vila? (aspectos positivos e negativos) (Tomar nota aparte)
28. Quando começaram a vir a esta vila os imigrantes (ano aprox.)? _____
29. Como foi esse processo? (Tomar nota aparte)
30. O que significou a vinda dos imigrantes para a vila? (aspectos positivos e negativos) (Tomar nota aparte)
31. Turistas e imigrantes passaram a ocupar terrenos e a comprar casas. Como foi esse processo? (deixar relatar e depois fazer as seguintes perguntas se não foi falado) (Tomar nota aparte)

a. Eles ocuparam espaços novos ou compraram os terrenos e casas aos nativos?
b. Houve ameaças ou algum tipo de pressão ou violência para Vcs sairem de seus lugares? Explique.
c. Quando Vcs venderam, os preços dessas vendas foram justos? Exemplifique.

32. Qual espaço que Vcs ocupavam foi decretado área de conservação? (sinalizar no mapa)
33. Que conseqüências teve para Vcs a criação dessas áreas de conservação? (Tomar nota aparte)
34. Quantos nativos viviam aproximadamente nesta vila antes dessas mudanças?_____
35. Nesse processo de mudança houve nativos que foram embora da vila? NÃO ( ); SIM ( ),

a. Quantos, que % do total aprox.? _____
b. Porque? _____

_____

c. Aonde foram? _____

_____

d. A fazer o que? _____

_____

36. Houve algum período em que essa saída foi maior? ( )Não; ( )Sim, Quando? _____
Por quê?_____

_____

37. Parte desses nativos que saíram da vila depois voltaram? NÃO ( ); SIM ( ),

a. Quando, em que período, aprox.?_____
b. Quantos, que % do total aprox.? _____
c. Por que? _____

_____

IV. Características atuais da vila (se possível mapear casas de turistas, de imigrantes e de nativos)

38. Atualmente, quanta população permanente tem esta vila? _____
39. E quantos são nativos, aproximadamente? _____Turistas: _____Imigrantes: _____
40. Estão vindo mais imigrantes para a vila ( ) ou estão saindo ( )? Explique._____

_____

41. Estão vindo mais turistas para ocupar terrenos e casas na vila ( ) ou estão saindo ( )? Explique._____

_____

42. Qual a situação fundiária? Vcs agora tem a propriedade formal desses terrenos? Sim ( ); Não ( ) Explique._____

_____

43. A vila possui escola? Sim ( ); Não ( ), onde as crianças da vila estudam?_____
44. A vila tem posto de saúde? Sim ( ); Não ( ), onde se assistem?

_____

CENTRO DE ESTUDOS DO MAR
BIBLIOTECA

45. Como é o abastecimento de água da maioria? Rede ( );Poço ( ); Nascente( ); Outro:_____
46. Qual o destino do lixo?_____
47. E do esgoto?_____
48. Atualmente, qual é a principal atividade econômica da vila na temporada de verão? E fora de temporada?
49. E qual é a segunda atividade econômica da vila na temporada de verão? E fora de temporada?

	Principal	Secundária
Temporada de verão		
Fora de temporada		

V. Caracterização da atividade pesqueira e de coleta da comunidade

50. Qual o número aproximado atual de pescadores na vila?_____
51. Quantos pescadores são proprietários de embarcações a motor? _____
52. Quantos trabalham como quinhoeiros?_____
53. Quantas embarcações há na vila, por tipo e material (madeira, fibra), com ou sem motor, aproximadamente?

Tipos de embarcação	Quantas	Material		Motor	
		Madeira	Fibra	Com	Sem

54. Quais são os principais produtos que pescam? (Quadro)
55. Quais apetrechos e técnicas utilizam para pescar cada um? (Quadro)
56. Em que locais pescam esses produtos (praia, baia, mar aberto)? (Quadro)

Produtos	Apetrechos/técnicas	Local de pesca		
		Praia	Baia	Mar

57. Das seguintes atividades, quais fazem os homens, quais as mulheres e quais as crianças? (quadro)

Atividades	Quem trabalha?		
	Homens	Mulheres	Crianças
Pesca mar a fora			
Pesca dentro da baía			
Pesca na praia ou beirada			
Despesca			
Limpeza de peixe			
Descasque de camarão			
Venda de pescado			
Fabricação de redes			
Conserto de redes			

Fabricação de embarcações			
Conserto de embarcações			
Cultivo de ostras			
Coleta de ostras			
Coleta de caranguejo			
Coleta de peixes ornamentais			
Coleta de mariscos			

58. Aproximadamente quanto ganha por mês um proprietário de embarcação com a pesca nos melhores meses do ano? E nos piores? (tabela abaixo)
59. Aproximadamente quanto ganha por mês um quinhoeiro? Idem

Melhores meses do ano:_____

Piores meses do ano:_____

VI. Outras atividades econômicas

	Melhores meses do ano	Piores meses do ano	Média anual
Proprietário de embarcação			
Quinhoeiro			

60. Atualmente fazem roça? Caçam? Coletam algum produto no mato, no mangue ou na praia? Cultivam algo na água?

- Quais são os principais produtos de cada atividade? (Preencher quadro)
- Qual é o destino desses produtos? (O auto-consumo, a venda ou ambos) (Preencher quadro)
- Quem desenvolve cada atividade? Principalmente os homens, ou as mulheres? (Preencher quadro)

Atividades	Principais produtos/serviços	Destino		Quem as realiza	
		Auto-consumo	Venda	Homens	Mulheres
Roça					
Caça					
Coleta					
Cultivo na água					

61. Quais outras atividades remuneradas, fora da pesca, realizam os **nativos**? Quais fazem os **homens nativos**? E as **mulheres nativas**? (Indicar freqüência: permanente, sazonal e as ocasional)

Atividades	Sexo		Freqüência		
	Homens	Mulheres	Permanente	Sazonal	Ocasional

62. Que atividades remuneradas realizam os **imigrantes** da vila? O que fazem os homens imigrantes? E as mulheres imigrantes? (Indicar freqüência: permanente, sazonal e as ocasional)

Atividades	Sexo	Freqüência

	Homens	Mulheres	Permanente	Sazonal	Ocasional

63. Aproximadamente, nesta vila, que parte (%) da renda total é apropriada pelos imigrantes?

64. Aproximadamente, que parte da renda total (%) corresponde à pesca, ao turismo e a outras atividades? Em temporada e fora da mesma?

	Pesca e coleta	Turismo	Outras
% fora da temporada			
% em temporada			

65. Quantas pessoas trabalham fora da Vila? O que fazem? Onde?

O que fazem?	Quantas pessoas?	Onde trabalham?

VII. Visão do futuro

66. Quais são as expectativas dos **jovens nativos**?

( )Querem permanecer na vila e ser pescadores

( )Querem permanecer na vila e se dedicar a outras atividades, quais?

( )Querem ir embora da vila para se dedicar a que?

( )Outros:

67. E as **mulheres jovens nativas**, o que querem fazer ?

68. Como Vc vê o futuro dos nativos de sua comunidade?

69. E o futuro da vila?

APÊNDICE B – ENTREVISTA DESTINADA À FAMÍLIA DO PESCADOR

Universidade Federal do Paraná – Centro de Estudo do Mar
Laboratório Sócio-ambiental
Pesquisa: Reprodução sócio-econômica das comunidades pesqueiras da Ilha do Mel – PR - Ano: 2010
Entrevista dirigida a Família de Pescadores Nativos

Formulário No:_____
Comunidade:_____
Data:_____

Entrevistador:

I. Dados Básicos do entrevistado e pessoas que vivem no mesmo lar

1. Qual é o seu nome?_____
2. Qual o seu telefone ou celular? _____
3. Quem são as pessoas que moram nesse lar? Parentesco com relação ao entrevistado, sexo, idade, local de nascimento e escolaridade.

Nome	Parentesco	Sexo (M;F)	Idade	Local de nascimento (comunidade, município)	Escolaridade	
					Série	Nível
1. Entrevistado	---					
2.						
3.						
4.						
5.						
6.						
7.						
8.						
9.						
10.						

4. O Sr/A Sra. ou alguém da família pertence a alguma associação, sindicato, Colônia de pescadores, grupo, etc.?NÃO ( ); SIM ( ), Quem, Qual instituição, Que cargo e Qual período?

Quem	Qual instituição	Cargo	Período

II. Trabalho e renda do entrevistado e pessoas que vivem no mesmo lar

5. Quais são as ocupações remuneradas atuais de cada um dos que mora neste lar, sejam fixas ou temporárias? Qual o tempo médio dedicado a estas? Qual o ganho mensal médio aproximado por cada atividade (nos melhores e piores meses do ano)?

Ocupações remuneradas (atividade principal e secundária, se tiver)		Tempo dedicado à ocupação			Renda do trabalho R$	
Nome	Faz o quê?	Horas p/ dia	Dias p/ mês	Meses p/ ano	Melhores meses	Piores meses
1.						
2.						
3.						
4.						
5.						
6.						
7.						
8.						

9.						
10.						
11.						
12.						
13.						
14.						
15.						
16.						
17.						
18.						

Nota - especificar quais são os melhores meses:_____

Os piores meses: _____

6. Quais são as atividades não-remuneradas de cada um? Qual o tempo médio dedicada a estas?

Ocupações não- remuneradas (serviços domésticos, estudo, etc.)		Tempo dedicado à ocupação		
Nome	Faz o quê?	Horas p/ dia	Dias p/ mês	Meses p/ ano
1.				
2.				
3.				
4.				
5.				
6.				
7.				
8.				
9.				
10.				

III. Benefícios sociais, outras fontes de renda e bens de consumo

7. Alguém da casa recebe algum tipo de benefício social (aposentadoria, pensão, bolsa família, seguro defeso, etc.)? Quem? Que benefício? Quanto recebe?

Nome	Benefício social	Quanto recebe (R$)
1.		
2.		
3.		
4.		
5.		

8. A família tem outras fontes de renda (aluguel de casa, cômodos, camping, arrendamento de terra, etc. Especificar o quê e quanto ganha, média mensal.

Outras fontes de renda	Quanto ganha, em média, por mês(R$)
1.	
2.	
3.	
4.	

9. Considerando todas as fontes de renda, de quanto, aproximadamente é a renda média familiar mensal nos melhores meses do ano? R$_____

   Nota – Especificar quais são os melhores meses:_____

10. E qual, aproximadamente é a renda média mensal da família no resto do ano?

    R$_____

IV. Mudanças depois de 1980 . Migração.

11. Há quanto tempo sua família mora nesta vila?_____
12. Qual o local de moradia anterior? Comunidade:_____

    Município:_____

    Estado:_____
13. Por que vieram morar nesta vila?_____

14. Antes de 1980, de que vivia a sua família? _____

15. Depois de 1980, como mudou a vida de sua família? (Ouvir relato)
    a. A que atividades econômicas se dedicaram? _____
    b. Venderam o terreno e/ou a casa que tinham? SIM( ) ; NÃO ( )
    c. A quem? _____ Por quanto? _____

16. No conjunto, a vida melhorou ( ) o piorou ( ) nestes anos? Explique: _____

17. Alguma pessoa de seu núcleo familiar foi embora para outro lugar nos últimos 30 anos (depois de 1980), ou está indo agora (inclusive o entrevistado)? NÃO( ); SIM ( )
18. [SE SIM, preencher quadro] Quem (especificar parentesco ou relação)? Idade atual? Para onde foi? Por que foi? Em que trabalha agora, o que faz?

Emigrante (parentesco)	Idade atual	Para onde foi	Quando foi (ano)	Por que foi	O que faz agora
1.					
2.					
3.					
4.					
5.					

19. Alguém veio/voltou de outro lugar a morar nesta casa nos últimos 30 anos (inclusive o entrevistado)?
NÃO( ); SIM ( ) [SE SIM, preencher quadro] Quem? Idade atual? De onde veio? Por que veio? O que faz agora?

Imigrante (parentesco)	Idade	De onde veio	Quando veio (ano)	Por que veio	O que faz agora
1.					
2.					
3.					
4.					
5.					

V. Dados do/s pescador/es:

20. **Pescador/a 1: Nome**: _____
21. Há quanto tempo começou a pescar? _____
22. O Sr./a Sra é proprietário/a de embarcação/ões? ( )Sim; ( )Não
23. Se sim, qual/is embarcação/ões possui? Quantidade por tipo? Qual seria o seu valor atual? Há co-proprietários? SIM ( ); NÃO ( ) Familiar ou não? Moram no mesmo lar ou não?

Tipo de embarcação	Quant	Valor atual R$	Co-proprietários			
			Familiar		Não familiar	
			Mora junto	Não mora	Mora junto	Não mora
Canoa a remo						
Canoa de madeira a motor						
Canoa de fibra a motor						
Embarcação de tábua (bote, baleeira, bateira)						

Barco (traineira, tangoneiro)						
Outro (especifique)						

24. O Sr./a Sra. sai a pescar na sua embarcação? ( )Sim; ( )Não
25. O Sr./a Sra. pesca como quinhoeiro? ( )Sim; ( )Não
26. Neste caso, sai a pescar na embarcação de quem (especificar se é familiar)? _____
27. A que captura ou coleta o Sr./a Sra. se dedica mais? ( )Peixe; ( )Camarão; ( )Outros, quais? _____
28. Quais são os melhores meses do ano para o ganho do pescador? _____
Quanto ganha, nesses meses, em média? _____
Explique: _____
_____ Quais são os piores meses do ano para o ganho do pescador? _____
Quanto ganha, nesses meses, em média? _____
Explique: _____
29. Fora da pesca, quais têm sido suas outras ocupações desde que começou a trabalhar? Qual período e local?

Ocupações	Período (de que idade a que idade)	Localidade
1.		
2.		
3.		
4.		
5.		

30. **Pescador/a 2: Nome**: _____
31. Há quanto tempo começou a pescar? _____
32. O Sr. /a Sra. é proprietário/a de embarcação/ões? ( )Sim; ( )Não
33. Se sim, qual/is embarcação/ões possui? Quantidade por tipo? Qual seria o seu valor atual? Há co-proprietários? SIM ( ); NÃO ( ) Familiar ou não? Moram no mesmo lar ou não?

Tipo de embarcação	Quant	Valor atual R$	Co-proprietários			
			Familiar		Não familiar	
			Mora junto	Não mora	Mora junto	Não mora
Canoa a remo						
Canoa de madeira a motor						
Canoa de fibra a motor						
Embarcação de tábua (bote, baleeira, bateira)						
Barco (traineira, tangoneiro)						
Outro (especifique)						

34. O Sr. /a Sra. sai a pescar na sua embarcação? ( )Sim; ( )Não
35. O Sr. /a Sra.pesca como quinhoeiro? ( )Sim; ( )Não
36. Neste caso, sai a pescar na embarcação de quem (especificar se é familiar)? _____
37. A que captura ou coleta o Sr. /a Sra. se dedica mais? ( )Peixe; ( )Camarão; ( )Outros, quais? _____
38. Quais são os melhores meses do ano para o ganho do pescador? _____
Quanto ganha, nesses meses, em média? _____
Explique: _____
39. Quais são os piores meses do ano para o ganho do pescador? _____
Quanto ganha, nesses meses, em média? _____
Explique: _____
40. Fora da pesca, quais têm sido suas outras ocupações desde que começou a trabalhar? Qual período e local?

Ocupações	Período (de que idade a que idade)	Localidade
1.		
2.		
3.		
4.		
5.		

41. **Pescador/a 3: Nome**: _____
42. Há quanto tempo começou a pescar? _____
43. O Sr. /a Sra.é proprietário/a de embarcação/ões? ( )Sim; ( )Não
44. Se sim, qual/is embarcação/ões possui? Quantidade por tipo? Qual seria o seu valor atual? Há co-proprietários? SIM ( ); NÃO ( ) Familiar ou não? Moram no mesmo lar ou não?

Tipo de embarcação	Quant	Valor atual R$	Co-proprietários			
			Familiar		Não familiar	
			Mora junto	Não mora	Mora junto	Não mora
Canoa a remo						
Canoa de madeira a motor						
Canoa de fibra a motor						
Embarcação de tábua (bote, baleeira, bateira)						
Barco (traineira, tangoneiro)						
Outro (especifique)						

45. O Sr. /a Sra.sai a pescar na sua embarcação? ( )Sim; ( )Não
46. O Sr. /a Sra. pesca como quinhoeiro? ( )Sim; ( )Não
47. Neste caso, sai a pescar na embarcação de quem (especificar se é familiar)? _____
_____
48. A que captura ou coleta o Sr. /a Sra.se dedica mais? ( )Peixe; ( )Camarão; ( )Outros, quais?
_____
_____

49. Quais são os melhores meses do ano para o ganho do pescador? _____
Quanto ganha nesses meses, em média? _____
Explique: _____
_____
50. Quais são os piores meses do ano para o ganho do pescador? _____
Quanto ganha nesses meses, em média? _____
Explique: _____
_____
51. Fora da pesca, quais têm sido suas outras ocupações desde que começou a trabalhar? Qual período e local?

Ocupações	Período (de que idade a que idade)	Localidade
1.		
2.		
3.		
4.		
5.		